Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Odenira Corrêa Dias

“As roças na época era assim, como não é agora”: as transformações no território quilombola marajoara de Vila União/Campina, Salvaterra (PA)

Belém

2024

Odenira Corrêa Dias

“As roças na época era assim, como não é agora”: as transformações no território quilombola marajoara de Vila União/Campina, Salvaterra (PA)

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará - UFPA, Embrapa Amazônia Oriental.

Orientadora: Profa. Dra. Monique Medeiros.

Belém

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBDSistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C824 Corrêa Dias, Odenira.
"As roças na época era assim, como não é agora" : as transformações no território quilombola marajoara de Vila União/Campina, Salvaterra (PA) / Odenira Corrêa Dias. — 2024.
152 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Monique Medeiros
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2024.

1. Comunidade quilombola. 2. Arquipélago do Marajó . 3.Agrobiodiversidade . 4. Roças de mandioca. 5. Mudanças territoriais . I. Título.

CDD 307.7209811

Odenira Corrêa Dias

“As roças na época era assim, como não é agora”: as transformações no territórioquilombola marajoara de Vila União/Campina, Salvaterra (PA)

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará - UFPA, Embrapa Amazônia Oriental.

Orientadora: Profa. Dra. Monique Medeiros.

Belém (PA), 27 de fevereiro de 2024.

gov.br Documento assinado digitalmente
MONIQUE MEDEIROS
Data: 05/03/2024 15:05:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Monique Medeiros

Orientadora e Presidente

gov.br Documento assinado digitalmente
PATRICIA DOS SANTOS PINHEIRO
Data: 05/03/2024 08:59:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Patrícia Pinheiro

Examinadora Externa

gov.br Documento assinado digitalmente
LUIS MAURO SANTOS SILVA
Data: 05/03/2024 14:51:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Luís Mauro Santos Silva

Examinador Interno

Profa. Dra. Katiane Silva
Examinador Suplente

AGRADECIMENTOS

Tendo em vista que o trabalho aqui apresentado não é fruto só do meu esforço e dedicação, mas sim uma construção da qual muitas pessoas tiveram participações importantes, esse espaço de agradecimentos se torna crucial.

Inicio agradecendo a Deus, todo poderoso, que tudo fez e faz em minha vida, por preparar meu caminho de acordo com a sua vontade. Ele me dá força e coragem durante a caminhada até aqui, pois nunca é fácil, mas são essas conquistas que fazem com que nosso percurso seja grandioso. À Nossa Senhora das Graças, por sua proteção e intercessão, por minha vida, minha saúde e da minha família.

Sou imensamente grata a minha família, aos meus pais Odeíze Marques e Antônio Dias, por me incentivarem a buscar conhecimento, e mesmo nas dificuldades me mostrarem um caminho baseado no respeito, na honestidade, na compaixão e na humildade. Por me mostrarem que a educação é o caminho, por meio do qual podemos alcançar nossos objetivos, e ter perspectivas dignas de futuro. Às minhas irmãs, Gé, Sara, Maria, Dada, e meu irmão João, que junto com meus pais, são minha base, minhas inspirações, e que muitas vezes sem mesmo perceberem contribuíram para a construção da minha dissertação. Os momentos em família, de conversas, risadas, discussões, só por ter estado na presença deles em boa parte do processo de escrita, foi essencial para que eu estivesse e me sentisse acolhida, num período difícil e solitário, que é a escrita da dissertação.

Agradeço ao meu primo Matheus, “meu peixe”, que foi quem me acolheu no período inicial do mestrado em Belém, foi quem me apresentou um pouco a cidade, me ensinou a usar o transporte público (ônibus) para o trajeto de ir e voltar da universidade, que para mim, por não estar acostumada, era difícil. As nossas trocas e a companhia dele sem dúvidas foram fundamentais para a minha adaptação. Estendo meus agradecimentos também ao Paulo Dias, que também me acolheu por um período em sua residência. E a Binto, minha amiga e colega de turma, pessoa maravilhosa com quem dividi por meses um kitnet em Belém, agradeço pelos acolhimentos, pelas palavras e conselhos, por nossas “saídas” conhecendo Belém, que serviram inclusive para aliviar o estresse e o cansaço da vida acadêmica.

Agradeço pelas amizades que construí no mestrado, uma em especial, que tem me acompanhado desde um curso técnico, realizado no período do ensino médio em Cametá,

passando pela graduação, até estarmos cursando também o mestrado juntas. A Nivea tem sido uma amiga que tem me apoiado muito e me ajudado de muitas formas nesse período. Todas e todos as/os amigos da turma de mestrado 2022, vou levar para minha vida, são pessoas incríveis, especialmente, a Luciane, Sarah, Binto, Nivea, Jardy, Bia, Jackson, Jaqueline, Gilfran, Ludmila, Dayla.

Outra pessoa que me acompanha há um tempo é o Marcelo Rodrigues, meu amigo, desde o ensino médio estivemos juntos, mas especialmente, a partir dos últimos períodos da graduação em Agronomia. Planejamos juntos tentar o ingresso no mestrado, e conseguimos. Em todo esse percurso do mestrado temos nos acolhido, e essas relações de amizade e companheirismo têm papel importante na minha vida. Menciono que tivemos a oportunidade de realizar nosso campo de mestrado na mesma comunidade, o que foi muito importante para mim, ter um amigo, um pesquisador por quem tenho respeito, dividindo as experiências e descobertas do campo de pesquisa.

Agradeço ao meu namorado, Victor Rocha, que entrou na minha vida em um período em que mentalmente não estava muito bem, e os nossos momentos juntos faziam com que eu me sentisse melhor, e até hoje têm me proporcionado momentos de alegria e companheirismo.

À minha orientadora, Monique Medeiros, que desde a graduação vem me ensinando, me inspirando a ter um olhar cada vez mais aprimorado e sensível como pesquisadora. Ela é uma das minhas inspirações como Mulher da pesquisa, da ciência, que sempre está em busca de conhecimento e de ocupar os diversos espaços. Ao grupo de pesquisa Desenvolvimento Rural e Inovação Sociotécnica, tendo como coordenadora a Profa. Dra. Monique Medeiros, a qual me oportunizou desenvolver minha pesquisa no Marajó, assim como colaborar com os projetos que vêm sendo desenvolvidos na região, juntamente com outras pesquisadoras e pesquisadores, com quem tive o prazer de estar em campo, como a Professora Ivanira, Anael, Luciane, Edfranklin, Patrícia.

Às professoras e aos professores do PPGAA e do INEAF, especialmente os que eu tive contato durante as disciplinas, que me oportunizam ricos momentos de aprendizagem e trocas de experiências, também a ter uma visão mais ampla e humanizada como pesquisadora e futura docente: Cito Dídac, Monique, Tatiana, Lívia, William, Kato.

E aos servidores do INEAF, especialmente a Jackeline, a Naiara e o Murilo, que foram muito importantes durante esse período do mestrado, sobretudo nos períodos do cumprimento dos créditos das disciplinas, com todo o suporte nos concedido.

Meus agradecimentos se estendem especialmente à comunidade quilombola de Vila União/Campina, a Dayane que me recebeu humildemente em sua residência no período de campo, e a Luciane que têm me dado muito suporte ao longo da minha pesquisa, por ter sido uma grande colaboradora e amiga. Aos interlocutores deste trabalho, que se disponibilizaram a participar da pesquisa, a serem entrevistados, enfim que me permitiram ouvi-los e desenvolver minha pesquisa em seu território, especialmente dona Doralice, dona Regina, seu George, dona Ana, dona Maria de Nazaré e seu Manoel.

Agradeço ainda à Universidade Federal do Pará, ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo fomento através da bolsa me concedida, tão importante para minha permanência no curso.

E a todos que de alguma forma contribuíram nessa jornada do mestrado.

Gratidão!!

RESUMO

Os territórios quilombolas das ilhas do Marajó historicamente vêm sofrendo com transformações nas dinâmicas socioespaciais, culturais e agrícolas, também relativas à chegada de perspectivas desenvolvimentistas contrárias às suas formas de viver. Tais perspectivas, majoritariamente, buscam sobrepor uma lógica economicista à relação sociedade-natureza construída pelas comunidades quilombolas no território e, pouco a pouco, acabam por cercear práticas agrícolas e demais atividades ligadas à manutenção de suas existências. No município de Salvaterra, localizado neste Arquipélago, tais perspectivas podem ser visualizadas através da implementação de atividades ligadas ao agronegócio, como dos monocultivos de arroz, e da construção de obras que beneficiem o escoamento dessa produção, com isso decorrem uma série de conflitos fundiários, bem como resistência e organização das comunidades. Além disso, as mudanças também decorrem da imposição de um modelo capitalista de produção no município, com os monocultivos de abacaxi, gerando assim uma fragilidade das lógicas tradicionais. É nesse contexto que a presente pesquisa objetiva analisar a relação entre as mudanças na dinâmica territorial quilombola, sobretudo as relacionadas à configuração dos roçados, e a chegada de projetos de "desenvolvimento" de caráter homogeneizante em Salvaterra. A abordagem utilizada para atender ao objetivo proposto foi a qualitativa, e os instrumentais metodológicos foram a pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, história oral, entrevistas abertas, além de observação participante, diário de campo, turnês guiadas e registros fotográficos. Para a transcrição das entrevistas, utilizamos a técnica de decupagem, além do uso da técnica com a análise de modo vertical (cada entrevista) e horizontal das entrevistas (o conjunto delas em relação a cada questão). Como principais resultados, ficou evidente que o contexto histórico de concentração fundiária no Marajó contribuiu para a contextualização atual dos conflitos existentes. Assim, com a chegada de perspectivas "desenvolvimentistas" na região, principalmente através do monocultivo de arroz e da construção de estradas, os territórios quilombolas experimentaram mudanças. Em Vila União/Campina, essa perspectiva chega por meio da tentativa de imposição do monocultivo de abacaxi aos agricultores familiares – que gerou algumas fragilidades nos sistemas tradicionais, como os roçados de mandioca – e da abertura e pavimentação da estrada PA-154, que possivelmente catalisou muitas das mudanças, a partir do aumento populacional na comunidade e a fragmentação do território. Ademais, o atraso na titulação do território quilombola intensificou as transformações vivenciadas na comunidade, somado à limitada mão de obra disponível e à busca por trabalhos não agrícolas que, dentre outros fatores, colaboraram para a

diminuição da área dos roçados na Vila União/Campina. Contudo, em meio às mudanças vivenciadas pelos moradores da comunidade, estes constroem estratégias de reprodução socioeconômica e cultural para sua permanência no território. Dentre essas estratégias, destacam-se a inserção do abacaxi com os demais cultivos nos roçados e com isso a manutenção da diversidade dos seus cultivos, principalmente nos roçados de mandioca, que acabam por evidenciar uma importante agrobiodiversidade local, assim como a diversificação das suas fontes de renda, pelo trabalho no comércio nas margens da estrada.

Palavras-chave: Comunidade quilombola. Arquipélago do Marajó. Agrobiodiversidade. Roças de mandioca. Mudanças territoriais.

ABSTRACT

The quilombola territories of Marajó have historically suffered transformations in their socio-spatial, cultural and agricultural dynamics, also related to the arrival of development perspectives that go against their ways of life. These perspectives mostly seek to superimpose an economic logic on the society-nature relationship built by the quilombola communities in the territory and, little by little, end up curtailing agricultural practices and other activities linked to maintaining their existence. In the municipality of Salvaterra, located in this archipelago, these perspectives can be seen through the implementation of activities linked to agribusiness, such as rice monocultures, and the construction of works that benefit the flow of this production, and with this comes a series of land conflicts, as well as the resistance and organization of the communities. In addition, the changes also stem from the imposition of a capitalist production model in the municipality, with pineapple monocultures, thus generating a fragility of traditional logics. It is in this context that this research aims to analyse the relationship between changes in quilombola territorial dynamics, especially those related to the configuration of swiddens, and the arrival of homogenizing "development" projects in Salvaterra. The approach used to meet the proposed objective was qualitative, and the methodological tools used were bibliographical research, semi-structured interviews, oral history, open-ended interviews, as well as participant observation, field diaries, guided tours and photographic records. To transcribe the interviews, we used the decoupage technique, as well as vertical (each interview) and horizontal analysis of the interviews (all of them, in relation to each question). The main results were that the historical context of land concentration in Marajó contributed to the current contextualization of existing conflicts. Thus, with the arrival of "developmentalist" perspectives in the region, mainly through rice monoculture and the construction of roads, the quilombola territories experienced changes. In Vila União/Campina, this perspective arrived through the attempt to impose pineapple monoculture on family farmers, which created some weaknesses in traditional systems, such as manioc plantations, and the opening and paving of the PA-154 road, which possibly catalyzed many of the changes, starting with the population increase in the community and the fragmentation of the territory. In addition, the delay in the titling of the quilombola territory has intensified the transformations experienced in the community; and the limited labor available, the search for non-agricultural jobs, among other factors, has contributed to the reduction in the area of the gardens in Vila União/Campina. However, in the midst of the changes experienced by the community's residents, they are building strategies for socio-economic and cultural reproduction in order to remain in the territory. Among these

strategies are the inclusion of pineapple, along with the other crops in the gardens, and thus maintaining the diversity of their crops, especially in the manioc gardens, which end up highlighting an important local agro-biodiversity, as well as diversifying their sources of income by working in the roadside shops.

Keywords: Quilombola community. Marajó archipelago. Agrobiodiversity. Cassava plantations. Territorial changes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:O território quilombola de Marajó. 28
Figura 2:Localização de 15 (quinze), dos 17 (dezessete) quilombos no município de Salvaterra-PA.....39
Figura 3:Microrregiões presentes na mesorregião do Marajó.....47
Figura 4: Mapa de localização do município de Salvaterra, segundo a regionalização do IBGE. 48
Figura 5: Localização da comunidade quilombola de Vila União/Campina.....50
Figura 6: Cartografia social do povoamento de Campina, na década de 1970.....61
Figura 7: Agricultora em sua roça de abacaxi, na comunidade de Vila União/Campina, na década de 1990. 64
Figura 8: Registro da 2ª via da Certidão de autodefinição da comunidade Vila União/Campina.....68
Figura 9: Estrada PA 154 que atravessa a comunidade Vila União/Campina.....70
Figura 10: Alguns dos estabelecimentos comerciais da comunidade.....70
Figura 11: Croqui da comunidade Vila União/Campina, com a disposição das vias e espacialização das principais infraestruturas presentes. 71
Figura 12: Escola Municipal de Ensino Infantil Fundamental de Vila União (EMEIFVU) (esquerda) e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Quilombola Maria Lucia Ledo Carvalho (EMEFQMLLC) (direita). 72
Figura 13: Posto de saúde da comunidade Vila União/Campina, município de Salvaterra...73
Figura 14: Algumas das igrejas presentes na comunidade. Igreja católica (esquerda), e igreja evangélica (direita). 73
Figura 15: Posto de Combustível na comunidade Vila União/Campina..... 74
Figura 16: Bebida feita por um agricultor da comunidade Vila União/Campina, a partir da mandioca (tiborna) 76
Figura 17: Remédios medicinais produzidos por dona Ana Maria. 78
Figura 18: Alguns dos alimentos produzidos a partir da mandioca. Direita: goma de tapioca, esquerda: farinha d'água ou farinha de mandioca. 82
Figura 19: Beiju de massa, produzido a partir da mandioca..... 82
Figura 20: Algumas hortaliças cultivadas em Vila União/Campina 85

Figura 21: Plantio da mandioca entre as linhas do abacaxi 92
Figura 22: Croqui da roça de um agricultor em Vila União/Campina.....93
Lista de propriedades nas proximidades e dentro da comunidade Vila União/Campina.....93
Figura 23: Segundo croqui de roça de agricultor em Vila União/Campina. 93
Figura 24: Algumas variedades de mandioca presentes nos roçados da comunidade Vila União/Campina. 97
Figura 25: Variedades de mandioca mansa (macaxeira), cultivadas em Vila União/Campina. 100
Figura 26: Casa do forno em Vila União/Campina. 102
Figura 27: Quantidade produzida de abacaxi (mil frutos) e mandioca (tonelada) entre os anos 1974 e 2022, no município de Salvaterra. 105
Figura 28: Área plantada de (hectare) de abacaxi e mandioca entre os anos 1974 e 2022, no município de Salvaterra..... 106
Figura 29: Registros da feira quilombola, edição de agosto em Vila União/Campina.....108
Figura 30: Linha do tempo com alguns dos principais eventos observados em Vila União/Campina. 109
Figura 31: Portão e cercas na comunidade quilombola Bacabal (esquerda), e cerca elétrica na comunidade Deus Ajude (direita) 112
Figura 32: Lista de propriedades nas proximidades e dentro da comunidade Vila União/Campina.....115
Figura 33: Mandioca de molho em caixa d' água e em tambores.....123
Figura 34: Tipiti usado para a secagem da mandioca. 124
Figura 35: Quantidade produzida de abacaxi (expressa em mil frutos), de 1974 até o ano de 2022, no município de Salvaterra.....127
Figura 36: Área plantada ou destinada à colheita e área colhida do abacaxi, dos anos de 1974 a 2022, no município de Salvaterra. 128
Figura 37: Plantio consorciado de abacaxi com mandioca, em Vila União/Campina.....129
Figura 38: Plantio de melancia e maxixe nas linhas do abacaxi, em Vila União/Campina.130
Figura 39: Variações da área plantada, área colhida e quantidade produzida de açaí no município de Salvaterra, entre 2019 e 2022.....131

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ADCT: Disposições Constitucionais e Transitórias.

AMARQUIVUC: Associação de Mães e Agricultoras Remanescentes de Quilombo de Via União/Campina

ACS: Agente Comunitário de Saúde

EJA: Educação de Jovens e Adultos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCP: Fundação Cultural Palmares

FAO: Food and Agriculture Organization of the United Nations

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MPF: Ministério Público Federal

PPGAA: Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

RTID: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPA: Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **15**

1.1 Problemática 16

2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO **23**

2.1 Constituição histórica dos Quilombos no Brasil 23

2.2 Quilombos no Marajó: destaque para Salvaterra 26

2.3 Identidade quilombola, território e territorialidade 33

2.4 Transformações em territórios na Amazônia: os conflitos frente a expansão do "desenvolvimento" no Marajó 37

2.5 Agrobiodiversidade e as roçados de mandioca em terras quilombolas 41

3 A PESQUISA NO MARAJÓ: O LÓCUS DE ESTUDO E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS **45**

3.1 O lócus da pesquisa 45

3.2 A escolha de estratégias e instrumentos metodológicos 50

4 O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE VILA UNIÃO/CAMPINA **55**

4.1 Dados socioeconômicos dos interlocutores e interlocutoras da pesquisa 55

4.2 Histórico de formação da comunidade Vila União/Campina 57

4.3 Caracterização atual da comunidade de Vila União/Campina: saúde e educação 68

4.4 Agrobiodiversidade e os principais sistemas socioprodutivos de Vila União/Campina 81

4.5 Agricultura quilombola: Festa da tiborna e da mandioca 87

5 ENTRE AS ROÇAS DE MANDIOCA E A DEFESA DO TERRITÓRIO 89

5.1Caracterização dos roçados de mandioca em Vila União/Campina: a agrobiodiversidade como instrumento de defesa no território 89

5.2Contextualização das mudanças visualizadas no território de Vila União/Campina 109

5.3 Roças de mandioca e de abacaxi: mudanças e persistências no território 118

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS **133**

REFERÊNCIAS **136**

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO **141**

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM AGRICULTORES QUE POSSUEM ROÇA DE MANDIOCA **143**

APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS INTERLOCUTORES SEM ROÇAS DE MANDIOCA **146**

APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA DE HISTÓRIA ORAL 149

1 INTRODUÇÃO

Em uma comunidade tradicional ribeirinha conhecida como Mapiraí de Baixo, no município de Cametá, vivenciei minha infância e adolescência. Esses períodos foram perpassados por uma cultura vinculada ao conhecimento tradicional de populações ribeirinhas, com o cotidiano diretamente ligado ao rio e à floresta. Estes dois elementos eram compreendidos como os principais meios de garantia das reproduções sociais e econômicas das famílias que ali habitavam, inclusive da minha família.

Os roçados não fazem parte da dinâmica produtiva da comunidade à qual pertenço, no entanto, atividades como o extrativismo do açaí e a pesca eram, e ainda são, significativamente importantes para permanência dos ribeirinhos em seu lugar. As relações de reciprocidade e solidariedade são recorrentes, especialmente porque uma grande parte dos habitantes de minha comunidade de origem possuem algum grau de parentesco. E isso influencia diretamente no desenvolvimento coletivo das atividades produtivas. Tais relações são permeadas por uma solidariedade que, apesar das dificuldades muitas vezes experienciadas, fortalecem os vínculos entre as pessoas e a capacidade de resistência em meio às mudanças e aos impactos socioambientais que atingem diretamente as ilhas ribeirinhas no município de Cametá.

Desde jovem, estive inserida na luta de movimentos sociais na região do Baixo Tocantins, principalmente do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O movimento possui uma luta pautada na organização coletiva dos ribeirinhos impactados com a ação de projetos de grande impacto na região, como a construção da Hidrelétrica de Tucuruí e do projeto em andamento da ampliação da hidrovia Araguaia-Tocantins. Isso também me motivou a escolher cursar Agronomia, na Universidade Federal do Pará, no Campus Cametá.

Durante minha formação, pude ter contato com a temática dos roçados de mandioca, tanto ao longo de algumas disciplinas do curso, quanto durante vivências na comunidade quilombola de Porto Alegre, no município de Cametá. O contato com esta comunidade se deu a partir da realização do estágio vivência da minha turma de agronomia, assim como do vínculo com o grupo de pesquisa “Desenvolvimento Rural e Inovação Sociotécnica”, que desenvolvia atividades nesta localidade. Por conta dessas experiências, acabei por desenvolver minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nesse mesmo local. Em 2022, conclui meu curso e ingressei no mestrado.

A partir desse ‘mergulho’ analítico na comunidade quilombola de Porto Alegre, foi possível obter um primeiro contato com um território quilombola e as suas dinâmicas de vida. Ao longo do percurso neste campo de pesquisa, inserida no cotidiano das famílias, participei de

diversas de suas atividades, inclusive na realização do plantio da mandioca, por meio do "convidado", prática coletiva que envolve homens e mulheres, jovens e idosos.

Apesar de serem contextos muito diferentes – Cametá e Salvaterra, no Marajó –, observando os dois territórios, este último lócus escolhido para a realização desta pesquisa se assemelha ao anterior. Identifico pontos como as íntimas relações entre os moradores e entre estes e a natureza, assim como o fato de a maioria dos processos e atividades serem voltadas essencialmente para a garantia de alimentação e das suas existências em seu território.

Também olhando para a minha própria trajetória, percebo um entrelaçamento desse histórico de lutas pela garantia de vida e de direitos básicos experienciadas no Baixo Tocantins com o histórico de conflitos no Marajó, além da organização e da luta das populações quilombolas pelos seus territórios e pelo direito das suas reproduções sociais e simbólicas.

Para uma melhor contextualização dos conflitos e das lutas das populações quilombolas na região marajoara, especificamente em Salvaterra, Campos (2023) esclarece que este município se caracteriza pela intensa concentração de terras, com sua apropriação principalmente nas mãos de fazendeiros. Tendo em vista que estes apoiam projetos voltados para o agronegócio, a expansão dos monocultivos, como de arroz, a pecuária e mais recentemente a soja nos territórios do município, tais atividades vão de encontro às comunidades quilombolas, aos seus meios e formas de viver tradicionais, intrínsecos a estes, fator que consequentemente intensifica os conflitos.

Todas essas vivências pessoais e acadêmicas foram importantes para a composição de um olhar sensível e comprometido como pesquisadora, que busco nessa dissertação lançar para as dinâmicas de uma comunidade quilombola no Marajó, que luta pela titulação do seu território e enfrenta algumas transformações nos seus roçados. Nesta dissertação, os roçados da Comunidade de Vila União/Campina ganham relevo como espaços onde a territorialidade quilombola é materializada. A construção destes é visualizada como estratégia de resistência quilombola no território pelas complexas relações de amizade, troca de conhecimentos, luta pela manutenção de sua permanência no território que os sustenta, assim como pela agrobiodiversidade que o compõe, como se verá mais adiante no texto.

1.1 Problemática

O reconhecimento de comunidades rurais conhecidas como "terra de pretos" ou "comunidades negras rurais" passa a ser uma questão presente na agenda política apenas a partir do Art. 68, constante no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da

Constituição Federal de 1988 (Souza e Brandão, 2015). Entretanto, apesar do reconhecimento desses direitos, "estão instauradas e regem uma série de obstáculos, sejam eles impostos pelos processos administrativos, sejam por questões geradas por meio da atuação de agentes no sentido contrário ao reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios coletivos" (Campos 2023, p. 11).

O Estado do Pará não se difere da realidade que envolve a titulação territorial em âmbito nacional, observa-se que as comunidades cujos territórios estão em locais de tutela da União sofrem com a demora no andamento dos processos, e tal questão é vivenciada pelas comunidades quilombolas de Salvaterra, localizada na ilha do Marajó (Campos 2023).

Ao total, no Marajó, nos municípios de Gurupá, Anajás, Curralinho, Bagre, Muaná, Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Soure e Salvaterra, estão distribuídas cerca de 40 comunidades quilombolas (Instituto Peabiru, 2011). A maioria dessas comunidades encontra-se em territórios ainda não reconhecidos ou regularizados[1]. Em Salvaterra, há 17 comunidades quilombolas autodefinidas, destas, 15 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP)[2], dentre as quais está a Vila União/Campina, comunidade na qual a presente pesquisa foi desenvolvida. As grandes fazendas existentes no município e o trabalho escravo impuseram a estes territórios o surgimento de comunidades quilombolas, como identidade e resistência (Acevedo Marin, 2009).

De acordo com Bezerra (2020), o município de Salvaterra em extensão territorial é o menor no Marajó com uma área total de 1.039 km², dividindo-se em cinco bairros (Centro, Coqueirinho, Marabá, Paes de Carvalho e Cajú) e cinco distritos (Salvaterra, Condeixa, Joanes, Jubim e Monsarás). Em contraste a isso, segundo Gomes *et al.* (2018) e Brasil (2006), o município também se caracteriza como um dos municípios com o maior número de comunidades quilombolas, além de ser o que possui a maior densidade de quilombos por quilômetro quadrado do país.

No entanto, até hoje, nenhuma comunidade quilombola de Salvaterra foi titulada. Considerando a data da primeira solicitação feita ao INCRA, no ano de 2004, faz pelo menos 20 anos que essas comunidades quilombolas lutam para que o direito previsto no artigo 68 do ADCT da Constituição Federal seja realmente efetivado.

---

[1] Tendo como marco legal inicial o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988, a política de regularização fundiária de quilombos é regulamentada atualmente pelo Decreto 4.887/2003, cabendo ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgãos estaduais e municipais a execução concorrente dessa ação fundiária (Picelli, Costa e Torsiano, 2016).

[2] O 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20/11/2003, reserva à Fundação Cultural Palmares – FCP a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o órgão responsável pela titulação de territórios quilombolas nos domínios da Federação, e este "tem sido apontado como responsável pela morosidade e, por outro lado, visto sob as pressões políticas e econômicas que interferem na sua ação" (Campos, 2023, p.12). De acordo com Souza e Brandão (2015), a morosidade com que ocorre o processo para a titulação dos territórios quilombolas podem estar relacionada a:

> [...] falta de recursos financeiros tanto por parte do governo (para indenizar terras, pagar servidores, etc.); de mão de obra qualificada para fazer o reconhecimento dessas comunidades; do excesso de burocracia para construir o acesso a esta política (exemplo disto é o processo de requerimento de Certificação pelo qual as comunidades precisam passar). Além dos conflitos externos entre fazendeiros e as comunidades quilombolas (Souza e Brandão, 2015, p. 8).

No município de Salvaterra, as comunidades quilombolas, além de enfrentarem toda a inoperância institucional do Estado e a lentidão do trâmite judicial e administrativo, também se veem à mercê da violência de fazendeiros que invadem seus territórios etnicamente ocupados, afirmando terem propriedade sobre esses espaços (Campos, 2023; Lima Filho, 2014). Uma das formas de violação dos direitos dos quilombolas se dá através da construção de cercas por parte de muitos fazendeiros, restringindo suas passagens para áreas de uso comum, assim como a utilização de recursos naturais, alegando estarem dentro do seu domínio de propriedade, o que tem dificultado a reprodução social das famílias (Lima Filho, 2014).

De acordo com Cardoso (2015), os conflitos pela apropriação dos territórios "evidenciam o confronto de duas lógicas relacionadas ao uso e à função do espaço". Uma que percebe o território como "produto para o mercado de terras, exploração comercial, e outra que o percebe como dotada de capacidade primária de proporcionar a reprodução sociocultural do grupo" (Cardoso, 2015, p. 78).

Nesse sentido, muitos desses conflitos surgem a partir da adoção do novo modelo de ocupação dos territórios na Amazônia, direcionados à expansão de atividades econômicas ligadas ao agronegócio, à construção de estradas, assim como outros projetos de desenvolvimento de padrão homogeneizador (Escada, Amaral e Fernandes, 2023). Os autores ainda comentam que

> o incentivo a esse tipo de ocupação ignora a presença das populações locais e seus modos ancestrais de viver e produzir, o que torna inviável qualquer tipo de estratégia de conservação da floresta, suprimindo o conhecimento prático e as tecnologias desenvolvidas por essas populações e seus modos de uso produtivo e sustentável da floresta. Mais do que ignorar, grande parte dessas populações tem sido vítima de ações violentas, com ameaças e invasões aos seus territórios (Escada, Amaral e Fernandes, 2023, p. 2).

No Marajó, esses projetos avançam principalmente com a expansão do agronegócio vinculado à monocultura do arroz, com os proprietários vindos de outros estados, até mesmo desapropriados de uma terra indígena do estado de Roraima, que é o caso do primeiro fazendeiro a chegar no Marajó, instalando suas atividades na região. No entanto, esses fazendeiros avançam com suas atividades sobre os territórios quilombolas e com isso uma série de conflitos se estabelece, visto que essas populações tradicionais secularmente ocupam seus territórios e desenvolvem suas atividades principalmente para a manutenção da unidade familiar. Também a partir dos conflitos há a resistência e organização das populações que sofrem das diversas violações nos seus territórios.

Além disso, o abacaxi também ganha destaque no município de Salvaterra. Apesar de não ser um monocultivo ligado às grandes fazendas, é vinculado a um pacote tecnológico do agronegócio que acompanha uma série de adubos, agrotóxicos e mecanização, ou seja, são outras formas de trabalho no campo, de manejo, de uso de ferramentas, que diferem das habituais dos quilombolas. O abacaxi se expandiu para as comunidades rurais do município, como as quilombolas, e passa então a ser cultivado pelos agricultores familiares e incluída nos seus sistemas produtivos.

Cito ainda como uma das materializações dos projetos de desenvolvimento na região a construção da rodovia estadual PA-154 com cerca de 52 km de extensão, que interliga os municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra. A rodovia é uma das obras de infraestrutura e estratégia governamental para a promoção do “desenvolvimento” na região, e um dos seus objetivos é beneficiar o escoamento da produção do arroz.

Em Vila União/Campina, visualiza-se, por um lado, a chegada do monocultivo do abacaxi, voltado exclusivamente para a comercialização, e junto deste a adoção de insumos químicos e a maior mecanização dos sistemas. Porém, por outro lado, observa-se a importância da agrobiodiversidade, composta também pelos roçados, como contratendência colocada em prática pelas comunidades quilombolas.

Nesse cenário observado em Salvaterra, tanto o monocultivo do arroz, quanto de abacaxi, de certa forma colabora para mudanças na dinâmica do território. A expansão da rizicultura sobre territórios quilombolas, disputando e suprimindo espaços pertencentes a comunidades quilombolas, acaba interferindo e até mesmo estimulando transformações no território, pela menor disponibilidade de terra, assim como pelos impactos socioambientais causados pelos usos dos agrotóxicos. Já o monocultivo de abacaxi, ao adentrar os sistemas produtivos das comunidades, com uma lógica diferente, voltada para a obtenção de valor monetário, acaba disputando espaço com os cultivos tradicionais, e até mesmo fragilizando-os,

além de propagar o uso intensivo de produtos químicos, que podem a longo prazo causar danos à fertilidade do solo, aos rios e lagos.

Os territórios quilombolas, diante desse contexto supramencionado, experimentam transformações nos seus espaços, nas suas formas de produzir, até mesmo nos seus roçados tradicionalmente feitos. Nesse sentido faz-se necessário pontuar que o conceito de território mobilizado na presente dissertação toma emprestadas as ideias de Paul Little (2002, p. 254), que o apresenta como "[...] um produto histórico de processos sociais e políticos". Ainda para este autor, o território é retroalimentado pela territorialidade de um determinado grupo social. Esta, por sua vez, é definida por ele como o esforço coletivo atribuído a uma parcela específica do ambiente, convertendo-o em seu "território".

A comunidade Vila União/Campina está localizada a 17km do centro de Salvaterra, e conta com cerca de 200 (duzentas) famílias. As principais fontes de renda dos seus moradores são a agricultura, na produção a partir das roças de mandioca e de abacaxi, o cultivo de hortas e o comércio na "beira da estrada" estadual, a rodovia PA-154. Vale mencionar que a referida estrada, ainda que tenha facilitado os deslocamentos dos moradores da própria comunidade e possibilitado maior acesso ao centro de Salvaterra, a outras comunidades, vilas e ao porto Camará, por exemplo, chegou fortemente vinculada a uma lógica para viabilizar a produção e o escoamento da produção de grãos. A abertura da estrada, para além do crescente aumento populacional, repercute em uma reestruturação produtiva e social, nas formas de produção e mesmo na organização do trabalho.

À vista disso, o atraso na titulação do território de Vila União/Campina, potencializa as transformações no território, vinculadas principalmente à chegada da estrada e à intensificação dos monocultivos. Ao não terem a titulação coletiva, a comunidade constantemente recebe a migração de pessoas não quilombolas e a consequente abertura de empreendimentos às margens da PA-154. Também há uma dificuldade no trabalho de identidade quilombola, assim como a atenuação das práticas tradicionais historicamente desenvolvidas pelos moradores. Nesse sentido, Campos relata que

> [...] o título que é emitido a partir dos procedimentos administrativos, torna a comunidade, representada por uma associação quilombola, legalmente detentora dos espaços que ocupam, tornando-o imprescritível, inalienável, impenhorável, intransferível e pró- indiviso, uma vez que a natureza do título é coletiva. Com isso, a titulação gera por consequência segurança jurídica que enseja na proteção contra mais perdas de territórios, esbulhos e ações fraudulenta advindas de agentes antagônicos ao modo de vida coletivo (Campos, 2023 p. 31).

Mesmo com algumas mudanças trazidas pela intensificação da produção de arroz e abacaxi no município e materializadas também pela abertura da estrada que perpassa essa

comunidade, nas roças e nos quintais produtivos, que também são importantes para as famílias agricultoras de Vila União/Campina, mantem-se uma rica agrobiodiversidade, compreendida como uma parte importante da biodiversidade por abarcar elementos que se integram e interagem em uma produção agrícola, como os espaços cultivados para a criação de animais domésticos, as espécies manejadas, as plantas espontâneas, os polinizadores, os predadores, e a diversidade genética a eles associados (Santilli, 2009).

Os roçados atualmente na comunidade são representados pelo cultivo principalmente de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) e do abacaxi (*Annanas comosus* (L.) Merril), além de espécies como maxixe, melancia, jerimum, milho, açaí, banana e quiabo. A mandioca possui centralidade na produção dos roçados de Vila União/Campina, visto que seu cultivo para a fabricação da farinha de mandioca e de muitos outros derivados está entrelaçado com uma cultura que é repassada ao longo das gerações nessa localidade e que fortalece os vínculos de solidariedade entre os moradores.

Silva e Mendes (2019) comentam que a produção da mandioca, pelas comunidades quilombolas de Salvaterra, esteve ao longo dos anos intrinsecamente relacionada a uma cultura enraizada nas artes de conhecimentos e fazeres tradicionais, importante na construção da territorialidade local. Esse conhecer-fazer tradicional, historicamente, relaciona-se com uma organização coletiva do trabalho, envolvendo um número significativo de pessoas, de famílias, de preparo do roçado e cultivo da mandioca, mas que ganha novos contornos no cenário atual da comunidade.

Compreendendo a complexidade da dinâmica deste território, essa pesquisa visa responder à seguinte questão: Qual a relação entre as mudanças na dinâmica territorial quilombola, em especial relacionadas à configuração dos roçados da comunidade de Vila União/Campina, e a chegada de projetos de desenvolvimento, pautados em uma lógica contrária à dos quilombolas, em Salvaterra?

Essa pergunta, por sua vez, se desdobra nos seguintes objetivos: o objetivo geral busca analisar a relação entre as mudanças na dinâmica territorial quilombola, em especial relacionadas à configuração dos roçados da comunidade de Vila União/Campina, e a chegada de projetos de desenvolvimento, fortemente pautados em uma lógica capitalista, em Salvaterra. E os objetivos específicos: 1) Caracterizar historicamente a comunidade Vila União/Campina, enfatizando o papel de projetos de desenvolvimento, pautados em uma lógica capitalista, no município; 2) Descrever os roçados quilombolas atualmente existentes nessa comunidade, buscando conexões entre estes e a agrobiodiversidade local; 3) Identificar as principais mudanças territoriais na comunidade, sobretudo as relacionadas aos roçados quilombolas.

Com o intuito de melhor apresentar as ideias e análises que compõem essa pesquisa, o presente texto de dissertação está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo refere -se ao referencial bibliográfico, no qual são abordadas questões voltadas para a história dos quilombos no Brasil, no Marajó e em Salvaterra, também abordando os conceitos como, identidade, território e territorialidade. Além disso, abarca um tópico com as transformações em territórios na Amazônia, e outro sobre o conceito de agrobiodiversidade e sua relação com as roças de mandioca em territórios quilombolas. No segundo capítulo, incluem-se os caminhos metodológicos percorridos na pesquisa, com a apresentação do local de realização do estudo, os interlocutores envolvidos na construção dos dados e a abordagem e instrumentos mobilizados desde a construção teórica até a imersão em campo, bem como as questões éticas necessárias na pesquisa.

O terceiro capítulo é voltado para a contextualização do território quilombola de Vila União/campina, perpassando pelo histórico de formação da comunidade até a sua caracterização atual, abordando as questões de infraestrutura local, como saúde, educação, e a agrobiodiversidade presente no território, enfatizando o papel de projetos de desenvolvimento, fortemente pautados em uma lógica capitalista, no município. Já o quarto capítulo é construído com a caracterização dos roçados de mandioca e a relevância da agrobiodiversidade como instrumento de defesa do território, e a análise do território quilombola e de suas transformações, sobretudo aquelas vinculadas às roças de mandioca e de abacaxi. Por fim, no quinto e último capítulo, estão as conclusões e principais considerações da pesquisa.

2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Ao se trabalhar com populações tradicionais, como as quilombolas, torna-se primordial, mesmo que breve, a contextualização de sua constituição tanto no contexto do país, quanto da região em que se está trabalhando. Compreender as suas formas de viver e de se organizar, assim como o histórico de suas lutas na região marajoara, são elementos também essenciais para a construção de uma pesquisa junto a esses sujeitos.

Estes sujeitos têm uma relação particular com seu espaço, sua terra, seu território, local em que desenvolvem suas atividades, suas crenças, suas territorialidades, muitas destas vinculadas a práticas tradicionais, como os roçados de mandioca, tão importantes para a agrobiodiversidade local e para sua permanência no território. O território também é o meio pelo qual os quilombolas expressam suas identidades, atrelados à cultura tradicional, mas que constantemente vêm tendo seus direitos sob o território violados. Neste capítulo, essas questões serão mais bem analisadas.

2.1 Constituição histórica dos Quilombos no Brasil

No Brasil, a origem dos quilombos está relacionada a um processo de resistência ao regime de escravidão que vigorou no país por milhares de anos. A constituição desses grupos foi realizada de diversas formas, vinculadas às suas estratégias de resistência e sobrevivência: “as fugas com ocupação de terras livres; o recebimento de terras por herança, doação ou como pagamento de serviços prestados ao Estado; a compra de terras; ou ainda, a permanência nas áreas que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades” (Dutra, 2011, p. 16). Esses grupos resistem em suas terras, mesmo após a abolição da escravidão em 1888, sofrendo de diversas formas pela invisibilização imposta pela sociedade e sendo ignorados pelo Estado (Dutra, 2011).

É importante a reflexão de que a subjugação dos negros se inicia no período colonial, relacionando-se com uma classificação social, com a denominação de raças imposta no período da colonização das Américas e a instituição do capitalismo colonial eurocentrado. Nesse sentido, o negro, pela cor da sua pele, foi classificado como pertencente a uma raça inferior e, com isso, destinado à servidão como escravo (Da Silva, 1998).

> A desumanização do negro não foi um acaso, mas uma consequência perversa das questões econômicas, políticas e culturais em jogo naquele momento e que de certo modo permanecem até nossos dias, visto que o negro, via de regra, continua a ser marginalizado econômica e socialmente, além ainda de estar sob uma sujeição cultural em nossa sociedade, mesmo dentro de uma aparente (e politicamente correta) democracia racial (Da Silva, 1998 p. 14).

Ao analisar a formação cultural do Brasil, percebem-se as marcas dessa história, visto que os colonizadores na época exterminaram grande parte de diversas etnias indígenas. Trouxeram para o trabalho escravo os negros africanos e, assim, instauraram uma sociedade de dominantes, que no caso seriam os brancos europeus, e os dominados, que incluíam os negros, indígenas e mestiços (Da Silva, 1998). “A sobreposição entre classe social e cor continuou mesmo depois da abolição da escravatura no país” (Da Silva, 1998, p. 14). A invisibilização da existência desses povos e a negação dos seus direitos básicos se perpetua até os dias atuais.

Essa invisibilização é vista já na primeira Lei de terras, escrita e lavrada no Brasil, em 1850, na qual os africanos e seus descendentes são categorizados como “libertos”, separados da categoria de brasileiros, o que mostrou desde então a desigualdade, o racismo, a violência que atingem esses sujeitos, “anunciados” e “denunciados” pela cor da pele. Desse modo, os negros foram expulsos dos seus espaços, suas terras, mesmo quando estas foram compradas ou herdadas de antigos senhores. Diante desse contexto de subjugação e violência, para estes, o simples ato de se apropriarem dos seus espaços para a continuação de suas reproduções sociais e simbólicas passou a significar um ato de luta, de resistência (Leite, 2000).

> Ao negro foi negada a cidadania real, mesmo após a abolição da escravatura. Recusados e discriminados como mão de obra paga, muitos negros estabeleceram-se sob as bases da agricultura de subsistência, comercializando, quando possível, seus excedentes. Na maioria das vezes, esses grupos constroem coletivamente a vida sob uma base material e social, formadora de uma territorialidade negra, na qual se elaboram formas específicas de ser e existir como camponês e negro (Da Silva, 1998, p. 19).

Nesse ínterim, “a história do negro no Brasil não se constitui somente de submissão, houve também diversas formas de resistência negra à escravidão, como revoltas, fugas, assassinato de senhores, abortos e a constituição de quilombos” (Da Silva, 1998, p. 20). A partir da década 80, demandas por reconhecimento e redistribuição dos grupos étnicos formadores da sociedade brasileira ganharam maior visibilidade. Assim, o Brasil passou a abrigar reivindicações diferenciadas, especialmente do ponto de vista das demandas por acesso à terra (Picelli, Costa e Torsiano, 2016). “O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado” (Leite, 2000, p. 335).

Diante desse cenário, apenas com a Constituição Brasileira de 1988, o Estado reconheceu esse grupo social, com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), consagrando aos remanescentes das comunidades de quilombos o direito à propriedade de suas terras (Leite, 2000; Sarmento; Souza, 2022). Segundo Cardoso (2013),

as lutas das comunidades negras do Brasil se intensificaram a partir dessa Constituição, e é nesse marco temporal que ocorre, em âmbito nacional, a divulgação das expectativas daqueles grupos a partir de então, organizados em termos de comunidades remanescentes de quilombos de acordo com o Artigo 68 da Constituição Federal de 1988. Entretanto, apenas em 2003, as normas para o processo de titulação foram divulgadas com o decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Nesse documento, mais precisamente, no art. 2°, afirma-se que:

> Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 2003).

Moreira (2013) menciona que esse decreto também delimita e demarca as terras ocupadas pelos quilombolas, estabelecendo, assim, territorialidade e identidade nos espaços marcados por luta e resistência. De acordo com Andrade e Trecanni (2000 p. 1), "a inclusão deste preceito constitucional foi motivada pela premência de reparar uma injustiça histórica cometida pela sociedade escravocrata brasileira contra o povo negro". Esta reparação se concretiza através deste reconhecimento dos direitos das comunidades de descendentes dos antigos escravizados, possibilitando-lhes, finalmente, o acesso à propriedade de suas terras por direito. Ainda segundo os autores,

> As comunidades quilombolas tiveram também garantido o direito à manutenção de sua cultura própria através dos artigos 215 e 216 da Constituição. O primeiro dispositivo determina que o Estado proteja as manifestações culturais afro-brasileiras. Já o artigo 216 considera patrimônio cultural brasileiro, a ser promovido e protegido pelo Poder Público, os bens de natureza material e imaterial (nos quais incluem-se as formas de expressão, bem como os modos de criar, fazer e viver) dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, entre os quais estão, sem dúvida, as comunidades negras (Andrade; Trecanni, 2000, p. 1).

Nesse sentido, o direito dos quilombolas à terra está inteiramente associado à preservação da sua cultura, dos seus modos de viver e de se organizar específicos, devendo estes serem respeitados. Sendo assim, o artigo 68 do ADCT, pode ser considerado mais um importante instrumento jurídico para fundamentar a construção de uma política fundiária tendo como primordial o princípio de respeito aos direitos territoriais dos grupos étnicos e minoritários, assim como das suas especificidades relacionadas às suas crenças, cultura, simbologias (Andrade; Trecanni, 2000).

No entanto, mesmo com o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dando garantia aos quilombolas o direito à titulação de seus territórios, isso não se tornou uma facilidade para tais conquistas, pois inúmeras comunidades encontram-se com processos parados; em outras, o reconhecimento do território ainda nem iniciou. Além do mais, muitos

territórios quilombolas vêm sofrendo com a retirada ilegal de suas terras ou estão sendo impedidos por agentes contrários às suas formas de viver, de acessar diversas áreas do seu território, dificultando a existência dessas populações presentes nas diferentes regiões do país.

Com todas essas negações de direitos e lentidão nos processos para a garantia dos territórios das populações negras, nos últimos vinte anos em todo o território nacional, estes, organizados em associações quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras que estão marcadas por seus trabalhos e que garantem suas existências (Leite, 2000).

2.2 Quilombos no Marajó: destaque para Salvaterra

Conhecer a constituição histórica do território marajoara é fundamental para traçar um entendimento sobre as dinâmicas atuais do território, os conflitos presentes e a fragilização dos órgãos públicos para com a garantia de direitos dos sujeitos sociais da região, especialmente dos povos e comunidades tradicionais, como as quilombolas. De acordo com Acevedo Marin (2009, p. 209), "estudar a sociedade da ilha do Marajó significa reconhecer na sua formação histórica e no presente, a existência de indígenas e negros como os grupos étnicos mais importantes". No entanto, ainda de acordo com a autora, esses sujeitos têm sido invisibilizados por narrativas que ocultam a existência de distintas populações no território, por considerar e valorizar a região com uma centralidade na pecuária.

> Desde a primeira metade do século XVIII foram introduzidos escravos para o trabalho na agricultura, preponderantemente nos primeiros anos da colonização. O cacau era cultivado nas terras inundáveis, assim como arroz, milho, algodão, café, mandioca e cana-de-açúcar. O dinamismo das plantações de cana favoreceu o estabelecimento de alguns engenhos. A ilha tornou-se um dos centros da produção canavieira do estado do Grão-Pará e Maranhão. Mas foi a pecuária que se impôs como atividade típica. O governador Francisco de Souza Coutinho decretou que se devia dar maior importância aos pecuaristas do que aos produtores de algodão e de arroz. A pecuária ficou concentrada, adotando a forma extensiva (Acevedo Marin, 2009, p.6).

Nos engenhos e fazendas da região ocorriam fugas coletivas e consequentemente o aumento dos mocambos. Tais mocambos, formados por indígenas e negros, distribuíam-se por todas as partes da ilha. O Marajó, no fim do século XVIII e início do XIX, em grande parte, teve sua ocupação por fazendas, o que significou que tanto indígenas quanto ex-escravizados e homens e mulheres livres ficariam "sem terra", e essa restrição seria um mecanismo, que em alguns casos, tornaria estes dependentes – e submissos – aos fazendeiros presentes no território. Essas fazendas em muito se valeram dos trabalhos dos indígenas e de escravizados africanos e

foi nas fímbrias das fazendas que se formaram as comunidades de fugitivos na ilha do Marajó (Marin, 2009).

No entanto, a atividade econômica das fazendas, relacionada à pecuária extensiva, apresentou-se em instabilidade, através da qual sofreram redução ou foram abandonadas, com os fazendeiros retirando-se da região marajoara e instalando suas residências em Belém. Isso se justifica pelas contestações políticas, como por exemplo a Cabanagem, e dessa forma os quilombolas e indígenas passaram a ocupar as "sobras de terras", fazendas e terrenos abandonados, até mesmo alguns receberam como doação ou compraram terras (Marin, 2009).

> Os grupos consolidados a partir dessas insurreições constituíram-se como a principal forma de resistência desses sujeitos naquela época, isto é, a transgressão das regras oficialmente instituídas pelo regime e a construção de quilombos, foram primordiais para a formação de uma teia de embate e resistência contra os senhores e os outros donos do poder (Bargas e Cardoso, 2015, p. 472).

Conflitos fundiários são marcantes na constituição histórica marajoara, até os dias atuais, antes com os antagonistas das populações quilombolas mais ligados à pecuária, e atualmente tendo como foco principalmente o agronegócio. Segundo Bargas e Cardoso (2015, p. 472),

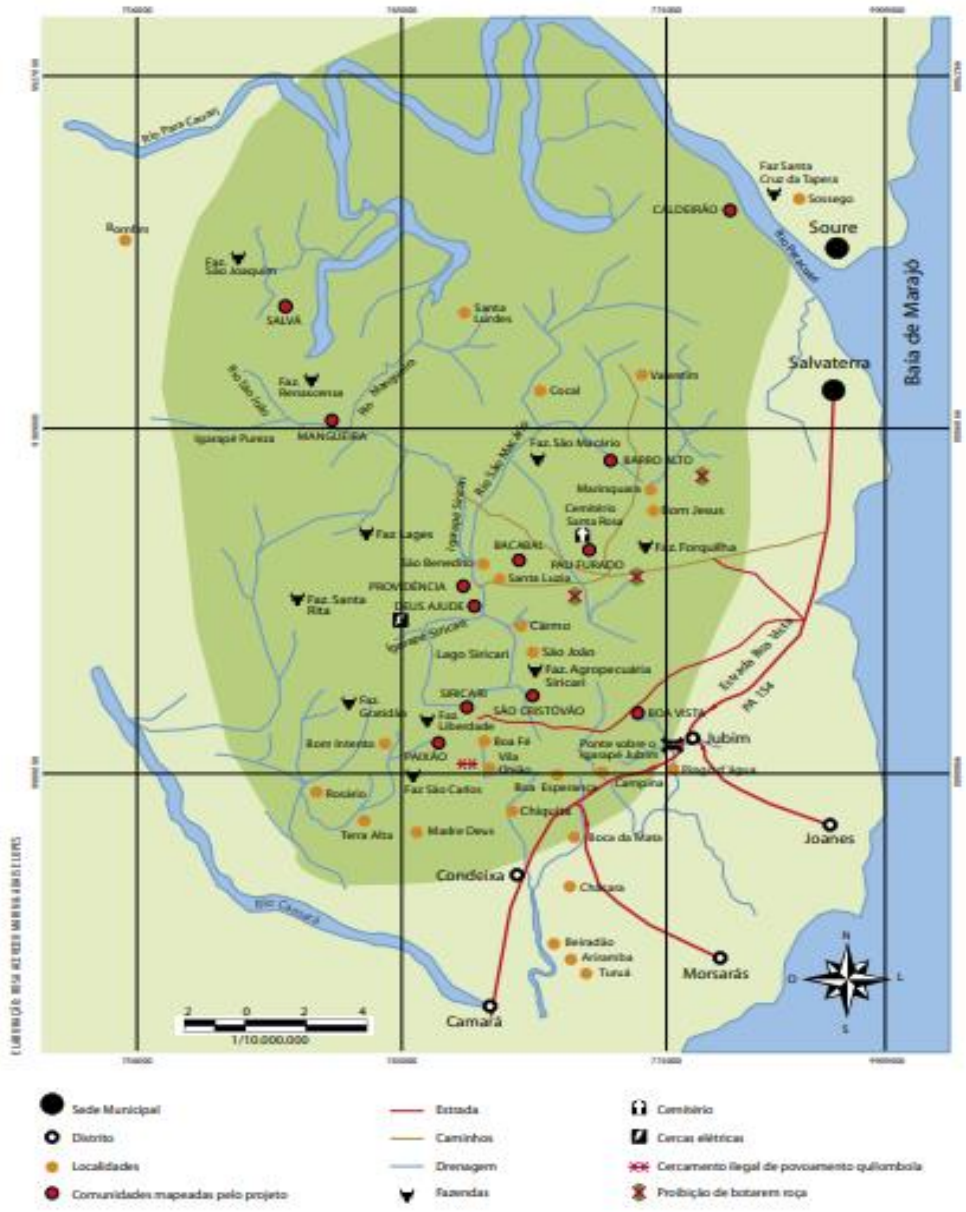
> [...] quando há relação amistosa, a negociação entre as famílias quilombolas e os fazendeiros da região ocorre, muitas vezes, mediante a troca entre o cultivo em um pequeno pedaço de terra e a abertura de pastos e outros serviços manuais. A atividade pesqueira e o consumo do açaí pelos quilombolas também têm sido impactados pelo arrendamento de áreas que os fazendeiros dizem pertencer-lhes a empresários ou pequenos comerciantes atuantes na exploração do açaí, abundante nas várzeas da região, para a exportação. Essas áreas são legalmente terras de marinha e tradicionalmente de uso comum dos quilombolas.

Em uma situação de conflito mais iminente, têm-se no território novos sujeitos agora ligados à rizicultura (*Oryza sativa* L.), que chegaram ao Marajó desde 2009, vindos a partir da sua expropriação da Terra indígena Raposa Serra do Sol, do estado de Roraima. Dentre os fatores que favorecem essa migração estão: o baixo preço da terra no Marajó, o ambiente favorável à plantação do arroz, à pecuária bovina e bubalina, além de incentivos do governo do estado, como por exemplo a construção de um porto para escoamento da produção, que foi anunciado em dezembro de 2012 (Bargas; Cardoso, 2015). Decorrentes desses conflitos com fazendeiros, são evidenciadas diversas situações de ameaças de morte às lideranças quilombolas, como o caso do assassinato de uma liderança do município vizinho de Cachoeira do Arari (Bargas; Cardoso, 2015). "Tal situação coloca fazendeiros e grandes empresas do agronegócio como alguns dos principais antagonistas aos quilombolas" (Bargas; Cardoso, 2015, p. 472).

> Ainda que bucólico e paradisíaco, a história econômica do Marajó se caracteriza pela grilagem e o suceder de ciclos ambientalmente impactantes e socialmente excludentes, concentradores de renda, poder e terra. Desde as primeiras fazendas de gado e cana-de-açúcar no século XVIII, o Marajó é controlado por pequeno grupo, alheio aos interesses da maioria dos marajoaras (Filho, 2014 p. 87).

Na figura a seguir (Figura 1) mobilizada da Nova Cartografia social da Amazônia, pode-se observar o mapa do território quilombola do Marajó, assim como as inúmeras fazendas presentes nas proximidades ou em parte de território quilombola e as cercas utilizadas por estes agentes para impedir o acesso dos quilombolas a diversas áreas do território.

Figura 1: O território quilombola de Marajó.

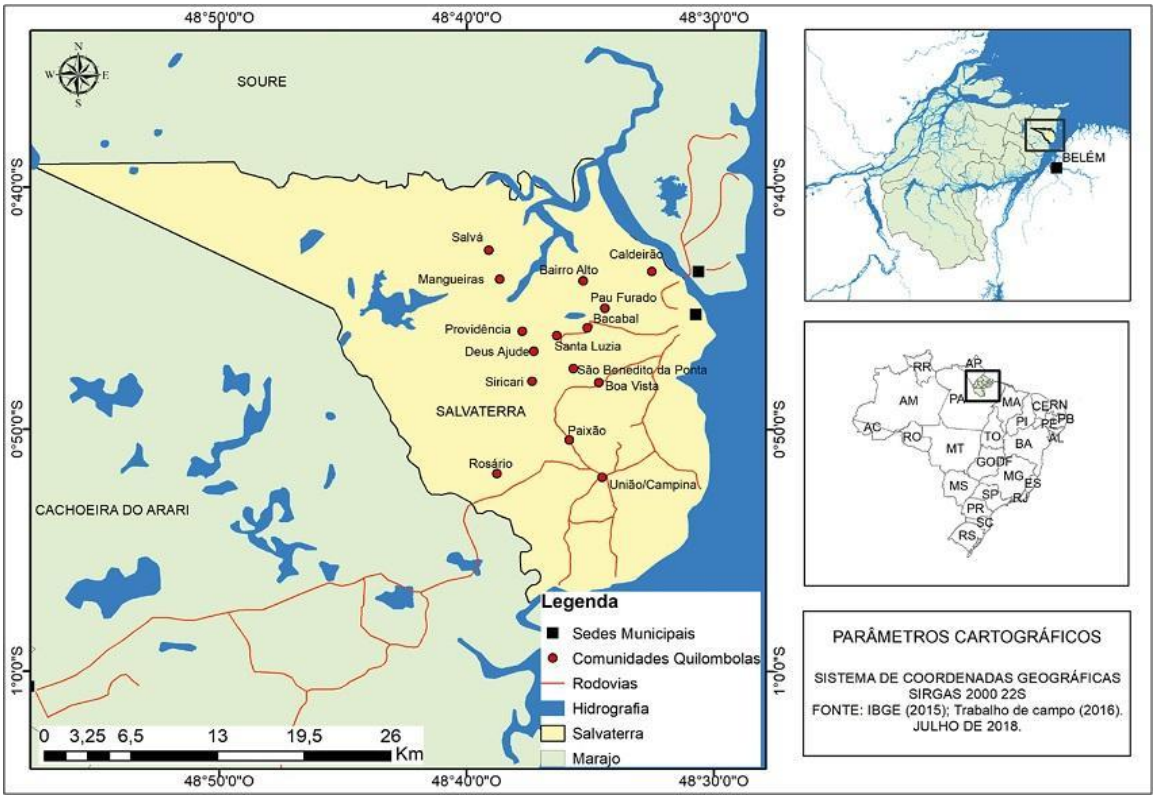


Fonte: Nova Cartografia Social da Amazônia, 2006.

As cercas observadas no mapa são uma das formas usadas pelos fazendeiros para coibir o livre acesso dos quilombolas em áreas que tradicionalmente usavam para a garantia de suas reproduções, de onde retiram seus alimentos e renda. Dentre os espaços que têm sido restritos estão as matas, rios e igarapés, locais onde essa população coletava frutos como o bacuri e o açaí, faziam suas roças e pescavam, mas que com essas restrições vivem limitados e com dificuldades de permanência nos territórios. Tal situação é evidenciada no estudo de Filho (2014 p. 88), ao destacar que nesse processo de cercamento "muitas áreas 'comuns' ou 'públicas' – matas, rios, açaizais, campos de mangaba – foram ocupadas, instalando-se porteiras em rios, vigilância armada e passando-se a usar de violência para afastar 'intrusos' a estas pretensas propriedades".

Mais especificamente acerca de Salvaterra, como já citado, o município possui 17 (dezessete) comunidades autorreconhecidas como quilombolas, sendo elas: Bacabal, Bairro Alto, Boa Vista, Buca da Mata, Caldeirão, Cururu, Deus me Ajude, Mangueiras, Paixão, Pau Furado, Providência, Salvar, Santa Luzia, São Benedito da Ponta, Siricari, Rosário e Vila União/Campina (Sarmento; Souza, 2022). Na Figura 2 a seguir, é possível verificar 15 das 17 comunidades.

Figura 2 - Localização de 15 (quinze), dos 17 (dezessete) quilombos no município de Salvaterra - PA



Fonte: IBGE (2015); elaborado por Cristiano Cardoso dos Reis, 2018. In: Gomes, Schmitz, Bringel, 2018.

Essa predominância de comunidades quilombolas em Salvaterra relaciona-se com a origem da forma de ocupação da região, pela presença de indígenas, negros e mestiços, na construção da base social da região marajoara (Campos, 2023). A partir da consolidação da pecuária como atividade típica da região, as fugas coletivas foram intensificadas, o que acarretou o aumento dos chamados mocambos, compostos por indígenas, ex-escravizados, homens livres que ocupavam sítios que se formavam às margens das fazendas ou em terras longínquas (Campos, 2023; Marin, 2009). Acevedo Marin, em seu estudo, menciona que, no presente, os descendentes de negros e indígenas, a partir de suas organizações nos quilombos, passaram a desenvolver diversas atividades como formas de garantir suas existências; e descreve a diversidade de formas de acesso à terra por esses grupos.

> No presente, descendentes de índios e negros desenvolvem estratégias de vida como roceiros, extratores e pescadores, lutando por permanecer em territórios ocupados centenariamente. Em Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Gurupá, Muaná, Afuá e Chaves, essas situações sociais e políticas estão em evidência. Nesses municípios, os povoados negros revelam origens diferenciadas, assim como uma diversidade de formas de acesso à terra, o que compreende ocupações, doações, posses registradas, compras e heranças. Garantir esses domínios é a luta principal desses grupos, em face do avanço das fazendas com suas cercas elétricas, do movimento dos especuladores urbanos e da indústria do turismo, que pressionam e tecem ameaças sobre o território. (Acevedo Marin, 2009 p. 215).

A luta desses povos é histórica, tanto para sua permanência nos territórios etnicamente ocupados quanto para o livre exercício de suas atividades econômicas, tradições, simbologias e crenças. Filho, Silveira e Cardoso, corroborando o exposto, comentam que "esses grupos viveram ao longo do tempo e ainda vivem situações semelhantes relacionadas com a perda de seus territórios de pesca, de extrativismo e de produção agrícola" (Filho, Silveira e Cardoso, 2016 p. 89). Atualmente, no município de Salvaterra, visualiza-se a luta dos quilombolas para a continuação de suas existências, diante das muitas privações de direitos que vêm sendo impostas. Comunidades como Deus Ajude, Rosário, Paixão, Pau Furado, Providência, Bacabal estão vivendo em espaços cada vez mais limitados dos seus territórios, por conta das restrições advindas pela presença das cercas. A respeito dessas limitações impostas pelas cercas e das possíveis mudanças que decorrem a partir desse processo, Acevedo Marin comenta que:

> quilombolas de Salvaterra produziram um processo de territorialização que experimenta mudanças devido à existência de condições limitantes à sua existência, aos modos de produzir e de organizar a vida social. As cercas construídas pelos fazendeiros, cujo primeiro significado é de identificação e de relação com um "dono, proprietário", privatizam os recursos (igarapés, lagos) e estabelecem impedimento,

> coerção, restrição de deslocamentos, de gozo da liberdade de movimentar-se livremente no território. Assim, quando se estudam as mudanças nas comunidades quilombolas, provocadas pelo cercamento, surgem perguntas: quais os momentos e as condições em que ocorreu sua construção? Quais têm sido as reações do grupo? Que limitações criam as cercas no modo de existência em comunidade? (Acevedo Marin, 2009, p. 215)

Na comunidade quilombola de Bacabal, no município de Salvaterra, a cerca da fazenda São Macário que circunda o povoado obriga os moradores a reinventar a vida sem liberdade, sem terras e ainda sob ameaças. "As cercas construídas pela fazendeira são a prova de uma série de atos autoritários. Cada trecho cercado fecha o espaço do povoado, que fica encolhido e sem liberdade" (Acevedo Marin, 2009 p. 216). Diante desse cenário vivenciado em diversas comunidades quilombolas, essas populações se unem, organizando-se em associações quilombolas, na luta principalmente por seus territórios e suas formas de viver.

> Nós iniciamos uma luta, luta esta que temos que estar unidos, nos juntar e lutar, mas lutar pelo território. Território das comunidades quilombolas de Salvaterra. Não podemos pedir, terra por exemplo só para Bacabal. Temos que pedir terras para todos, falar a mesma língua. Temos que nos reunir com frequência para conseguir os nossos objetivos; não é cada um por si e sim cada um por todos, e todos por um que é o território quilombola de Salvaterra (Luzia Betânia Alcântara, em 10/12/2005. Nova Cartografia Social da Amazônia, 2006).

Essas principais limitações sofridas pelas comunidades quilombolas de Salvaterra, no decorrer do tempo, foram se acentuando com a compra de benfeitorias de antigos moradores, a expansão dos domínios com a utilização de documentos forjados, a destruição de casas, escolas, roças, as ameaças às pessoas; e a construção de cercas (Marin, 2009). Todos esses atos inegavelmente convergem para a fragmentação e privatização do território, que tem como desfecho a expansão das fazendas, produzindo com isso o controle sobre os espaços, sobre recursos naturais. Além também da procura de alternativas individuais e familiares, como por exemplo a saída de pessoas de suas comunidades para viver nos centros urbanos, pois as limitações restringem o direito de suas reproduções em suas localidades (Marin, 2009).

> Essa realidade é reflexo da dificuldade em torno do reconhecimento territorial de povos originários e comunidades tradicionais, vivenciada historicamente no país. O embate enfrentado pelas comunidades quilombolas de Salvaterra, é resultado do grande imbróglio que é a questão da titulação quilombola no cenário nacional. O título definitivo é uma das ferramentas capazes de garantir segurança jurídica, proteção aos espaços tradicionalmente ocupados e consequentemente uma das alternativas para frear o avanço de invasores a estes territórios. Ocorre que a morosidade no processo coloca as comunidades em situação de risco e de tensões que ceifam vidas (Campos, 2023, p. 62).

Desta forma, as comunidades quilombolas, ao se organizarem na luta pelo direito aos territórios ancestrais, não estão apenas lutando pela titulação de suas terras, às quais elas têm absoluto direito, mas, sobretudo, estão fazendo valer seu direito a seus meios e formas de vidas específicos (Da Silva, 1998).

Até o momento nenhum território quilombola de Salvaterra foi titulado. Na realidade, a morosidade com que o processo ocorre e a burocracia dificultam para que as comunidades consigam a sua titulação. No quadro a seguir, é possível visualizar as comunidades que estão com a abertura dos processos para a titulação dos seus territórios pelo Incra, assim como o andamento dos processos até o momento.

Quadro 1: Relação e andamento dos processos em aberto no Incra, para regularização dos territórios quilombolas de Salvaterra.

Comunidades	**Ano de abertura do processo**	**Edital RTID no DOU**	**Portaria no DOU**
Campina	2004		
Deus Ajude	2005		
Salvar	2005		
Bacabal	2005	05 e 08/10/2012	21/07/2014
Santa Luzia	2005	24 e 25/03/2014	21/06/2023
São Benedito	2007		
Paixão	2007	Em elaboração	
Caldeirão	2007		
Rosário	2007	04 e 05/10/2017	
Boa vista	2007	Em elaboração	
Pau Furado	2007		
São João	2007		
Bairro Alto	2010		
Mangueiras	2010		
Providência	2013		
Siricari	2013		

Fonte: Incra. Elaborado pela autora, 2024.

De todas as comunidades quilombolas de Salvaterra com abertura do processo para titulação no Incra, somente três possuem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), etapa fundamental do trabalho de demarcação. Apesar disso, sem a continuidade do processo, Bacabal, Santa Luzia e Rosário, assim como as demais comunidades que estão com os processos parados ou em elaboração, vivem grande insegurança jurídica e vulnerabilidade social. A seguir, são apresentados os passos necessários para a titulação de territórios quilombolas.

> Passo 1- Autodefinição quilombola
>
> A comunidade quilombola assim como qualquer outro grupo social tem direito a autodefinição para regularizar o seu território. O grupo deve apresentar ao Incra a certidão de autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares.
>
> Passo 2- Elaboração do RTID

> A primeira etapa da regularização fundiária quilombola consiste na elaboração do relatório técnico de identificação e delimitação “RTID”, visando o levantamento de informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas. O RTID tem como objetivo identificar os limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos.
>
> Passo 3- Publicação do RTID
>
> Os interessados terão o prazo de 90 dias após a publicação e as notificações para contestarem o RTID junto a superintendência regional do Incra, juntando as provas pertinentes. Do julgamento das contestações caberá recurso único ao conselho diretor do Incra Sede, no prazo de 30 dias, a contar da notificação.
>
> Passo 4- Portaria de reconhecimento
>
> A fase de identificação do território encerra-se com a publicação de portaria do presidente do Incra que reconhece os limites do território quilombola no diário oficial da União e dos estados.
>
> Passo 5- Decreto de desapropriação
>
> No caso em que há imóveis privados (título ou posses) incidentes no território, é necessária a publicação de Decreto Presidencial de desapropriação por interesse social (presidência da república). Os imóveis desapropriados serão vistoriados e avaliados conforme os preços de mercado pagando-se sempre previamente e em dinheiro a terra nua, no caso dos títulos válidos, e as benfeitorias.
>
> Passo 6- Titulação
>
> O presidente do Incra realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo, imprescritível e pró-indiviso à comunidade em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro. É proibido a venda e penhora do território (INCRA, 2024).

Como observado no quadro 1, o processo de titulação de Vila União/Campina encontra-se parado, e a associação quilombola da comunidade, a AMARQUIVUC, juntamente com a Malungu, está nos trâmites para a exigência do andamento do processo. O Incra é a autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas, de acordo com o decreto nº 4.887, de 2003.

> As terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas é de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos (INCRA, 2024).

2.3 Identidade quilombola, território e territorialidade

Segundo Malcher (2006), quando se discute identidade quilombola, território e identidade aparecem intimamente imbricados. O processo de construção do território produz uma identidade e em contrapartida essa mesma identidade produz o território, resultantes de ações coletivas, recíprocas e de sujeitos sociais; assim como a territorialização também se

relaciona com uma construção, pois são as relações expressas entre os sujeitos com a natureza, registradas pela memória individual e coletiva, resultantes dos saberes e conhecimentos transmitidos a cada geração.

Para Couto e Reis (2021), a construção das identidades precisa estar em conformidade com a tradição cultural das comunidades. Assim, o território quilombola é entendido por meio da íntima relação entre os sujeitos quilombolas e a terra. Esta, por sua vez, constitui-se como instrumento relevante à afirmação da identidade da comunidade para a manutenção e continuidade de suas tradições, por isso é pensada então como apropriação comum ao grupo (Malcher, 2009).

Lopes *et al.* (2015) reforçam essa análise ao afirmar que a garantia dos direitos territoriais é uma perspectiva que se confunde com a questão identitária, pois a terra para o quilombola é muito mais que um pedaço de chão, é vida, é pertencimento, é identidade, é o lugar onde desenvolvem suas formas de viver, suas territorialidades. A territorialidade quilombola manifesta-se no trabalho desenvolvido nos sistemas produtivos como os roçados, na luta pela permanência na terra, na forma como utiliza seus recursos e nas relações de parentesco, vizinhança e religiosidade (Lopes *et al*., 2015; Malcher, 2006). Estes elementos caracterizam o conjunto de práticas socioespaciais indissociavelmente ligadas à territorialidade quilombola no estado do Pará (Malcher, 2006).

Saquet e Briskievicz (2009, p. 8) entendem a "[...] noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social". Sendo assim, a territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os humanos têm com sua natureza exterior. Ainda segundo os autores, a territorialidade é o resultado do processo de produção de cada território, e com isso, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana. "As territorialidades geram as identidades que, por sua vez, influenciam nas próprias territorialidades e na formação dos territórios e seus patrimônios" (Saquet; Briskievicz, 2009 p. 9).

Na concepção de Haesbaert (2009), o território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, não apenas ao tradicional "poder político" mas também no poder no sentido mais implícito ou simbólico de apropriação. Nesse sentido, o "espaço-tempo vivido", o território nessa perspectiva é sempre múltiplo, "diverso e complexo", ao contrário do território "unifuncional" proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno (Haesbaert, 2009).

Ainda segundo o autor, todo território é, ao mesmo tempo, em diferentes combinações, funcional e simbólico. “O território é ‘funcional’ a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados ‘recursos naturais’ –‘matérias-primas’ que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s)” (Haesbaert, 2007 p. 23). Para Haesbaert (2007), a territorialidade incorpora tanto uma dimensão política, quanto diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como estas se organizam no espaço e como dão significado ao lugar.

Nesta pesquisa entendemos o território a partir da perspectiva de Paul Little (2002), que atribui o conceito a territórios sociais, a partir das construções das territorialidades de um grupo social, e um dos elementos desses territórios encontra-se nos vínculos sociais, simbólicos e culturais que os sujeitos mantêm com o meio biofísico que estão inseridos. O conceito de territorialidade é vinculado com as formas com que determinado grupo social passa a ocupar, usar, controlar e se identificar com o meio ao qual pertencem, e assim transformando-o em seu território (Paul Little, 2022).

A respeito dos territórios quilombolas, Silva e Nascimento (2012) enfatizam que são muitas as comunidades quilombolas no Brasil que lutam pela permanência ou reconquista de seus territórios ancestrais, “e via de regra estas entram em choque com os mais diversos interesses, sejam eles do poder público ou privado” (Silva; Nascimento, 2012 p. 24). Muitas vezes, seus territórios são vistos e disputados como áreas disponíveis para a expansão de atividades econômicas, principalmente ligadas ao agronegócio e à pecuária, ou como reservas intocáveis destinadas à preservação ambiental, sem nenhum respeito às populações pertencentes a esses territórios e às suas representações simbólicas. Segundo Malcher (2022, p. 110),

> o território reivindicado por uma dada sociedade/comunidade constitui um conjunto de recursos que ela deseja e pode explorar que se configura no espaço em que os membros de um determinado grupo têm direitos-, geralmente de forma estável, no tocante ao uso, ao controle dos recursos e de sua disponibilidade no tempo. Assim sendo, a apropriação territorial se sustenta sobre uma noção identitária ou de pertença, onde o “uso comum” depende, antes de tudo, da disponibilidade de terras e da garantia do direito de usufruto, assegurado pela permanência no tempo, de gerações em gerações ocupando o mesmo lugar.

No entanto, muitos territórios quilombolas, como os de Salvaterra, vêm sofrendo com a retirada ilegal de suas terras, ou estão sendo impedidos por fazendeiros e empresários de acessar diversas áreas do seu território, o que dificulta as suas reproduções socioculturais. Conforme afirma Malcher, “[...] as comunidades quilombolas desde o início construíram suas

territorialidades em meio aos conflitos e às tensões em torno da permanência na terra e apropriação de seus recursos [...]" (Malcher, 2022 p. 112).

Os conflitos nos territórios quilombolas de Salvaterra se estendem há muitas gerações, e atualmente os agentes que se opõem às formas de vida dos quilombolas têm sido fazendeiros ligados principalmente ao agronegócio, com a produção de arroz, mas também os pecuaristas. No cenário atual, muitas das comunidades quilombolas estão sofrendo privações em áreas de seu próprio território, privações estas relacionadas essencialmente ao acesso à terra e aos recursos naturais, tão importantes para suas reproduções sociais e simbólicas. Esses fatores contribuem para transformações na territorialidade e no território das comunidades, que são construídas e reconstruídas, a depender das forças históricas que exercem pressão sobre estes (Little, 2002).

Diante disso, diversas organizações dos quilombolas foram criadas e fortalecidas ao longo do tempo em todo o estado do Pará, com pautas voltadas principalmente para a garantia do acesso e da permanência nos seus territórios e a efetivação dos seus direitos. De acordo com Sarmento e Souza (2022), nos territórios quilombolas do município de Salvaterra, a luta pela titulação de seus territórios perdura há mais de vinte anos, como podemos observar a seguir.

> Aqui, há mais de 20 anos, cotidianamente lutamos pela titulação de nossos territórios pois, infelizmente, a abolição da escravidão permanece inconclusa para nós, porque seguimos presos/as ao jugo do racismo estrutural e da insegurança que nos obriga a lutar diariamente para termos o direito assegurado pelo Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, qual seja: a titulação dos nossos territórios e o reconhecimento pleno de nossa cidadania, direito que vem sendo sistematicamente negado pelo Estado brasileiro a maioria dos/das quilombolas do Brasil (Sarmento; Souza, 2022 p. 233-234).

Como exemplos de organizações que lutam pelos direitos quilombolas, podemos citar a Malungu[3], o grupo Abayomi[4], o Núcleo de Ação e Resistência Quilombola Campinas Vila

[3] A Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará – Malungu é a instituição que representa as mais de 500 comunidades quilombolas paraenses nos planos estadual e nacional. Independentemente de partidos políticos e órgãos governamentais, a entidade é composta por associações quilombolas de diversas regiões do Pará. A origem e a história da Malungu estão fortemente associadas à luta travada por mulheres e homens quilombolas com o objetivo de efetivar e garantir seus direitos territoriais reconhecidos na Constituição Federal Brasileira de 1988. A formação da entidade teve início em novembro de 1999, durante um encontro realizado no município de Santarém, na região do Baixo Amazonas. Naquele momento, a coordenação foi instalada em caráter provisório com o propósito de articular e fortalecer a atuação das associações quilombolas em nível estadual. Em março de 2004, a Malungu foi oficialmente institucionalizada (Malungu, 2022).

[4] Formado por um grupo de jovens negros quilombolas que discute políticas públicas e ações afirmativas que não chegam nos quilombos. No dia 28 de abril de 2013, na comunidade quilombola de Deus Me Ajude, foi fundado o grupo 'ABAYOMI', nome esse que significa encontro precioso. O grupo se organiza com os cargos de coordenador (a), vice-coordenador (a), primeiro secretário (a), segundo secretário (a), primeiro tesoureiro (a), segundo tesoureiro (a) e articuladores culturais. O grupo realiza encontros municipais nas comunidades quilombolas, com projetos financiados por entidades onde vêm desenvolvendo ações que visam fortalecer a juventude por meio de atividades socioculturais (Garcia, 2022).

União (NARQ)[5], da comunidade quilombola de Vila União/Campina em Salvaterra, Grupos de Mulheres, as associações quilombolas, dentre outros. Assim, a partir do fortalecimento da identidade quilombola, da luta pela terra e pelo território, tornam-se importantes elementos de resistência à manutenção dessas comunidades (Gomes; Bringel, 2016, Malcher, 2009).

2.4 Transformações em territórios na Amazônia: os conflitos frente a expansão do "desenvolvimento" no Marajó

De acordo com Castro (2017, p. 7), a Amazônia está progressivamente atravessada por conflitos face a atuação por agentes governamentais e privados, com poder hegemônico, que pensam e visualizam este espaço como propícias a oportunidades de mercado e geração de lucro, "reproduzindo as práticas coloniais, e bárbaras, de saque dos recursos naturais e da cultura, que atravessaram as Américas na colonização europeia".

O estado do Pará está associado a uma história de violência colonial "coronelista e patrimonialista" com relação ao território e consequentemente às populações pertencentes a este, especialmente a processos de colonização e à abertura de grandes eixos rodoviários, desde a rodovia Belém-Brasília em 1960 (Castro, 2017). Sendo assim "conflitos agrários, expropriação de populações tradicionais de suas terras, genocídio indígena, grilagem de terras, chacinas e mortes anunciadas por mandantes e seus pistoleiros" tornam a violência uma chave de interpretação da sociedade (Castro, 2017, p. 9). Corroborando ao exposto, Costa (2005 p. 132-133) argumenta que "tais ações resultaram de um certo conteúdo patrimonialista que tem marcado, com raízes profundas, o estado brasileiro, vinculando-o a privilégios de segmentos sociais específicos". Castro (2017) ainda menciona que

> o mercado globalizado e os interesses econômicos nos recursos naturais ampliaram as pressões sobre as florestas, as águas, a terra e o subsolo. Desde os anos 1990 observa-se um movimento de expansão das fronteiras do agronegócio na Amazônia. Os espaços transfronteiriços constituem-se em novas áreas de expansão de mercado, que tendem a se tornar mais acessíveis em função da nova logística de transportes nas áreas de fronteira, contando também com a participação de empresas de diversos setores econômicos (Castro, 2017 p. 9).

[5] O Núcleo de Ação e Resistência Quilombola Campinas Vila União (NARQ), criado em 2019, na comunidade de Vila União/Campinas, por estudantes do curso de etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará (UFPA), é formado por quilombolas que desenvolvem ações nas áreas de cultura, lazer, saúde, educação, direitos humanos, territorialidade e religião, de acordo com as demandas das comunidades. Promovem ações através de oficinas, rodas de conversas, feiras, plantações, reuniões, visando promover o bem-estar das comunidades. O núcleo em parceria com agricultores quilombolas de Vila União/Campinas criou a Feira da Agricultura Familiar quilombola, tendo sua primeira edição no dia 10 de dezembro de 2022.

No cenário atual, visualiza-se um avanço do capital sobre novos territórios dotados de recursos naturais (Castro, 2017), assim como de uma diversidade de populações e identidades culturais pertencentes a estes territórios, mas que são invisibilizadas. Esse capital vem sendo intensamente mobilizado "com investimentos diretos em infraestrutura com operações logísticas, voltadas às *commodities* agrícolas e minerais" (Castro, 2017 p. 10). Esses investimentos advindos do Estado, associados a setores privados, têm como principal destinação os ramos da mineração e do agronegócio, voltados para infraestruturas como portos, rodovias e ferrovias (Castro, 2017).

> Na Amazônia existe uma enorme diversidade social e étnica. Mas a visão colonial que ainda subjaz na cultura da sociedade brasileira não permite o reconhecimento dessa pluralidade. São grupos sociais que compartilham uma experiência histórica cuja relação com o território tem um lugar central em seu modo de vida. Seus territórios têm sido palco de processos conflitivos e de confrontos que atravessam a região e que objetivam, por parte deles, garantir a integridade de identidades e territorialidades. Trata-se de confrontações com a ordem de poder institucionalizado com forte interveniência do Estado. O avanço da modernidade e do neocolonialismo na Amazônia atual impõe um padrão referido à lógica de mercado que a transforma, de modo restrito, em lugares de negócios (Castro, 2017, p. 36-37).

Na perspectiva de Costa (2005), podem ser visualizadas duas linhas de projetos de desenvolvimento de base rural em andamento na Amazônia, nas quais se associam protagonistas que caracterizam a questão agrária da região Amazônica, seja nas suas interações conflitivas ou cooperativas, seja nos seus antagonismos e contradições. O autor ainda comenta sobre a diferenciação entre esses protagonistas: "eles diferenciam-se nas formas de tratamento do capital natural (cuja referência primordial é o bioma da floresta amazônica), na intensidade do uso de capital humano e social e nas proporções de uso de capital físico e trabalho" (Costa, 2005, p. 133).

O que se visualiza é que esses dois projetos possuem muitas desavenças, pois geralmente disputam pelos mesmos recursos, inclusive a dimensão mais perceptível desse antagonismo é retratada pelos conflitos fundiários (Costa, 2005). Estes projetos podem ser mais bem caracterizados a seguir.

> O primeiro projeto constitui a forma de evolução de uma unidade estrutural: a formada pela conjunção entre propriedade latifundiária, trabalho assalariado e produção homogênea de gado e grãos, a qual chamaremos de latifundiária-monocultural. Os riscos ambientais a ele associados são consideráveis porque a realização de sua finalidade (o lucro) pressupõe uma padronização elevada das bases produtivas, podendo implicar cisão profunda entre elementos chave do processo de reprodução equilibrada dos circuitos vitais da natureza. O segundo projeto é a forma de evolução da unidade estrutural pequena propriedade familiar-produção diversificada, a qual chamaremos aqui familiar-policultural. Os riscos ambientais associados à maioria de suas formas são relativamente baixos, sobretudo porque atua por uma racionalidade reprodutiva para a qual ser eficiente, atender eficientemente à sua finalidade significa duas coisas: limitar a expansão ao limite da capacidade de trabalho da família e elevar a qualidade de vida com máxima segurança para a unidade familiar. A escala é, assim,

> reduzida, e a diversidade é alta, constituindo, em muitas situações, a diversidade em si, uma força produtiva, uma qualidade econômica, uma capacidade dos sistemas produtivos aí desenvolvidos. Não há inovação, aqui, sem compartilhamento difuso do saber a ela associado (Costa, 2005, p.134).

Para Cardoso (2015, p.78), esses dois projetos podem ser representados a partir do confronto de duas lógicas relacionadas ao uso e à função do espaço, a primeira "é marcada pela lógica da propriedade privada que concebe a terra como geradora de ganhos financeiros imediatos ou futuros. E a segunda, as comunidades tradicionais, percebe o território como fonte de vida, de tradição, de reprodução sociocultural".

Nessa mesma linha de análise, Escada, Amaral e Fernandes (2023), dialogando sobre as dinâmicas de ocupação e as transformações das paisagens na Amazônia, reforçam que os "projetos de desenvolvimento de padrão homogeneizador" trouxeram para a região atividades econômicas que visam explorar e comercializar a terra e seu subsolo.

> Sobre a terra sem floresta se expandem as novas atividades econômicas na Amazônia, concorrendo com as economias secularmente praticadas pelas populações locais, que apresentam longas trajetórias baseadas no uso dos recursos florestais. Essas economias de produção em pequena escala em bases agroextrativistas desaparecem sob o dossel florestal, sendo invisibilizadas nos mapeamentos de uso da terra por satélite e nas políticas de desenvolvimento regional pensadas para a região (Escada, Amaral; Fernandes, 2023 p.2).

Como exemplo da atuação dos projetos de "desenvolvimento" na região amazônica, observamos o estudo de Hazeu (2017), em Barcarena, município paraense, no qual o autor analisa os deslocamentos forçados no contexto da implantação e expansão de um complexo portuário-urbanístico-industrial, em que as disputas pelo território e as estratégias de seus agentes podem ser analisadas em um campo onde a dominação é exercida com violência física e simbólica. O autor ainda pontua que

> O poder que está em disputa neste campo é o poder sobre o uso da terra, a propriedade, a questão fundiária e até os modos de produção. É uma disputa sobre a função social da terra; a sua função de produção e reprodução material e simbólica de comunidades tradicionais versus a função para a produção capitalista e a incorporação da terra no mercado imobiliário especulativo (Hazeu, 2017, p. 84).

Nesse contexto demonstrado por Hazeu (2017), o conflito é evidenciado como elemento central das desapropriações. Estas desapropriações "por sua vez, caracterizam-se pelo cerceamento de territórios e impedimento à população original e aos demais moradores do acesso às áreas produtivas", o que os deixa preocupados e em estado de alerta da ocorrência de uma nova desapropriação (Hazeu, 2017, p. 88).

Ainda nessa perspectiva dos projetos de desenvolvimento, o estudo de Alves (2017 p. 108) afirma que a região em que está inserido o município de Moju ao longo dos anos se tornou

atrativa ao desenvolvimento de projetos agroindustriais, principalmente com "o impulso governamental dado ao agronegócio da palma de dendê, este se tornou um produto de referência para novos investimentos". O autor ainda discorre que,

> diante dos incentivos dados pelo Estado e pelo papel estratégico que os produtos derivados desta palma vêm assumindo em nível mundial, a pressão sobre as terras agricultáveis aumentou, provocando uma reorientação no uso da terra na região e inaugurando novos processos marcados por conflitos originados a partir do interesse pela terra (Alves, 2017, p. 108)

Além disso, foi aberta no final de 1970, a PA-150, de Moju a Marabá, cortando os municípios de Tailândia, Goianésia, Jacundá e Nova Ipixuna, com 404 km de extensão, e a estrada PA-252, assim como chegaram os projetos agroindustriais demandando mão de obra sazonal, a exemplo das "plantações de dendê e de fazendas de pecuária, desencadearam nessa região um processo de mudança desfavorável e ameaçador aos sistemas de uso comum dos recursos naturais então existentes ao longo desta estrada" (Alves, 2017, p. 108).

Nesse contexto, a Amazônia, apesar de apresentar grande relevância nacional e internacional, sobretudo pela representação de tamanha concentração de biodiversidade do planeta, é vista a partir do recorrente discurso desenvolvimentista para a região, com alternativas necessárias de se avançar economicamente (Lobato e Costa, 2017), principalmente com projetos de grande impacto, e muitas vezes sem a adesão das populações existentes nos territórios apropriados.

Outro exemplo desses grandes projetos é a construção de usinas hidrelétricas, que surgem como parte das ações governamentais "sob o discurso de fomentar o avanço energético do Brasil e impulsionar as indústrias de diversas áreas" (Lobato e Costa, 2017, p. 111). No entanto, "os desdobramentos desse avanço impactam as populações que residem nesses territórios com inundação de terras, desapropriação e retirada de direitos, entre outros problemas" (Lobato e Costa, 2017, p. 211-212).

Já na região marajoara, as populações experimentam no cenário atual a atuação de agentes do agronegócio ligados principalmente à rizicultura, o que gera uma série de conflitos principalmente fundiários e coloca em risco a permanência de populações em seu território tradicional: "o agronegócio se expande para mais uma sub-região da Amazônia e continua a pôr em (des)encontro fazendeiros e povos tradicionais" (Gomes *et al*, 2018, p. 138).

Neste contexto, o agronegócio rizicultor chega no Marajó com uma ideia de "desenvolvimento", e que atenderia às necessidades da população (Canuto, 2004). Os fazendeiros ligados a esse segmento foram desapropriados da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, após sua demarcação definitiva, e isso influenciou setores do

governo do estado do Pará, e algumas prefeituras a lhes oferecerem alguns incentivos para a instalação de um polo rizicultor no Marajó (Gomes *et al*, 2018).

> Ainda que grande parte do arquipélago seja considerada Área de Proteção Ambiental (APA) e exista um projeto de transformá-la em uma Reserva da Biosfera, há sinalizações governamentais em transformar o Marajó em um polo rizicultor, sob o argumento da geração de renda, impostos e empregos. O fato de apresentar um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo do estado do Pará facilita a propagação do discurso do desenvolvimento, materializado em ações concretas, como a negligência de prefeituras e órgãos estaduais na fiscalização de documentos ambientais necessários aos empreendimentos, na doação de bens públicos e nos impactos socioambientais (Gomes *et al*, 2018, p. 155).

De acordo com Campos (2023, p.51), o agronegócio no Marajó teve início em Cachoeira do Arari, e chega em meados dos anos 2000 em Salvaterra, "e se instala com facilidade em decorrência do atraente mercado de terras, ocasião em que, ou se compram fazendas já estabelecidas ou compram grandes áreas para fins de instalação das atividades". Os grandes proprietários de terra passam a praticar uma nova atividade não mais ligada à pecuária, pois estas voltam-se para a monocultura do arroz e da soja (Campos, 2023).

Além disso, no município de Salvaterra, uma outra materialização desses projetos é a construção da estrada PA-154, concebida principalmente para beneficiar o escoamento de grãos, como o arroz: "atualmente, a construção de pontes e estradas continuam sendo uma forma de favorecimento, embalados sobre o discurso de desenvolvimento" (Campos, 2023 p. 54). Também no município, há a expansão do monocultivo de abacaxi, incentivados por órgãos municipais, adentrando os sistemas agrícolas das comunidades rurais e de certa forma fragilizando os sistemas tradicionais desenvolvidos por estes. A lógica dessa produção é voltada exclusivamente para a comercialização e constante uso de insumos químicos e maquinários, diferente das práticas tradicionais, que estão ligadas a uma cultura, ao saber tradicional de uma população e tem como objetivo principal o autoconsumo familiar.

Essa compreensão da existência de diferentes projetos de desenvolvimento no contexto dos territórios é importante por permitir reconhecer e analisar os processos que decorrem na comunidade quilombola Vila União/Campina, no município de Salvaterra.

2.5 Agrobiodiversidade e os roçados em terras quilombolas

As roças em comunidades rurais, como as quilombolas, geralmente são protagonizadas pela presença da mandioca, tendo em vista que esta espécie é a base da alimentação dessas populações, além da sua importância cultural, ligada aos usos em diversas festas tradicionais,

inclusive festas religiosas. Nesse sentido, buscamos inicialmente o aprofundamento sobre o cultivo da mandioca e suas particularidades.

A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) é originária da América do Sul e constitui um dos principais alimentos energéticos para mais de 800 milhões de pessoas, principalmente nos países em desenvolvimento (Embrapa, 2017). Ela pertence à família das *Euphorbiaceae*, é nativa do Brasil, sendo distribuída geograficamente pelas regiões Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia), Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí), Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso) e Sudeste (Minas Gerais, São Paulo) (Martins *et al*., 2020). O estado do Pará é o maior produtor de mandioca do país. Com base em resultados preliminares do IBGE, acerca do ano de 2021, sobre a quantidade produzida de mandioca, são cerca de 4.053.932 toneladas e, sobre a área plantada, são 285. 911 hectares (IBGE 2022).

Em um terço dos municípios paraenses (48 municípios), a mandioca é o cultivo que responde por mais de 40% do valor bruto da produção agrícola (IBGE, 2010). O Arquipélago do Marajó, composto por 16 municípios (Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure), responde por 11% da produção estadual de mandioca (Brasil, 2007). Nesses, a mandioca aparece como um produto de expressão. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Salvaterra tem uma estimativa para quantidade produzida de mandioca, no ano de 2021, de 496 toneladas, com área plantada de 40 hectares (IBGE, 2022).

Em Salvaterra, a mandioca é produzida majoritariamente por agricultores familiares, que realizam as roças de mandioca em sua maioria pelo sistema tradicional de corte e queima. A produção que advém das roças é de muita relevância para a alimentação e reprodução social das famílias. Muitos dos alimentos derivados da mandioca são especialmente fabricados em períodos específicos na comunidade, como é o caso do beiju, na época de Semana Santa.

A relação que é estabelecida entre comunidades rurais quilombolas e a natureza pode ser percebida no dia a dia das comunidades, no conhecimento que estes possuem sobre os elementos da natureza, as espécies que a compõem, seja de animais ou plantas, o cuidado e respeito com os encantados presentes no território, a seleção de sementes crioulas[6], o

[6] "Sementes crioulas são aquelas utilizadas por comunidades tradicionais nas suas lavouras, com características peculiares que são a sua uniformidade e sua pureza, por não terem sofrido modificações genéticas como, por exemplo, a transgenia e o melhoramento genético" (Trindade, 2006, p. 15).

conhecimento sobre plantas de cura, a defesa da terra e do território frente a invasões e destruição por agentes antagonistas, dentre outras.

A produção de mandioca é milenar para populações do campo, em especial para as comunidades quilombolas da Amazônia. Esse vínculo com o cultivo pode ser compreendido como um dos elementos de construção da territorialidade dessas comunidades. Como observado por Siviero e Lessa (2020), a ligação agricultor-variedade de mandioca é um sinônimo de ligação forte entre ser humano e natureza, e a compreensão deste laço é a chave para a conservação de variedades locais. Os autores ainda enfatizam que "os principais detentores de materiais silvestres e variedades crioulas de mandioca na Amazônia são as populações locais distribuídas nas diversas terras indígenas e os agricultores situados na terra firme e nas barrancas dos rios" (Silveiro e Lessa, 2020, p. 225). Para essas populações, a mandioca é o alimento de base, presente em suas refeições diárias (Santilli e Emperaire, 2001).

Geralmente, a mandioca é cultivada em consórcio com outras espécies vegetais, possibilitando maiores alternativas de consumo e venda e contribuindo com a conservação da agrobiodiversidade local e a manutenção da vida dos quilombolas em seus territórios. No intuito de compreender essa relação do ser humano e seus cultivos, emerge o conceito de agrobiodiversidade, que, de acordo com Santilli (2009), surgiu nos últimos dez a quinze anos em um contexto envolvendo diversas áreas de conhecimento, como Agronomia, Antropologia, Ecologia, Botânica, Genética dentre outras. Essa agrobiodiversidade reproduz as dinâmicas e complexas relações construídas entre as sociedades humanas, as plantas e os ambientes em que convivem.

Assim como ocorre na biodiversidade ou diversidade biológica, em que a diversidade das formas de vida relaciona-se com três níveis de variabilidade: a diversidade de espécies, a diversidade genética e a diversidade ecológica, na agrobiodiversidade também ocorre essa relação, pois inclui a diversidade de espécies (como as espécies diferentes de plantas cultivadas, a exemplo do milho, mandioca, tomate, abóbora etc.), a diversidade genética, se expressa, por exemplo, nas variedades diferentes de feijão, milho, mandioca etc., e a diversidade de ecossistemas agrícolas ou cultivados, como exemplo, dos sistemas agrícolas tradicionais de corte e queima (Santilli, 2009; Machado, Santilli; Magalhães, 2008).

Os autores afirmam também a importância das intervenções humanas para se compreender a agrobiodiversidade, "como as diferentes práticas de manejo dos agroecossistemas, os saberes e os conhecimentos agrícolas tradicionais, relacionados com o uso culinário, em festividades, em cerimônias religiosas, etc." (Machado, Santilli; Magalhães, 2008, p. 28). O conhecimento local e a cultura podem, portanto, ser considerados partes integrantes

da agrobiodiversidade, pois é a atividade humana da agricultura que molda e conserva esta biodiversidade (FAO, 2005).

Comunidades tradicionais, como as quilombolas, desde sua constituição histórica, possuem papel importante na conservação da agrobiodiversidade de espécies na amazônica. O manejo dos roçados de mandioca vem sendo feito historicamente por essas comunidades e o conhecimento dessa prática é repassado oralmente entre as gerações. Conhecimento este que envolve desde o preparo da área, conhecimento das diversas variedades existentes, até o processamento da mandioca, para fabricação dos alimentos e bebidas, importante na construção da identidade desses sujeitos em seus territórios. De acordo com Silveiro e Lessa (2020), a mandioca representa um rico reservatório genético para o mundo, por ser uma planta extremamente diversificada e rica em muitos tipos e variedades.

Ainda nessa perspectiva, Silviero *et al*., (2018) trazem contribuições reforçando o protagonismo das populações locais da Amazônia, por serem portadoras de inúmeras variedades de mandiocas que selecionaram localmente ao longo dos anos, e a importância da sua variabilidade genética que existe nos roçados, para a conservação da espécie. As roças de mandioca são feitas pelas comunidades quilombolas, majoritariamente, por meio do sistema de corte e queima ou agricultura de coivara. Este, por sua vez, é realizado muitas vezes com a participação coletiva de várias famílias, em que realizam a prática do "convidado", envolvendo a preparação da área, plantio, comida, reciprocidade, cantoria e diversão. O tradicional "convidado" é conceituado por Siqueira (2019, p. 14) como:

> [...] uma forma de trabalho coletivo, na qual, como a própria denominação sugere, alguns comunitários são convidados a realizar trabalhos de forma voluntária, recebendo em troca apenas refeições e, em alguns casos, bebida alcoólica. Esta atividade contribui para manutenção da produção agrícola e, na maioria das vezes, acaba por se tornar um evento de diversão e entretenimento na comunidade.

Nos roçados da comunidade Vila União/Campina, além da mandioca, outro cultivo possui relevância significativa para as famílias, que é o abacaxi, porém com uma lógica diferente da produção da mandioca, pois este volta-se majoritariamente para a comercialização. Em muitos casos, são feitos consórcios da mandioca junto com o abacaxi, além de espécies como maxixe, jerimum, melancia, milho, quiabo.

No entanto, em Salvaterra, diversos fatores como a expansão do cultivo de abacaxi, as limitações impostas pelas cercas dos fazendeiros presentes na região, a expansão das áreas dos fazendeiros sobre os territórios quilombolas e a abertura de estrada geram transformações nas comunidades quilombolas do município, inclusive na configuração de suas práticas tradicionais, como os roçados.

3 A PESQUISA NO MARAJÓ: O LÓCUS DE ESTUDO E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo nos deteremos a apresentar o local de desenvolvimento da presente pesquisa. Partimos do contexto da região marajoara, suas características, assim como do município de Salvaterra, para posteriormente nos aprofundarmos um pouco mais sobre a Vila União/Campina. Após, descrevemos os caminhos metodológicos, com a apresentação da abordagem adotada, os métodos e principais instrumentos mobilizados para corresponder aos objetivos propostos na pesquisa. Finalmente, são descritos também os processos de realização da pesquisa de campo, os interlocutores e os critérios de escolha, assim como da organização e análise dos dados, e os procedimentos éticos da pesquisa.

3.1 O lócus da pesquisa

O Arquipélago do Marajó, integralmente situado no estado do Pará, constitui uma das mais ricas regiões do país, em termos de recursos hídricos e biológicos, sendo formado por um conjunto de ilhas que totalizam 49.606 km². O Marajó pode ser considerado o maior arquipélago flúvio-marítimo do mundo, com um marcante dualismo geográfico onde a área de campos (23.046 km²) distingue-se nitidamente da zona das matas, localizada a sudoeste, com cerca de 26.560 km² (Neto, 1976).

De acordo com Miranda Neto (1976 p. 23), “além de baixa e relativamente plana, Marajó apresenta os tesos, porções altas, geralmente não inundadas pela cheia, tendo por contraste as baixas, várzeas e igapós, quebrando a extrema horizontalidade do terreno”. São vários os rios, igarapés e furos que cortam o Marajó, em todas as direções. O autor ainda cita que os rios do Marajó são de marés e seu volume de água pode variar com a estação (seca ou chuvosa) e com as marés. O clima é como o de grande parte da Amazônia, equatorial úmido (quente e chuvoso), o que se deve à sua situação geográfica, baixa altitude da região, proximidade do oceano Atlântico, distribuição fluvial, consequente vegetação e correntes aéreas. E a média anual de temperatura na região é muito constante, dificilmente ultrapassa 27º C, apresentando com pluviosidade em torno de 2.500mm.

Quanto à fauna e flora da região, constitui-se, a leste, de vastos campos mistos, onde predominam muitas espécies de gramíneas e leguminosas e, até na zona rural, se encontram matas ribeirinhas ou grupos de árvores mais espessos. Com relação aos animais da região, há uma grande riqueza e diversidade de espécies, tanto na fauna terrestre, quanto aquática e alada.

> Dentre os animais, chamam mais a atenção a onça pintada *(Felis onca*), a sussuarana (*Felis concolor*), os maracajás (*Felis wiedii*), os gatos mouriscos (*Herpailurus yagouarundi*), a raposa da mata (*Pseudolopes gymnocercua*), o jupará (*Potos flavus*), a anta (*Tapirus terrestris*), o quati (*Nasua nasua*) e o guaxinim (*Procyon cancrivorus*). Os peixes são também outra grande riqueza do arquipélago, sendo os mais conhecidos o tucunaré (*Cichla ocellaris*), o puraquê ou peixe-elétrico (*Gymnotus electricus*), a pescada (*Sciaena amazônica*), a piraíba (*Piratinga piraiba*), o pirarucu (*Arapaima gigas* sp.), as piranhas (*Serrasalmo* sp.), o candiru (*Vandellia cirrhosa*) e o tamuatá (*Callichrhys* sp.) (Brasil, 2006, p. 15).

Os tipos de solo encontrados no Arquipélago, em geral, são os argilosos, argilo-silicosos e sílico-argilosos (Neto, 1976). Solos hidromórficos, de tipo Grey (húmicos e pouco húmicos), são encontrados nas áreas de várzea e são desenvolvidos sobre sedimentos recentes do quaternário, em sua maioria são ácidos e com textura argilosa, apresentando um horizonte superficial em torno de 25 a 30 cm, com alto percentual de acúmulo de matéria orgânica. Já em terra firme, uma grande extensão da área é coberta por latossolo amarelo, encontrando-se também os podzóis e as lateritas hidromórficas. São solos originários do terciário, profundos, bem drenados, arenosos, com acidez elevada e fertilidade baixa, concentrando-se na sua camada superficial e apresentando uma variação de 10 a 15 cm. Dadas as condições climáticas da região, as características físicas, químicas e biológicas destes solos fazem com que os mecanismos de erosão e de oxidação da matéria orgânica se processem rapidamente após a derrubada de sua cobertura vegetal, fazendo com que sua fertilidade diminua (Brasil, 2006).

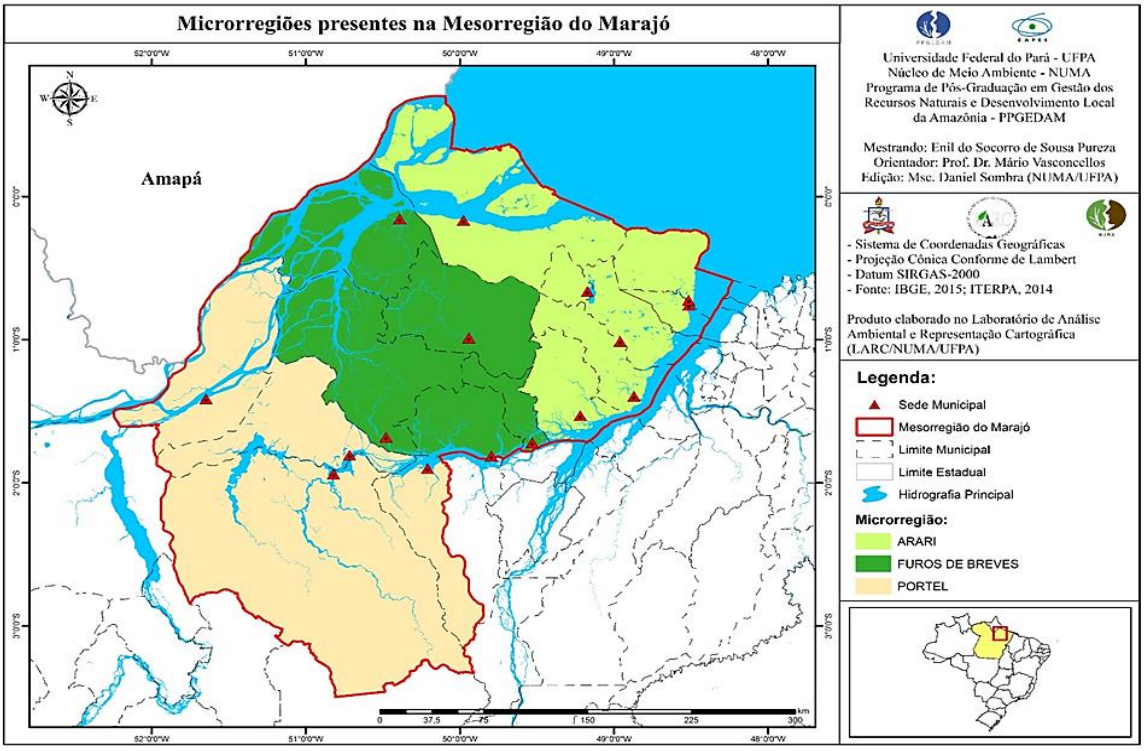
> A formação vegetal da terra firme é caracterizada como Floresta Ombrófila Densa (Floresta Pluvial Tropical). As principais espécies são a maçaranduba (*Manilkara huberi*), o breu (*Protium spp*.), o louro (*Ocotea* spp.), a sucupira (*Vatairea sericea*), e a castanheira (*Bertholletia excelsa*), dentre outras. Observa-se que a floresta de terra firme é composta por árvores cuja madeira é caracterizada como "madeira de lei", com poucas palmeiras, e não apresenta um estrato arbustivo tal qual o observado nas florestas de várzea. Estas são encontradas principalmente nas inúmeras ilhas do estuário e às margens do Rio Amazonas e Pará, sendo caracterizada como Floresta Ombrófila Densa Aluvial Latifoliada. São áreas alagadas periodicamente, apresentando cobertura arbórea destacando emergentes. Neste ambiente predominam espécies com madeira de grande valor econômico como a ucuúba (*Virola surinamensis*), a sumaúma (*Ceiba pentandra*), a andiroba (*Carapa guianensis*) e o açacu (*Hura crepitans*). Como fornecedoras de produtos não madeireiros destacam-se: a seringueira (*Hevea brasiliensi*s), o açaizeiro (*Euterpe oleracea*), o pracaxi (*Pentaclethra macroloba*), o buriti (*Mauritia flexuosa*) e o taperebá (*Spondias lutea*) (Brasil, 2006, p. 14-15).

Os manguezais, muito presentes no arquipélago, servem como local de reprodução e de alimentação para várias espécies de animais marinhos e de água doce, além de abrigarem uma fauna, também com baixa diversidade específica, porém com muitos indivíduos, alguns deles de importância econômica como o camarão, caranguejo e a ostra (Brasil, 2006). Tais espécies

são muito apreciadas pelos marajoaras e pelos turistas que visitam a região, contribuindo com a alimentação dos moradores e com sua complementação de renda, quando comercializadas.

De acordo com Brasil (2006), a mesorregião de Marajó é composta pelas seguintes microrregiões: Arari (compreendendo os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure); Furos de Breves (Afuá, Anajás, Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista); e Portel (Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel) (Figura 3). Os limites das microrregiões são dados pelo oceano Atlântico, o rio Amazonas e a baía do Marajó. Geograficamente, Salvaterra, município de realização dessa pesquisa, está situado na parte leste da Ilha de Marajó, especificamente, na região de Campos.

Figura 3 - Microrregiões presentes na mesorregião do Marajó.



Fonte: IBGE 2015; ITERPA, 2014.

Salvaterra, localizada à margem da Baía do Marajó, de coordenadas geográficas 48°30’44” W e 0°45’32” S, limita-se ao norte com o município de Soure (Figura 4). Separando esses dois municípios está o rio Paracauarí e, a nordeste e leste, a Baía do Marajó. A Sul, sudeste e oeste, os rios Camará e São Miguel separam Salvaterra do município de Cachoeira do Arari (IBGE, 2022). Segundo o IBGE (2021), a população do município em 2010 foi de 20.183 habitantes, com população estimada de 24.392 habitantes para o ano de 2022 (IBGE, 2021). Em linha reta, Salvaterra está distante 78,5 km da capital Belém e a principal forma de acesso

à cidade é por via fluvial, através de balsas, barcos ou lanchas, com embarque e desembarque no porto de Camará (Bezerra, 2020).

Figura 4: Mapa de localização do município de Salvaterra, segundo a regionalização do IBGE.



Fonte: IBGE. In Campos (2019).

As principais atividades econômicas do município de Salvaterra estão relacionadas com a agricultura (Quadro 2), mais especificamente com a produção de espécies como a mandioca (*Manioht suculenta* Crantz) e o abacaxi (*Ananas comosus* L. Merril).

Quadro 2 : Cultivos agrícolas mais expressivos no município de Salvaterra, no ano de 2021, de acordo com o IBGE.

CULTIVO	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)
MANDIOCA	40	40	496
ABACAXI	550	550	11.671 (X1000) frutos
ARROZ	1.100	1.100	3.308
AÇAÍ	30	30	316

Fonte: IBGE, Produção agrícola municipal (2022). Elaborado pela autora.

A produção de abacaxi é feita em sua maioria por agricultores familiares e atende prioritariamente à comercialização (principalmente para atravessadores). Já a mandioca atende essencialmente ao autoconsumo das famílias agricultoras, mas, quando comercializadas,

também à complementação de suas rendas (a venda por vezes ocorre na própria comunidade dos agricultores e em feiras em Salvaterra).

De acordo com os dados apresentados no Quadro 2, a diferença da área plantada e da quantidade produzida da mandioca para o abacaxi é expressiva. Visualiza-se que no município o foco principal dos órgãos municipais, como a Secretaria de Agricultura e a EMATER, volta-se para o incentivo no monocultivo do abacaxi desde a década de 1970, visto que este é um dos principais carros-chefe do município e garante renda a muitos agricultores familiares. Já para produção da mandioca, segundo relatos de agricultores, não há incentivos nem recebem assistência técnica, pelo fato de a produção desta ser voltada principalmente para o autoconsumo das famílias, por esse motivo podem não ser contabilizadas em sua totalidade.

O cultivo do arroz (*Oryza sativa* L.), em grande escala, é realizado por grandes fazendeiros, a maioria vindos de outro estado, como Roraima e Mato Grosso. A partir do ano de 2009, no Marajó, este arroz passou a ser direcionado para a indústria, e o crescimento desse monocultivo na região vem se dando em meio a conflitos em decorrência da entrada dos produtores da rizicultura e dos diversos problemas causados pelos mesmos contra as populações pertencentes aos territórios quilombolas e contra o ambiente.

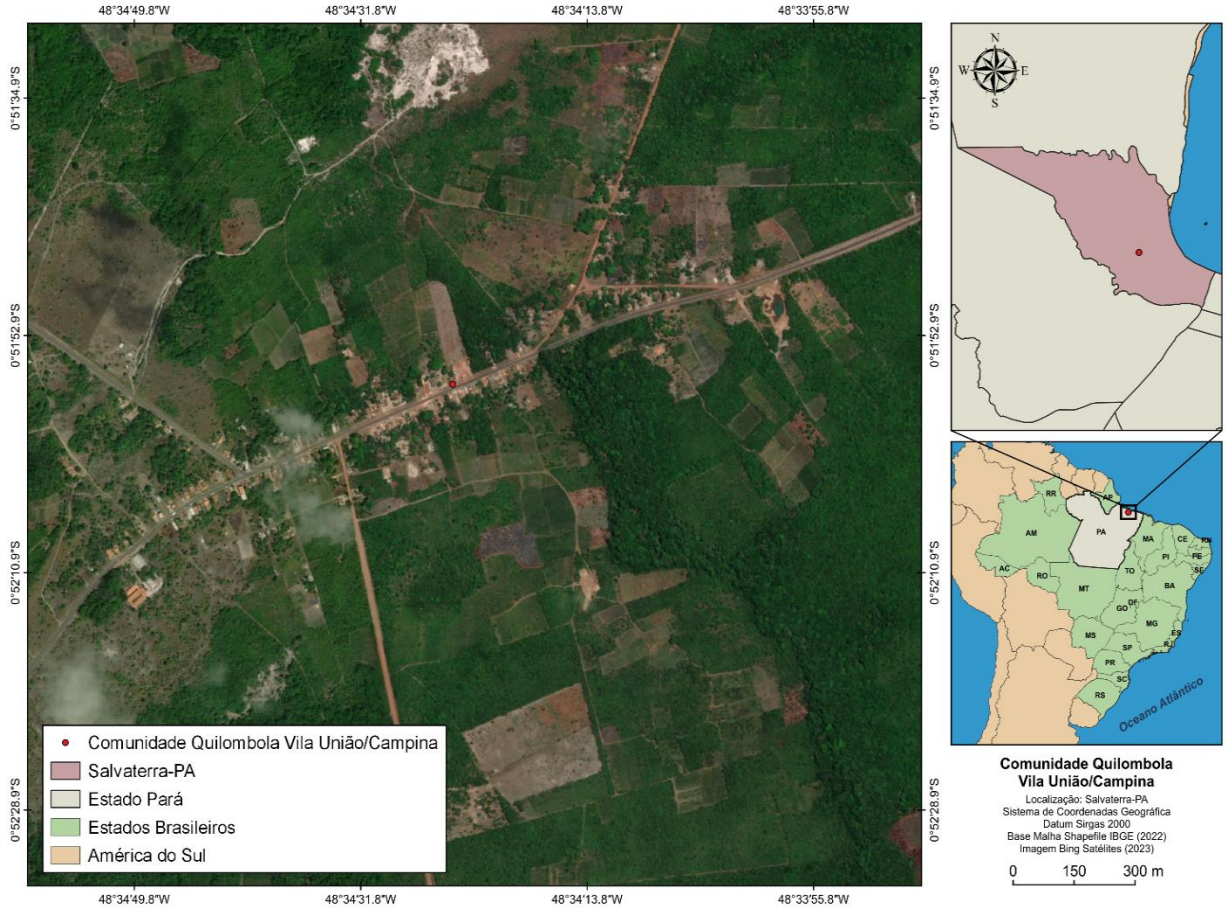
O açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) é um cultivo que apresenta um crescimento na produção no município pelos agricultores familiares. No que se refere aos outros cultivos, à pesca, aos programas governamentais, como bolsa família, à aposentadoria rural, ao seguro-desemprego e, ainda, ao turismo, essas atividades também geram renda significativa às famílias do município.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, Salvaterra apresenta 344 estabelecimentos agropecuários. Destes, 313 estabelecimentos são de produtores individuais e 32 de condomínio, consórcio ou união de pessoas, cobrindo uma área 14. 360 hectares de estabelecimentos agropecuários. A utilização das terras no município divide-se em: lavouras (permanentes, temporárias e área para cultivo de flores), pastagens (naturais, plantadas em boas condições e plantadas em más condições), matas ou florestas (naturais, destinadas à preservação permanente ou reserva legal e a florestas plantadas) e sistemas agroflorestais (área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais) (IBGE, 2022).

No que se refere à especificidade da comunidade quilombola estudada nesta dissertação, Vila União/Campina, localiza-se na PA-154, a 17km da sede do município de Salvaterra (Figura 5), cujo acesso é realizado por via terrestre (Garcia, 2022). Possui atualmente cerca de 200 famílias e as principais atividades socioeconômicas desenvolvidas na comunidade são: o comércio (de produtos cultivados na própria comunidade, como frutas, hortaliças, farinha

de mandioca, de gêneros alimentícios, produtos industrializados, restaurantes, posto de gasolina, panificadora *etc*.); agricultura, com produção de mandioca, em sua maioria para o autoconsumo, e de abacaxi, prioritariamente para a comercialização, sem contar o plantio de hortaliças. O cultivo de abacaxi, muitas vezes, é consorciado com a mandioca, possuindo outros arranjos, com a inserção de outros cultivos como o maxixe (*Cucumis anguria* L.), a melancia (*Citrullus lanatus* (thunb.) [Matsum. e Nakai] e o jerimum (*Curcubita* sp.) etc.

Figura 5: Localização da comunidade quilombola de Vila União/Campina.



Fonte: Elaborado por Santos, 2023.

Também os benefícios assistenciais e previdenciários, como o bolsa família e a aposentadoria rural possuem importância significativa para os moradores da comunidade, visto que, para muitos destes, os benefícios são suas principais fontes de renda ou as complementam, utilizados na alimentação familiar, na educação dos filhos e até mesmo nos cultivos agrícolas.

3.2 A escolha dos instrumentos metodológicos

Com o intuito de alcançar os objetivos pretendidos, a abordagem utilizada neste trabalho foi a qualitativa, descrita por Proetti (2018) como possibilitadora de entendimento, descrição e interpretação de fatos. De acordo com Godoy (1995), os estudos qualitativos,

> [...] têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. Para esses pesquisadores um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, [...] o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados (Godoy, 1995, p. 62).

Inicialmente, a pesquisa bibliográfica, a qual "procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas (em livros, revistas etc.)" (Rampazzo, 2002, p. 53), vem sendo utilizada para a construção dessa investigação. Essa etapa da pesquisa foi iniciada em março do ano de 2022, e abarcou fontes eletrônicas, como o Google Acadêmico, o *Scientific Electronic Library Online* (ScieELO) e o Portal de Periódicos Capes, além de pesquisas em banco de dados como o Sistemas IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a Fundação Cultural Palmares e a Flora do Brasil.

As pesquisas nas bases eletrônicas e impressas foram importantes para a composição teórica e metodológica deste trabalho, pois permitiram a busca de autores relacionados com as temáticas trabalhadas no estudo, como a construção histórica dos quilombos no Marajó, em Salvaterra. Além do mais, possibilitou a mobilização de conceitos como território, identidade quilombola, territorialidade, agrobiodiversidade, conflitos socioambientais, sobre as transformações nos territórios da Amazônia, contribuindo também com os métodos e instrumentos mobilizados na pesquisa.

Em seguida, foi realizada a etapa de pré-campo nas comunidades quilombolas de Salvaterra, durante o ano de 2022, para posteriormente definir o local de estudo. A primeira visita às comunidades Vila União/Campina, Pau Furado e Deus me Ajude ocorreu no mês de abril de 2022.[7]

[7] A maioria das inserções em campo desta pesquisa de mestrado estiveram previstas no âmbito do Projeto de pesquisa intitulado "Inovações sócio-materiais na Ilha do Marajó: da produção de alimentos de qualidade à construção social de mercados por famílias rurais quilombolas", que tem como objetivo analisar a potencialidade da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar, bem como estimular sua consolidação, em comunidades quilombolas de Salvaterra, como instrumento de catalisação de inovações sócio-materiais. O projeto tem duração de dois anos, é coordenado pela Professora Monique Medeiros e conta com financiamento da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa). Para além deste projeto de dissertação, outras dissertações de mestrado e teses de doutorado estão relacionadas a este projeto. As comunidades envolvidas nele são: Deus me Ajude, Vila União/Campina, Pau Furado e Mangueiras.

No mês de novembro de 2022, foi feita outra visita às três comunidades (Deus me Ajude, Vila União/Campina e Pau Furado), e nos meses de fevereiro e março, apenas nas comunidades de Vila União/Campina e Pau Furado. Importante destacar que, somente a partir da terceira inserção em campo foi definida a comunidade, lócus desta pesquisa. A definição se baseou na compreensão dos contextos das comunidades do município, principalmente na diferença das dinâmicas de vida encontrada na comunidade Vila União/Campina. Nessa comunidade, como anteriormente mencionado, há uma rodovia que a corta ao meio e afeta, de diversas formas, a vida dos moradores. A definição também considerou relatos de agricultores nas inserções no campo, a respeito de uma possível diminuição dos roçados de mandioca e a expansão do plantio de abacaxi, assim como de mudanças nas formas de produção desse cultivo, o que me gerou uma inquietação por analisar essa problemática, além do próprio interesse da comunidade em fazer parte da pesquisa.

Como etapa posterior, o trabalho de campo ocorreu durante o ano de 2023, nos meses de fevereiro e agosto, com um período de 21 dias, de 09 a 12/02/2023 e de 03 a 19/08/2023 na comunidade Vila União/Campina. Para a pesquisa de campo foram mobilizadas entrevistas semiestruturadas, entrevista de história oral, entrevista aberta, observação participante, anotações em diário de campo, registro fotográfico e turnês guiadas. Quanto às entrevistas semiestruturadas, ao todo foram realizadas 14 (quatorze), tanto com agricultores que possuem roças de mandioca e abacaxi, quanto com alguns que não possuem, para compreender os seguintes grandes grupos de informações: composição do núcleo familiar, a sua relação com as roças de mandioca e de abacaxi, e as transformações desses espaços, suas principais fontes de renda atuais, a compreensão destes quanto as mudanças nos territórios quilombolas, dentre outras informações (Apêndices B e C).

Quanto aos critérios para a seleção dos interlocutores, pretendeu-se entrevistar tanto as mulheres quanto os homens, incluindo pessoas mais jovens e idosos, envolvidos na prática dos roçados atualmente, assim como aqueles que já foram envolvidos nesta prática, mas que, por diversos motivos, migraram para outra(s) atividade(s) ou apenas deixaram de fazer os roçados. As entrevistas iniciaram a partir da primeira indicação de um colaborador da comunidade, buscando inicialmente o perfil referente a uma moradora ou morador da comunidade que há tempos trabalhava com roças de mandioca, porém atualmente desenvolve outras atividades, outros meios de vida, e/ou passou a produzir outros cultivos no lugar da mandioca. Posteriormente seguiu-se com as indicações de acordo com as características desejadas.

As entrevistas de história oral foram realizadas com 8 (oito) moradores, aqueles que possuíam uma vasta experiência de vida na comunidade, tanto homens quanto mulheres, que possuíam também alguma relação com o trabalho nas roças de mandioca e/ou abacaxi ou apenas a experiência de ter trabalhado com as roças. As entrevistas de história oral foram utilizadas principalmente para o entendimento a partir dos relatos das pessoas com relação às suas percepções sobre as transformações na comunidade e nos roçados. Importante destacar que com três dos interlocutores foram realizadas duas entrevistas, ou seja, tanto a entrevista semiestruturada, quanto a de história oral; e com um interlocutor(a) foram realizadas duas entrevistas, especificamente a entrevista semiestruturada e a entrevista aberta.

Também foram feitas 2 (duas) entrevistas abertas com representantes e lideranças da comunidade com o intuito principalmente de compreender sobre a história de formação da comunidade, do autorreconhecimento quilombola, do funcionamento da associação quilombola, das questões de saúde e educação na comunidade. As lideranças entrevistadas foram: a presidente da AMARQUIVUC, associação quilombola da comunidade, e a agente comunitária de saúde (ACS), que também é uma liderança quilombola. Nessas entrevistas, houve um diálogo aberto, sem a utilização de um roteiro de questões definidas, no entanto as perguntas direcionadas às interlocutoras basearam-se principalmente no funcionamento e importância da associação quilombola e do posto de saúde.

A técnica denominada “Bola de Neve” (Vinuto, 2014) apoiou na identificação dos interlocutores da pesquisa, nomeados como sementes. Com tal técnica, essas pessoas indicaram novos contatos com as características desejadas para a pesquisa, dentro da população geral e assim sucessivamente. O quadro de amostragem tornou-se saturado quando não houve novos nomes indicados ou as pessoas entrevistadas não apresentavam informações novas ao quadro de análise (Vinuto, 2014).

Algumas das vantagens da utilização das entrevistas, principalmente na perspectiva qualitativa, é a de favorecer a relação intersubjetiva do entrevistador com o entrevistado e, por meio das trocas verbais e não verbais que se estabelecem no contexto de interação entre os sujeitos, permitir uma melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões dos atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais (Fraser; Godin, 2004).

Além desses instrumentos, mobilizei a observação participante (Angrosino, 2009), ferramenta fundamental para permitir uma maior imersão na realidade das famílias e da comunidade, com a participação nas suas atividades cotidianas, a fim de compreender a realidade estudada. Esse instrumento foi utilizado principalmente na rotina diária na comunidade, na convivência com a moradora que cedeu sua residência durante o período de

campo, realizando algumas das suas atividades, participando da feira quilombola realizada no dia 19/08/2023 junto aos agricultores, nas visitas nos roçados, dentre outras.

Os registros fotográficos e o diário de campo foram instrumentais utilizados para auxiliar na compilação de alguns dos elementos observados durante a convivência na comunidade. No caso do diário de campo, foi usado diariamente quando as atividades do dia estavam finalizadas, realizando as observações, anotações importantes para a compilação posterior dos dados. Também as turnês guiadas (Albuquerque *et al*, 2008) foram mobilizadas para visitar os roçados junto aos agricultores, conhecer suas composições, como são realizados pelas famílias, a sua localização, se fica próximo às residências ou mais distantes *etc*.

As entrevistas semiestruturadas e de história oral de modo geral aconteceram nos ambientes como: as residências das interlocutoras e interlocutores, nos seus quintais produtivos ou ainda nas suas roças. As duas entrevistas abertas sucederam-se apenas nas residências das lideranças. O intuito foi o de deixá-los, o mais possível, à vontade e confortáveis, realizando as entrevistas em ambiente que transmitisse tal sentimento e não atrapalhasse o desenvolvimento de suas atividades.

Para a transcrição das entrevistas, utilizamos a técnica de decupagem, que consiste em recortes e ordenamento das entrevistas para posteriormente analisar os discursos com maior especificidade e rigor aos detalhes, além do uso da técnica proposta por Michelat (1987), o qual sugere uma análise de modo vertical (cada entrevista) e horizontal das entrevistas (o conjunto delas, em relação a cada questão). Após a transcrição das entrevistas, foram utilizados como base para a organização e sistematização dos dados tabelas, quadros, entre outras estratégias que apoiaram a realização das análises qualitativas, como os programas *Microsoft Word* e *Microsoft Office Excel*.

Vale mencionar que, anteriormente à realização das entrevistas e construção de dados com os sujeitos locais, foram explicados os objetivos da pesquisa, bem como solicitadas autorizações aos interlocutores por meio de assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, para uso dos dados que foram coletados nas entrevistas, das anotações no diário de campo, fotos e gravações, na construção e elaboração do trabalho científico (Apêndice A)[8].

[8] No final desta dissertação, pretende-se realizar uma roda de conversa com a comunidade para a entrega da dissertação impressa e o compartilhamento dos resultados da pesquisa com a comunidade.

4 O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE VILA UNIÃO/CAMPINA

Neste capítulo e no capítulo seguinte abordaremos as principais discussões e análises em torno dos resultados obtidos a partir da pesquisa de campo, com a mobilização de diversos estudos desenvolvidos no Brasil, no Pará e na região do Marajó, além dos conceitos-chave adotados nesta dissertação. Para isso, iniciamos este capítulo com um quadro geral das informações dos sujeitos entrevistados na pesquisa, apresentando dados socioeconômicos, como suas fontes de renda, idade, sexo, escolaridade, dentre outros. O subitem seguinte é voltado para a apresentação do histórico de formação da comunidade e para a contextualização atual de Vila União/Campina, suas infraestruturas, questões relacionadas à saúde, à educação e à agrobiodiversidade local, além de apresentar a história da festa da tiborna e da mandioca, que acontece ao longo dos anos na localidade. Ao longo dos subitens vão sendo apresentadas algumas mudanças que ocorreram no decorrer do tempo na comunidade, assim como possíveis fatores associados.

4.1 Dados socioeconômicos dos interlocutores e interlocutoras da pesquisa

Inicialmente busca-se aqui descrever algumas informações a respeito dos interlocutores da pesquisa (Quadro 3). Para garantir e preservar a identidade dos sujeitos entrevistados, eles não serão identificados, mas mencionados como interlocutor(a) A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R e S.

Nesse sentido, anteriormente à realização das entrevistas, houve um diálogo individual com os interlocutores, com o objetivo de explicitar sobre a temática da dissertação, o objetivo das entrevistas e a assinatura do termo de autorização para uso de suas falas e imagens exclusivamente nesta dissertação e futuros trabalhos científicos advindos dela (Apêndice A).

Quadro 3: Lista dos interlocutores da pesquisa, com suas respectivas idades e graus de escolaridade, sexo e se trabalham ou não com roças de mandioca atualmente.

Interlocutor(a)	Idade	Escolaridade	Sexo	Trabalha com roças de mandioca?
Interlocutor(a) A	57	4ª série do fundamental	F	Sim
Interlocutor(a) B	38	Ensino médio completo	F	Sim
Interlocutor(a) C	40	Terceira série do fundamental	F	Sim
Interlocutor(a) D	66	Segunda série do fundamental	M	Sim

Interlocutor(a) E	52	Ensino médio completo	F	Sim
Interlocutor(a) F	28	Ensino médio completo	F	Sim
Interlocutor(a) G	66	Ensino médio completo	F	Sim
Interlocutor(a) H	35	Ensino médio completo	F	Não
Interlocutor(a) I	55	5ª série do fundamental	M	Não
Interlocutor(a) J	64	Primeiro grau	F	Não
Interlocutor(a) K	59	Primário	M	Não
Interlocutor(a) L	56	Quarta série do fundamental	F	Não
Interlocutor(a) M	57	Pós-graduação incompleta	F	Não
Interlocutor(a) N	48	Quarta série do fundamental	F	Sim
Interlocutor(a) O	73	Fundamental incompleto	F	Não
Interlocutor(a) P	63	Quinta série do fundamental	M	Sim
Interlocutor(a) Q	63	Fundamental completo	M	Sim
Interlocutor(a) R	69	Primeiro ano do fundamental	M	Sim
Interlocutor(a) S		Superior completo	F	Não

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

As idades dos entrevistados variam entre 28 e 73 anos. Dentre os interlocutores, onze deles não concluíram o ensino fundamental, cinco estudaram até o ensino médio, e apenas dois concluíram até o ensino superior. A maioria (12) é pertencente à comunidade desde o seu nascimento, 4 (quatro) nasceram em vilas e comunidades próximas, 1 (um) em Salvaterra, 1(um) em Belém e 1 (um) é natural de Santarém.

É interessante observar que, ao compararmos as escolaridades da maioria dos descendentes (filhos, filhas e netos) dos interlocutores, é nítido que até mesmo muitas crianças e jovens possuem nível de ensino bem mais elevado do que dos seus pais e/ou avós. Muitos desses jovens já adentraram as universidades ou estão estudando o ensino médio, ou ainda, trabalhando com outras atividades não relacionadas à agricultura. Esse fato pode ser explicado por uma série de fatores; como a obrigatoriedade do ensino para crianças, além das constantes mudanças ocorridas no território, pela chegada de infraestruturas como a energia elétrica na década de 80, da abertura da estrada PA-154 (também na década de 1980) e a recuperação dela com a sua pavimentação e sinalização pelo governo do estado em 2017. Isso facilitou o acesso das pessoas a outros locais; o maior acesso às escolas, a expansão da internet e dos meios de

comunicação e maiores oportunidades com o acesso a políticas públicas (principalmente a partir do autorreconhecimento como quilombola), *etc*.

Alguns dos interlocutores relataram a dificuldade para estudar na sua época, fosse pela distância da escola, dificuldade com transporte, ou por ter que dividir o tempo entre estudar e trabalhar com os pais nas roças, como afirma um entrevistado: "*Quando saí do colégio, fui pra roça, tinha até treze anos parece, acordava cedo e ia embora, era de segunda a sábado*" (Interlocutor P. Ressalta-se ainda o fato de que, mesmo se quisessem continuar os estudos, era difícil, pois na comunidade ou nos lugares mais próximos só existiam escolas com turmas até o fundamental anos iniciais (antiga quinta série), e para continuá-los precisariam ir para o centro de Salvaterra ou para outros municípios da região.

O número de membros das famílias entrevistadas varia de 1 (um) a 9 (nove) pessoas, com uma média em torno de 4 (quatro) pessoas por residência. Dos 19 (dezenove) entrevistados, 11 (onze) possuem roças de mandioca e, dentro do quadro geral dos entrevistados, 6 (seis) trabalham com roças de abacaxi e 5 (cinco) trabalham com roças tanto de mandioca quanto de abacaxi, cultivando em sua maioria as duas espécies na mesma área.

Uma das principais fontes de renda dos moradores advém dos benefícios assistenciais e previdenciários do governo federal. Dentre os interlocutores, 17 (dezessete) recebem algum tipo de benefício do governo, entre os quais estão o bolsa-família e o seguro-desemprego (benefícios assistenciais); e a aposentadoria rural, como principal benefício previdenciário na comunidade, além da aposentadoria por incapacidade permanente e pensão por morte mobilizadas por alguns interlocutores.

Dentre os interlocutores, 12 (doze) pessoas possuem algum outro tipo de trabalho não agrícola, incluindo-se por exemplo, o trabalho com vendas nas beiras de estrada, na área da saúde como técnica de enfermagem e agente comunitário de saúde no posto de saúde, além do trabalho em oficinas, entre outros.

4. 2 Histórico de formação da comunidade Vila União/Campina

Para retratar a história da comunidade, serão priorizadas as narrativas de alguns residentes que desempenharam papéis fundamentais em sua constituição e foram protagonistas na construção histórica. Além disso, as perspectivas de líderes locais e uma dissertação elaborada por Shirley Amador Barbosa, pesquisadora e habitante de Vila União/Campina, descendente de uma das primeiras famílias da comunidade, a família Amador, também foram incorporadas. Dessa forma, ao abordar a história por meio de diferentes experiências e pontos

de vista, pode-se explorar diversas versões, cada uma carregando sua própria bagagem e relatos únicos.

Vale destacar que há uma dualidade de versões quanto à escolha do nome da comunidade. De um lado, constata-se a figura de uma personalidade crucial na formação de Vila União/Campina, que reconhece a comunidade apenas com o nome Campina (primeiro nome), doou terras para várias famílias e para a igreja, sendo também uma das pioneiras na educação local e uma das moradoras mais antigas na atualidade. De outro lado, surge uma figura relevante, originária de outro município, que atuou como educador primário em Salvaterra e colaborou com o governo na titulação de terras de comunidades quilombolas. Segundo os relatos locais, foi o sétimo habitante a chegar à Vila União/Campina, fundando uma associação não quilombola e liderando a luta pela alteração do nome para Vila União. É a partir dessas distintas perspectivas que foi possível compreender a formação e evolução da comunidade.

Nesta pesquisa, optamos por mobilizar o nome Vila União/Campina, pois é como grande parte dos interlocutores nomeia a comunidade e também por ser ter sido registrada pela Fundação Cultural Palmares e reconhecida pelas organizações locais com esse termo. Dentre as organizações da Vila, estão a associação quilombola e o núcleo de ação e resistência quilombola.

A história do quilombo, segundo os moradores, iniciou onde eles chamam de Campina, que é o nome antigo da comunidade, e, posteriormente as pessoas foram construindo suas casas nas margens da estrada. Essas pessoas foram também dando outros nomes para os sítios/terrenos que possuíam. De acordo com relatos, nenhum dos primeiros moradores está vivo. Dentre estes moradores foi citado o nome de Fernando Bozelar, da família Conceição e da família Amador, constatando-se que uma boa parte dos moradores de Vila União/Campina e dos interlocutores desta pesquisa possuem esse último sobrenome (Amador).

Aprofundando-se ainda mais na história do quilombo, há menções de que outras populações possivelmente habitaram anteriormente aquelas terras, incluindo os indígenas, cuja presença é sugerida pelos vestígios de cerâmica deixados em Vila União/Campina, conforme relatado por uma liderança da comunidade:

> [...] a comunidade ela se originou da vinda dessas pessoas pra cá, porque essa família Amador tem muitas pessoas que ainda tão vivas, né? Apesar de que muitos já morreram, mas, antes deles, a gente sabe que existiram outras pessoas que adentraram, até pessoas vindas de outros estados, por exemplo. Onde tem a escola Lúcia Ledo, contam que lá existiu uma família, parece que espanhola, que residiu ali. Também tem vestígio, de quando cavaram a fundação da escola, tem vestígio de cerâmica, né? E a gente pode dizer que teve ali uma tribo, alguma coisa indígena que residiu ali antes de ser uma comunidade quilombola, antes de vir o negro pra cá eu posso dizer assim, entendeu? Então, a história vai muito além daquilo que a gente conhece, porque, por

> exemplo, ninguém viu essa família lá, mas tinha vestígios lá, ninguém viu os indígenas lá, mas tinha vestígios lá (Interlocutora S).

Reforçando o exposto, acerca da construção do território, do lugar de pertencimento dos sujeitos quilombolas de Vila União/Campina, Little (2002, p. 263-264) explica que as relações específicas atribuídas à noção do lugar, não se atribui pelo fato deste grupo ser o primeiro a ocupar determinada área geográfica, assim, "a situação de pertencer a um lugar refere-se a grupos que se originaram em um local específico, sejam eles os primeiros ou não".

De acordo com os interlocutores e de estudos feitos na comunidade, como o de Shirley Barbosa (2020), o quilombo de Vila União/Campina abrangia uma área com muitos hectares de terra, e era um lugar devoluto, não tinha dono. Os antigos falavam que, antes da chegada da Família Amador, eram os indígenas que habitavam o território (Barbosa, 2020). Uma moradora da comunidade, Dona Maria Castorina, relata que seu bisavô chamado Manoel Amador foi de Mangueiras para Campina e se firmou na terra formando família. Teve filhos com Rosa, que era de Baiano-Rosário[9], e esses filhos foram construindo suas casas e famílias e povoando a comunidade. Praticamente todos que residiam no quilombo de Campina eram parentes (Barbosa, 2020). Atualmente, se percebe que muitas das famílias se ligam pelo parentesco e a família Amador ainda é uma das famílias com mais descendentes na comunidade. A seguir pode-se observar alguns relatos de interlocutores sobre como era a comunidade em sua época, há aproximadamente 30 anos.

> Era diferente, ixe! Era estradinha, era estrada, a mata era mata alta ainda...tinha poucas casas, aqui tinha quatro casas só! Agora tu vê a quantidade que tem, e as casas que tinha aqui era só dos filhos daqui, depois que foi chegando gente de fora, os filhos vão crescendo já vão tirando, vão vendendo, vem chegando gente de fora (Interlocutora G).

> Essa região aqui era pouca casa. Olha, aqui tinha a casa do meu pai, a casa de um senhor que chamava Tassiano pra ali... Tassiano já morreu. Ali a casa da minha tia, tia Noca ali, o tio Domingos Pereira ali, e a vovó, era o quê? Umas 6 casas só" (Interlocutor P).

Como o número de pessoas e famílias era reduzido, também tinham poucas casas, e localizavam-se mais distantes umas das outras. As casas eram de barro e cobertas com palhas ou telhas. Atualmente as construções das casas são diferentes, por exemplo é difícil encontrar uma casa feita de barro ou coberta com palha, em sua maioria são construídas de alvenaria.

Constata-se ainda que a vida antes da construção da estrada era bem diferente de como é hoje, havia menor movimentação de veículos e as pessoas andavam mais a pé, mesmo a longas

[9] Comunidade quilombola situada a 10 km de Vila União/Campina.

distâncias, não possuíam acesso à internet nem energia elétrica, enfrentavam certas dificuldades, como em relação ao acesso à educação; no entanto, as práticas coletivas, os repasses intergeracionais dos saberes tradicionais possuíam maior expressividade.

> Quando eu me entendi, essa estrada era só areia, não tinha asfalto. Os moradores abriram caminho, nós chamávamos de rodagem. Essa rodagem leva as pessoas para todo lado, Rosário, Monsarás, Salvaterra, Água Boa. Tudo era estradinha pequena, feita pisada, não tinha carro, muito menos bicicleta, a gente ia a pé, íamos bater em Salvaterra, saíamos de madrugada, era longe. Não tinha luz elétrica, nós usávamos a lamparina, o fogão era a lenha, as panelas eram de barro, as mulheres faziam da argila. Faziam uns panelões para pôr a tiborna, uma bebida feita da mandioca, coloca a água para ferver e depois coloca a massa, a mesma que a gente usa para fazer a farinha, todos nós bebemos. A tiborna era servida para aqueles que trabalhavam na roça, no serviço da roça, nos convidados de agitatório um ajuda o outro na plantação (Maria Castorina, em 19/07/2019, Barbosa, 2020).

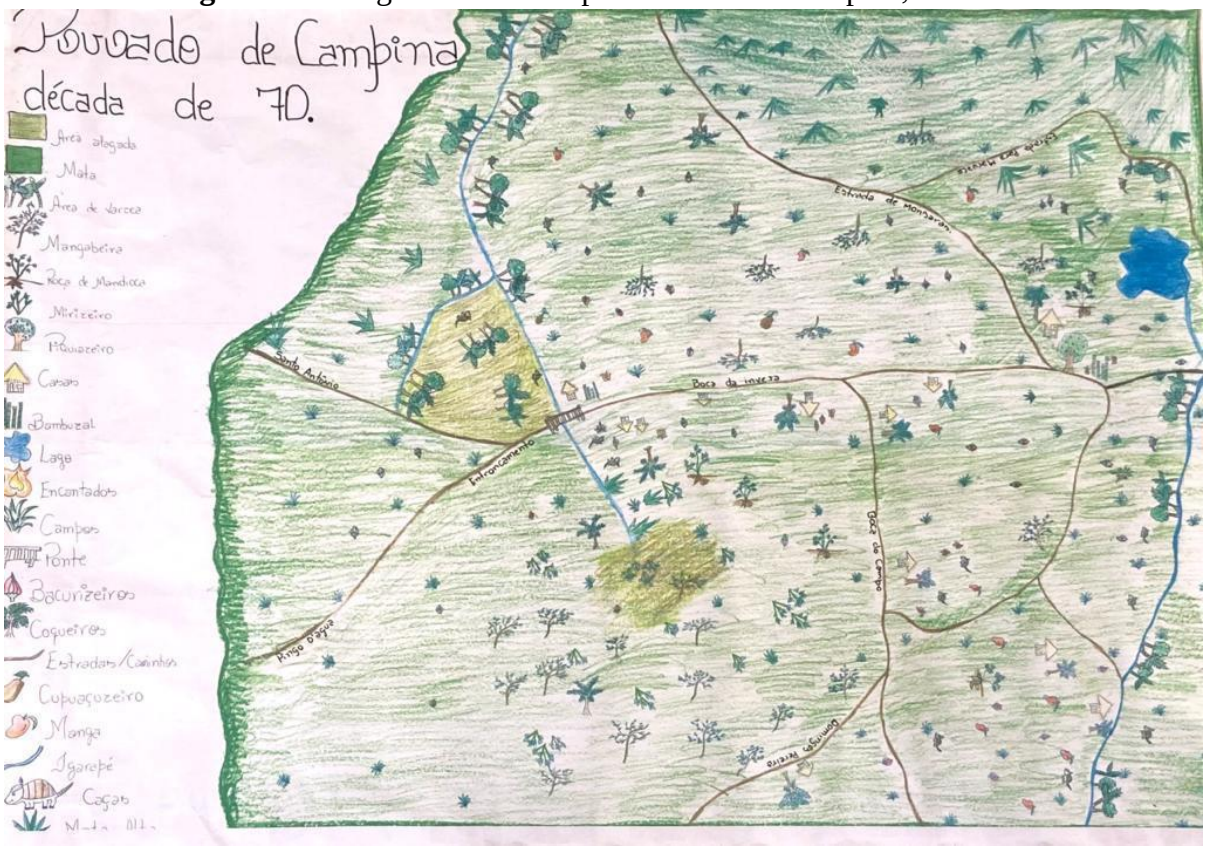
Foi a partir da abertura da estrada com o maior povoamento de pessoas nas suas margens, assim como dos inúmeros nomes (apelidos) que colocavam nos terrenos, que surgiu a ideia de adotarem o nome Vila União, como será descrito a seguir.

Considerando o nome antigo da comunidade – Campina –, é importante entendermos sobre como ocorreu a mudança de nome de Campina para Vila União e posteriormente para Vila União/Campina. Para isso ouvimos algumas pessoas, especialmente o agricultor que foi o responsável pela ideia e pela mudança do nome. De acordo com seus relatos, o principal objetivo da mudança do nome foi para facilitar o acesso de outras pessoas, de parentes de fora, que quisessem visitar a comunidade, pois na época existiam muitos nomes, ou melhor, "apelidos", como é descrito por ele, pois os moradores intitulavam cada sítio nomeando-os como: inveja, entroncamento, bambuzal *etc*. (Figura 6), dessa forma dificultava o acesso por terceiros, justamente por não ter uma localização exata dos lugares. Podemos observar abaixo um trecho do seu relato sobre a mudança para Vila União.

> Na época quando nós lutamos pela vila união, era por causa da área, essa aqui era um apelido, aqui era o entroncamento, aí onde eu morava era inveja, cada pessoa que vinha ia chegando, fazia um sítio colocava um nome, aí foi aí que houve a decisão da gente unir todos esses apelidos e transformar num só nome. Primeiramente, foi Jerusalém, Nova Jerusalém, aí outra pessoa queria que fosse outro nome, Campinas. Foi feita a reunião no dia 20 de abril de 1995, fundação de Vila União, eu dirigi a reunião, eu convidei as pessoas, expliquei pra eles, foi registrado pelo secretariado e tudo, aí eu expliquei pra eles porque era a necessidade de ter um só nome, porque gente, eu pelo menos tinha família fora, as pessoas precisam se contactar com a gente, e se você não tem um endereço, um código de endereço, como que você vai ficar, a fulano mora lá na Campina, ou então lá no entroncamento, lá na inveja, foi aí [que] eu conversei com os pastores da época, das congregações... Como eu falei pra você, eu fui o sétimo morador, só que na época que foi fundada Vila União já tava com trinta e seis famílias, e hoje se você brincar bem, tá chegando nas duzentas famílias (Interlocutor Q).

No entanto, nem todas as pessoas concordaram com essa mudança, mas como foi feita a votação, a maioria optou por ser Vila União. Uma das lideranças do local na época, que é uma das principais figuras da constituição da comunidade, conta que não concordou com que mudasse de Campina, para Vila União, visto que a origem da comunidade foi em Campina. Até hoje ela nomeia a comunidade como Campina, assim como alguns dos moradores dessa área.

Figura 6: Cartografia social do povoamento de Campina, na década de 70.



Fonte: Registro cedido pela interlocutora O, 2023.

Na imagem acima, é possível observar os distintos apelidos atribuídos às áreas, conforme mencionado anteriormente, juntamente com as escassas residências existentes. Os apelidos eram atribuídos pelos moradores à medida que chegavam e se estabeleciam. Em relação ao apelido “inveja”, designado a uma das propriedades, um interlocutor compartilhou uma história interessante. Ele relatou ter conversado com uma das herdeiras que residiu no local, a qual mencionou a presença de uma imponente pequiazeira. O local onde varriam o chão resultava em uma extensão arenosa, cativando a admiração das pessoas pela sua beleza. Por essa razão, o avô da herdeira decidiu nomear o sítio como “inveja”. Quanto ao apelido

"bambuzal", o mesmo interlocutor acredita que o nome se originou devido à presença de uma vasta touceira de bambus no terreno, que impressionava pela sua grandiosidade.

Nessa época, as áreas de matas e campos eram bem grandes, havia uma diversidade de espécies vegetais frutíferas, como mangabeiras, pequiazeiras, mangueiras, cupuaçuzeiros, bacurizeiros, coqueiros etc., das quais muitas ainda se veem hoje em dia, em menor expressividade. As roças de mandioca, para a produção da farinha de mandioca e dos demais derivados eram e continuam sendo uma das principais fontes de alimento e renda dos moradores de Vila União/Campina.

As principais fontes de alimentos na época provinham da agricultura, com as plantações das roças, para a fabricação da farinha d'água, farinha de tapioca, crueira[10], tucupi[11] etc., e de espécies como feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), jerimum (*Curcubita* sp.), maxixe (*Cucumis anguria* L.), melancia (*Citrullus lanatus* (Thunb.) Matsum & Nakai), arroz (*Oryza sativa* L.), e milho (*Zea mays* L.), que geralmente se plantavam na mesma área da mandioca, favorecendo, desde essa época, a agrobiodiversidade dos roçados. Outras fontes eram plantações nos quintais, principalmente de frutíferas e da pesca artesanal. Acerca das principais fontes de alimento e renda no passado, podemos observar os relatos abaixo.

> O trabalho maior era na agricultura e na pesca. O pessoal que iam pescar, mas essa pesca era só mesmo pro consumo, porque não vendia quase o peixe, trocava com farinha. Pessoal aqui tinham roça, iam trocar com farinha, era assim que era, aí levava tucupi, tapioca, a farinha, pra trocar a troco do peixe (Interlocutora G).

> De alimento era mais mesmo, era a farinha, um açaí que parecia que eles trocava, o peixe, tinha a casa do forno, né? Já vinha, já comia na casa do forno, açaí, farinha, peixe, camarão, caranguejo, tudo era, vinha na casa do forno pra gente, aí se tornava mais fácil né, agora não querem mais fazer esse negócio de troca (Interlocutor P).

O sistema de trocas de alimentos era comum na época: trocavam farinha, tapioca e tucupi por peixe, camarão e caranguejo, troca essa que geralmente acontecia na beira da praia, mais precisamente na praia de água boa, que fica próxima da comunidade. Era uma forma de diversificar suas fontes de alimentos e com isso de manter suas reproduções sociais. Desde a constituição histórica de Vila União/Campina, as relações sociais, simbólicas e culturais são construídas no território. A territorialidade vem sendo constituída coletivamente entre os moradores, baseada em solidariedade e reciprocidade, com muitas atividades realizadas coletivamente, como os mutirões e convidados, as trocas e doações de alimentos, sementes, uns com os outros, fortalecendo assim suas identidades no território.

[10] A crueira é formada pelas fibras e pedaços mais duros que sobram após ralar a mandioca, são os resíduos mais grosseiros que geralmente não passam pela peneira.
[11] É um líquido amarelo extraído da mandioca brava, muito utilizado na culinária paraense.

Essa reciprocidade presente nas relações entre os moradores da comunidade Vila União/Campina, principalmente nas relações de trabalho, é fundamental para a construção do território quilombola. Sabourin comenta que o princípio da reciprocidade, do ponto de vista antropológico corresponde "[...] a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não a uma simples permuta de bens ou de objetos, como pode ser, ao limite, o caso da troca" (Sabourin, 2012, p. 55). Ainda nesse sentido, Sabourin (2011, p. 34), ao refletir sobre a teoria da reciprocidade, comenta que

> nas sociedades rurais, trata-se da permanência de diversas formas de ajuda mútua agrícola e de associativismo ou das formas de manejo compartilhado de recursos naturais (águas, pastagens, terras, florestas, reservas extrativistas ou biodiversidade) e de bens em propriedade comum (infraestruturas ou equipamentos coletivos). Nos dispositivos partilhados de acesso, produção ou manejo de recursos comuns, não é possível dissociar a satisfação de necessidades econômicas da prioridade dada ao laço social, à relação humana de solidariedade e de preocupação com a satisfação das necessidades do conjunto da comunidade.

No entanto, visualizam-se modificações no espaço e na dinâmica de vida da comunidade, vinculadas à chegada de "projetos de desenvolvimento", como por exemplo a inserção de uma rodovia, projeto direcionado principalmente à demanda de grupos sociais dominantes, que historicamente exploram a região, assim como da expansão de atividades, como o monocultivo de abacaxi. As transformações evidenciadas na comunidade são intensificadas pela demora na titulação do território. Diante dessa contextualização histórica, a territorialidade é reconstruída a partir da memória coletiva que é repassada ao longo das gerações, assim como as estratégias adotadas pelos sujeitos. Atualmente ainda é possível observar, mesmo que em menor frequência, atividades coletivas, trocas e compartilhamento de alimentos, principalmente entre famílias e vizinhos.

> [...] até porque aqui é só família, e a gente sempre tá dando, se tira, por exemplo, meu sobrinho que mora aí nessa casa, aí se ele corta um cacho de banana, a aliás ele até, ligou pra mim ir cortar, eu nem fui. Corta um cacho de banana, deixa amarelar, quando amarela ele divide com todos, assim, aí é um costume já da gente, aí se um compra um, uma coisa, vamo se dizer, como eu tava lá pra praia, a gente comprava o peixe lá e a gente mandava pra cá, pros outros pra dividir, e assim eles também, aí se a Nazilda faz a farinha, ela divide com todos. Assim, com ele daqui, as vezes manda pra minha irmã que mora em Belém, aí a gente sempre fez isso, se um, vamos supor, faz uma coisa diferente, a vamos fazer um bolo diferente, aí todo mundo divide, a gente divide, olha eu vou fazer uma canjica, tantos pirex de canjica, aí divide com todo mundo, vai aqueles pedaço, fatia pra todo mundo, é assim que a gente é, até porque é só família (Interlocutora M).

As roças de mandioca, como já mencionado, têm assumido papel importante na garantia de segurança alimentar dos moradores da comunidade, assim como nas relações sociais entre estes, pois nesses espaços de ajuda mútua e de partilha, os laços de amizade, de parentesco, se fortalecem. Já as roças de abacaxi (Figura 7), também muito presentes na comunidade, eram e

ainda são feitas principalmente para a obtenção de renda e possibilidade da compra de outros suprimentos. Todavia, as roças que são realizadas atualmente na comunidade diferem em alguns aspectos das roças de antigamente.

> As roças na época era, era assim, como não é agora, né? Era sem adubo, sem carbureto, a gente trabalhava em mutirão, sabe? A gente ajudava um o outro, sabe? Aquele "bucado", entre a família, a gente ia pros convidado que se forma, né? Aí gente ia nos convidado, ajudava, por exemplo, hoje era o meu, amanhã era do.., a semana toda, as vez, tinha um serviço, era assim, pra plantar maniva, né? (Interlocutor P)

No relato acima, é possível visualizar algumas das mudanças nas formas de produção nos roçados, estas vinculadas à expansão do abacaxi e à utilização do adubo químico, sobretudo a partir de 1990, além do pouco desenvolvimento da atividade coletiva no trabalho dos roçados, que difere das formas que antigamente empregavam. Dessa forma, percebe-se que essas mudanças acompanham o espraiamento de uma lógica voltada para a obtenção de lucro com os monocultivos de abacaxi.

Figura 7: Agricultora em sua roça de abacaxi, na comunidade de Vila União/Campina, na década de 90.



Fonte: Acervo de campo, cedida pela interlocutora, 2023.

Quanto à organização social, a comunidade possui uma associação quilombola, que foi criada através da organização e da mobilização coletiva dos moradores, com o objetivo de buscar benefícios e melhorias para a população. Nesse sentido, sobre a fundação e o funcionamento da associação e da sua atuação na comunidade, observa-se a seguir o relato da atual presidente da AMARQUIVUC:

> A associação ela iniciou a gente... A primeira reunião que a gente teve pra discutir a formação da associação foi em 2004, tá? Mas a primeira ata, registrada mesmo, e reconhecida em cartório foi em 2006 e, desde então, a associação vem funcionando. Durante muito tempo, desde 2006, na verdade, da primeira ata, eu atuei como secretária da associação, e aí essa é a primeira vez que atuo como presidente, desde 2006. Eu passei só dois anos fora dela, e o resto do tempo eu passei todo tempo trabalhando junto à associação. A associação chama de AMARQUIVUC, né? Associação de Mães Agricultoras Remanescentes de quilombo de Vila União/Campinas, e hoje em dia a gente tem uma sede, na verdade, duas sedes, né? Que tão ali dentro do terreno da associação. Nós temos um caminhão que dá assistência também pra essa associação, pros sócios, membros dela, e atende também a comunidade geral, e a gente, a associação, ela é sem fins lucrativos né, o que a gente mantêm a associação hoje são com as contribuições que vem através dos sócios que não são uma quantidade grande, mas que a gente consegue com... arrecadar os dez reais mensais de cada membro, né? Uma certa quantia que a gente mantém a associação né, geralmente questão de limpeza tanto da sede como do terreno é feito mutirão e geralmente pra esse mutirão vai, não só os sócios, que dentro também dessa associação nós temos os contribuintes que a gente chama, que são aquelas outras pessoas que não são sócios, mas que contribuem com a associação e com tudo que a associação promove, e aí a associação é um espaço aberto a comunidade né, a gente não atende, ah eu não sou sócio então eu não tenho direito, não, a alguém quer fazer um aniversário, que nós temos um espaço grande lá, um casamento, uns quinze anos, aí a gente sede o espaço pra essa pessoa né, realizar seu evento, mas a gente né, sempre mantém a questão assim, um pouco do respeito, do cuidado, porque a gente tem um prédio e a gente precisa, zelar por ele né, cuidar dele [...] (Interlocutora S)

Atualmente, a associação, além das contribuições dos sócios, conseguiu uma parceria com uma empresa chamada BERACA[12] e, através dessa parceria, compra os insumos, como sementes e argila, dos agricultores da comunidade de Vila União/Campina, e de outras comunidades e vilas dentro do território de Salvaterra, e comercializa para a empresa. Essa relação entre a associação e a empresa BERACA não foi aprofundada na entrevista. No entanto, vale a reflexão mais geral quanto à atuação dos agentes de exploração econômicos da biodiversidade da Amazônia, visto que se diferem do modelo tradicional de expansão do capital da Amazônia, pois hoje esse capital se instala via conhecimento e tecnologia, de certa forma silenciosamente (Fernandes; Marin, 2007), daí a preocupação quanto à atuação das grandes empresas nos territórios de populações tradicionais.

> [...] aí a gente tem, desde 2017, uma parceria com uma empresa que nós chamamos de BERACA, nós chamamos não, o nome da empresa é BERACA.E essa empresa ela compra insumos, sementes, argila, pra revenda no caso, pra L'Oreal, Natura, e a gente tem essa parceria com essa empresa, e a associação compra as sementes das pessoas, das comunidades, não só das comunidades quilombolas, como de outras vilas que tem dentro do município, aí repassa pra empresa. A empresa retorna pela conta da associação o valor estimado aquela compra que foi feita daquela pessoa, então, é dessa forma que a gente tem trabalhado, durante muitos anos, e tem ajudado, contribuído com a renda mensal de muitas famílias. Inclusive, agora eles estão vindo retirar argila

[12] Indústria de oleaginosas e produtos da Amazônia (PA), é uma empresa do segmento de óleos e gorduras vegetais e animais, que fabrica óleos fixos e essenciais para uso na indústria de fragrâncias, cosmética e fitoterápica (Fernandes; Marin, 2007 p. 63).

> e foi com essa retirada da argila de 2017, que a gente recebeu um prêmio, esse prêmio foi devido a parceria. Eles deram retorno da venda da argila, né? Pra associação de 5%, e com esse valor a gente conseguiu construir, né? O prédio da associação e comprar o caminhão pra ajudar, porque só com o dinheiro dos sócios, a gente não teria como, né? Que é bem poucos sócios que nós temos na associação, e a gente vem atuando dessas formas (Interlocutora S, em 17/08/2023)

Entretanto vale ressaltar que muitas relações estratégicas no território de Vila União/Campina foram possibilitadas a partir da presença da estrada PA-154, inclusive menciona-se essa relação entre a Associação e a empresa BERACA, que tem atuado, de acordo com o relato da presidente da associação, de forma positiva no território quilombola.

De acordo com a presidente da AMARQUIVUC, no quadro atual da associação, estão com 15 associados ativos e possuem alguns inadimplentes. A mensalidade paga pelos sócios é no valor de R$10,00 (dez reais). Existem alguns critérios de acordo com o estatuto da associação, para uma pessoa estar apta a se associar, que são: a pessoa precisa ser moradora da comunidade, se vier de outro lugar por exemplo, necessita residir na comunidade pelo mínimo de 10 anos para poder ter o direito de se associar, além de considerarem o vínculo social ou algum vínculo com a comunidade.

Dentre as atuações da associação na comunidade, há também o apoio no fortalecimento do acesso dos jovens às universidades, principalmente por meio do processo seletivo especial, pois para participarem do processo, solicitam da Associação uma carta de pertencimento à comunidade quilombola. Através disso, muitos jovens já tiveram a oportunidade de acessar o ensino superior, as universidades, como podemos observar no trecho de entrevista abaixo.

> [..] Fortemente a gente vem atuando desde, acho que 2018, que já entrei mais no processo também, a gente começou a atuar muito na questão do fortalecimento dos nossos jovens, com essa questão do processo seletivo especial né, que eles recebem da associação uma carta de pertença, então a gente tem feito um trabalho muito grande. Esse ano graças a Deus nós tivemos um número muito grande de jovens né, que adentraram a Universidade Federal do Pará, e hoje estão lá estudando, então isso pra nós é gratificante, eu digo assim, eu passei por esse processo seletivo, que é um processo diferenciado por cotas, Graças a Deus por isso, hoje eu tô formada, trabalho na área que eu escolhi, e hoje em dia eu consigo né, é, ajudar através da associação outros jovens também que poderiam pleitear, mesmo sonho né, porque a gente vive em comunidade, a gente já sabe o quanto é difícil um jovem de dentro de um território desse sair daqui, da sua terra, ir lá pra Belém, Altamira ou pra outro lugar estudar né, muito difícil, então graças a Deus que a gente consegue né, com o pouco que a gente tem, dar essa ajuda (Interlocutora S).

Através da associação também conquistaram o sistema de abastecimento de água na comunidade e outros benefícios e políticas públicas voltadas para a população quilombola. Para o autorreconhecimento quilombola, uma professora da Universidade Federal do Pará, Rosa

Acevedo, realizou o estudo antropológico na comunidade, juntamente com uma equipe da UFPA, e em 2007, a comunidade conseguiu a certidão de autodefinição[13], emitida pela Fundação Cultural Palmares (Figura 8). Acerca do processo para a autodefinição da comunidade, a atual presidente da associação quilombola comenta:

> esse início do processo eu não acompanhei, eu era bem mais nova, até onde eu sei né, foi feito um estudo antropológico né, inclusive a Rosa Acevedo foi uma das pessoas, que é uma professora da UFPA, ela foi uma das pessoas que veio na comunidade e pesquisou, porque a criação dos quilombos na verdade dentro do nosso município foi assim, algum foragido casou com não sei quê, da onde lá, iam migrando, fazia uma família, essa família já ia se estendendo, já ia procurar outro local e assim foi formando os quilombos dentro do município, então se continuasse essa pesquisa, mais outras vilas dentro desse município também iam ser reconhecidas como quilombo, porque alguém trabalhou na fazenda né, sofreu processo de escravidão né, e se refugiou pro meio da mata e lá originou uma comunidade, entendeu [...] (Interlocutora S).

Para a certificação da comunidade pela FCP, pelo fato da maioria das famílias terem registrado nas suas contas de energia, e em outros documentos, o nome da comunidade como Vila União, não tinha mais como mudar para Campina; e caso registrassem só como Campina, desencadeariam muitas dificuldades. Daí a opção por autorreconhecer a comunidade com a junção dos dois nomes, definindo Vila União/Campina, pois segundo os mesmos não tem como separá-los.

> Várias pessoas vieram de lá, dali da Campina, daquela curva, passaram a vir pra PA, porque como passou o asfalto e veio a energia elétrica, então eles preferiram vir pra cá, do que ficar lá, e pra titular o nome você não pode fazer essa separação, dizer que lá é uma comunidade e aqui é outra, que lá que iniciou a comunidade [...] (Interlocutora S).

[13] Conforme o 4º artigo do Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Fundação Cultural Palmares – FCP é responsável pela emissão de certidões às comunidades quilombolas e sua inscrição em um cadastro geral. Para a certificação, são exigidos três documentos, conforme estabelecido pela Portaria FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007: 1. Ata de Reunião ou Assembleia: Uma ata de reunião específica para tratar do tema da autodeclaração, caso a comunidade não tenha uma associação constituída, ou uma ata de assembleia da associação, se esta já estiver formalizada, com assinatura da maioria de seus membros. 2. Relato Histórico da Comunidade: Um breve relato histórico (geralmente de 2 a 5 páginas) descrevendo a formação da comunidade, seus principais troncos familiares, manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, festejos, religiosidade, entre outros aspectos relevantes. 3. Requerimento de Certificação: Um requerimento de certificação endereçado à presidência da FCP. A comunidade pode, a seu critério, agregar outros documentos, como fotos, registros de nascimento e óbito, títulos de propriedade ou posse, pesquisas e reportagens (FCP, 2023).

Figura 8: Registro da 2ª via da Certidão de autodefinição da comunidade Vila União/Campina.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

2ª VIA

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.001847/2006-27 **CERTIFICOU** que a ***COMUNIDADE VILA UNIÃO / CAMPINA,*** localizada no município de SALVATERRA (ILHA DO MARAJÓ) - PA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 006, Registro nº 742, fl. 53, devidamente assinada a época pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares, Ubiratan Castro de Araújo, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, fl. 29, ***SE AUTODEFINIU COMO REMANESCENTE DE QUILOMBO.***

O referido é verdade e dou fé.

Brasília, 10 de junho de 2013.

Alexandro Reis
Diretor

SGAN Quadra 601 Norte – Lote L – Ed. ATP – Brasília/DF
CEP: 70830-010 Fone: (61) 3424 0101 site: www.palmares.gov.br

Fonte: Associação quilombola. In Barbosa (2020).

4.3 Caracterização atual da comunidade de Vila União/Campina: saúde e educação

Antes de iniciar apresentando a comunidade, é pertinente mencionar o trajeto até a chegada na comunidade. Sendo assim, no dia 03 de agosto de 2023, parti do terminal hidroviário de Belém, por volta das 14h30min, rumo ao porto do Camará e posteriormente para a Vila União/Campina. A duração da viagem de Belém até o Camará, de transporte fluvial, foi de

aproximadamente 2h30min, e, após chegar ao porto, o trajeto segue de van até a comunidade por aproximadamente 30min. A chegada em Vila União/Campina foi por volta de 17h30min.

A recepção na comunidade foi feita por uma amiga, colega de turma do mestrado (MAFDS, PPGAA), Luciane Barbosa, que é também quilombola e pertencente à Vila União/Campina. Lá, Luciane me levou até Dayane Amador, que me acolheu em sua residência, onde pernoitei 17 dias seguidos. O fato de já ter um contato na comunidade facilitou muito a aproximação com alguns quilombolas.

No que diz respeito às características de Vila União/Campina, desde a primeira vez que conheci a comunidade, me surpreendi, principalmente por, em primeiro momento, imaginar que encontraria uma comunidade quilombola menos urbanizada e com menos movimentação de veículos, pois o único contato que possuía com comunidades quilombolas, havia sido em duas comunidades em Cametá, onde a dinâmica de vida dos moradores é diferente. No entanto, hoje sei que tinha uma visão um tanto quanto equivocada sobre as comunidades quilombolas, tendo em vista os diferentes contextos em que estão inseridas, as suas especificidades e as muitas transformações a que estas populações estão sujeitas.

A comunidade ainda não possui o título definitivo do seu território, tendo dado entrada no processo para a titulação no ano de 2004. Essa demora que perdura por aproximadamente 20 anos, causa insegurança em boa parte dos moradores, assim como gera impactos na dinâmica de vida, e contribui para as mudanças nas formas de produzir nos roçados. Como já mencionado, a comunidade é atravessada por uma rodovia, a PA-154 (Figura 9), construída na década de 80. A rodovia foi asfaltada em 2000, pavimentada e inaugurada em 2017, e vem contribuindo para um crescente aumento populacional da comunidade. Atualmente, a comunidade possui cerca de 200 (duzentas) famílias, e mais de 1.000 (um mil) moradores (Barbosa, 2020), e conta com energia elétrica, sistema de abastecimento de água, posto de saúde, associação quilombola, igrejas e demais infraestruturas que serão descritas a seguir.

Figura 9: Estrada PA-154 que atravessa a comunidade Vila União/Campina.



Fonte: Acervo de Campo, 2023.

O número maior de casas se concentra no centro da comunidade e ao longo das margens da rodovia, assim como os comércios, dentre os quais há: supermercados, restaurantes, posto de combustível, farmácias, lojas de roupas, açougue, lanchonetes, oficinas, bares, distribuidora de gás, assistência técnica, venda de açaí, padaria etc. (Figura 10), que serão mais bem ilustrados/visualizados na Figura 11, a seguir. Também foi possível visualizar vendas de lanches nas frentes das casas, como bolos, sucos, tacacá[14], coxinha, dentre outros. A movimentação na comunidade é constante, com uma grande circulação de carros, vans, micro-ônibus, caminhões, motos, com pessoas indo ou vindo de Salvaterra para o porto Camará, ou então a caminho de Monsarás, Cachoeira do Arari, Joanes e outras comunidades.

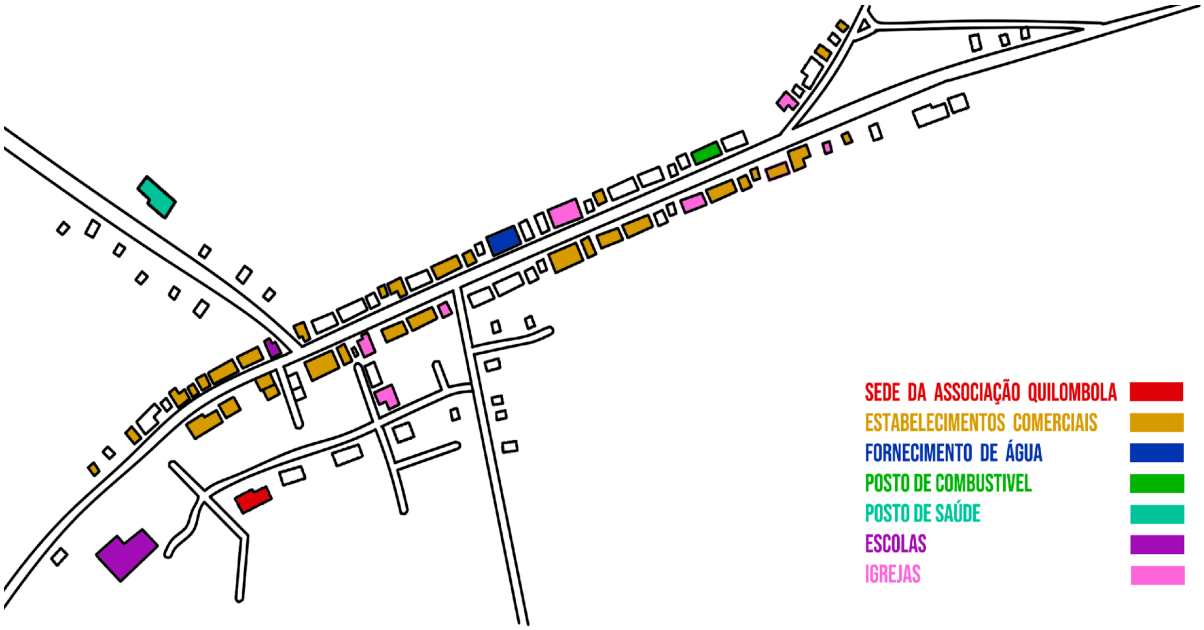
Figura 10: Alguns dos estabelecimentos comerciais da comunidade.



Fonte: Acervo de campo, 2023.

[14] O tacacá é um prato à base de mandioca brava (*Manihot esculenta* Crantz). Os ingredientes, que geralmente compõem o tacacá são: pimenta, tucupi (sumo de mandioca brava, fervido com ervas), goma (preparado viscoso e transparente feito de amido de mandioca), jambú (folhas cozidas que entorpecem os lábios), e camarões secos (Robert; Velthem, 2009).

Figura 11: Croqui da comunidade Vila União/Campina, com a disposição das vias e espacialização das principais infraestruturas presentes.



Fonte: Acervo de campo, 2023. Elaborado por Souza.

A estrada possibilitou alternativas de fontes de renda aos moradores, com a abertura de uma diversidade de comércios, mas também catalisou mudanças no estilo de vida, no dia a dia dos moradores, fazendo com que muitas pessoas de outros locais se alojassem, com distintos objetivos, na comunidade, como podemos observar na fala de uma agricultora a seguir:

> [...] porque aqui, agora, tem muito mais, muita gente nova, tem gente aqui nesse lugar, tem gente que antigamente era só a gente, agora tem gente que passa na rua, a gente pergunta assim, quem é esse pessoal, não sei quem é, não sei de onde é, tem gente de Belém, tem gente de Mosqueiro, do Retiro Grande, aí a gente não sabe, não conhece, já é estranho (Interlocutora A).

Barbosa (2020) destaca a abertura e a pavimentação da rodovia como um marco importante na história da comunidade, alterando o cotidiano dos moradores, visto que a PA-154 dividiu a comunidade ao meio, inclusive, restringindo as brincadeiras das crianças ao ar livre, pois os pais se preocupam com o fluxo de carros, motos e o risco de ocorrer acidentes. Dessa forma, todos os sujeitos que vivem nesta localidade tiveram que se adaptar a esta nova realidade. Além disso, "após a pavimentação da estrada, muitas pessoas de outras regiões ficaram interessadas nessas terras. Isso provocou migrações, e um aumento populacional, o que explica o surgimento de muitas mudanças na dinâmica de vida" (Barbosa, 2020, p. 59).

Quanto à estrutura e à espacialização do Quilombo de Vila União/Campina, como já visualizado no croqui, existem duas escolas reconhecidas socialmente como quilombolas, por

estarem em território quilombola: a Escola Municipal de Ensino Infantil Fundamental de Vila União (EMEIFVU) e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Quilombola Maria Lúcia Ledo Carvalho (EMEFQMLLC) (Figura 12). Ambas atendem a comunidade local e a vizinhança.

A comunidade também conta com um posto de saúde (Figura 13), que funciona diariamente com atendimento às pessoas da comunidade e das localidades mais próximas (Garcia, 2022), como Boa Esperança, Paixão, Buca da Mata, Rosário, Chiquita, Mãe de Deus, Mangabal, Siricari, Deus Ajude; e, às vezes, atende pessoas de Condeixa, Salvaterra e de Soure. Além disso, existe uma distribuidora de gás, uma associação quilombola, comércios, 6 (seis) igrejas evangélicas e uma católica (Figura 14), contando ainda com um posto de combustível. Este posto, que fica em território quilombola, é de propriedade de um fazendeiro, o que preocupa muitos dos moradores dos arredores do empreendimento, pois este vem tentando comprar terrenos das pessoas, com o objetivo de ampliar suas posses de terra na comunidade (Figura 15). Situações como essa, referente à compra de terrenos, principalmente com o objetivo de abrir ou ampliar empreendimentos, pode dificultar o processo de titulação do território quilombola, visto da necessidade de indenização aos estabelecimentos presentes no território.

Figura 12: Escola Municipal de Ensino Infantil Fundamental de Vila União (EMEIFVU) (esquerda) e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Quilombola Maria Lucia Ledo Carvalho (EMEFQMLLC) (direita).



Fonte: Acervo de campo, 2023.

Figura 13: Posto de saúde da comunidade Vila União/Campina, município de Salvaterra.



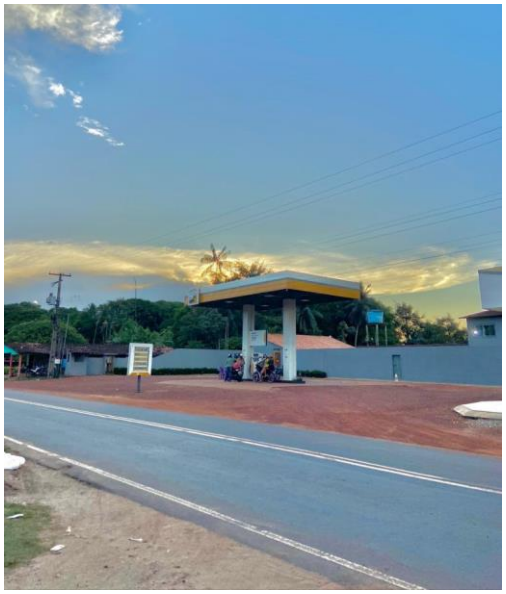
Fonte: Acervo de campo, 2023.

Figura 14: Algumas das igrejas presentes na comunidade. Igreja católica (esquerda), e igreja evangélica (direita).



Fonte: Acervo de campo, 2023.

Figura 15: Posto de Combustível na comunidade Vila União/Campina.



Fonte: Acervo de Campo, 2023.

As principais atividades desenvolvidas pelos moradores de Vila União/Campina estão relacionadas com a agricultura, a produção nas roças de mandioca e de abacaxi, a produção de maxixe, melancia, jerimum e hortaliças, o cultivo de diversas espécies nos quintais produtivos, a venda nos diversos estabelecimentos comerciais, tanto de itens de revenda quanto dos produtos cultivados pelos mesmos na própria comunidade, a pesca artesanal, os trabalhos autônomos e os serviços públicos nas escolas e no posto de saúde local. Os benefícios assistenciais e previdenciários do governo, como o bolsa família e a aposentadoria rural, respectivamente, possuem importância significativa como principais fontes de renda ou de complementação de renda dos moradores da comunidade.

A renda do bolsa família é mobilizada por 8 (oito) interlocutores principalmente como a garantia da permanência dos filhos das agricultoras e agricultores na escola, da compra de materiais escolares, até mesmo de alimentação e necessidades básicas das famílias, como podemos observar nos relatos a seguir:

> [O bolsa família] me ajuda pra comprar o material escolar dos meninos, ele vai pra escola todo dia a tarde, já ajuda nas disciplinas dele, é material que pede, é apostila, tudo isso é pago, então todo dia ele tem que levar 20 reais, já pensou, todo dia ele levar 20 reais pra escola, pra Salvaterra, [...] ajuda também no gás de casa, quando acaba sem a gente esperar (Interlocutora B).

> olha porque como a gente vive de bico né, como o pessoal falam, é uma coisa que não tem todo dia, além da agricultura familiar né, a nossa agricultura familiar, a gente trabalha mais pro sustento né, a gente planta um canteiro, aí a horta, faz a farinha pra gente sobreviver, a gente não faz, porque a gente não tem condições de fazer plantio grande pra vender, então ela é uma, um plantio pequeno, e o bolsa família soma, que é onde a gente compra as coisas básicas né, inclusive manter nossos filhos na escola,

> escola, roupa, essas coisas e ajuda na alimentação, aqui pra nós ela é de muita importância, a maioria das famílias sobrevive do bolsa família (Interlocutora N).

Corroborando ao exposto, o estudo de Soares e Sótyro (2009), desenvolvido na região do Marajó, evidenciou a importância da renda proveniente de benefícios sociais do governo para as famílias marajoaras. Ainda segundo os autores, o recurso obtido através do Bolsa família é destinado para suprir as necessidades mais imediatas da unidade familiar, mas principalmente à compra de material escolar para as crianças, à aquisição de equipamentos eletrônicos e outros bens, e à aquisição de alimentos, resultados estes semelhantes aos encontrados em Vila União/Campina, na presente pesquisa.

Percebe-se que a maioria dos interlocutores que possuem trabalho com a agricultura também têm outra ou outras fontes de renda, advindas de trabalhos não agrícolas, localmente ou em Salvaterra, por exemplo. Com isso, o tempo dedicado na produção agrícola, como nas roças principalmente de mandioca, foi reduzido, fazendo também, dentre outros fatores, com que o tamanho dos roçados na comunidade da maioria dos agricultores diminuísse, fato que foi observado nas diversas falas dos agricultores, que serão abordadas com maior profundidade nas seções seguintes. Contudo, vale destacar algumas das transformações percebidas pelos moradores na forma como atualmente se dedicam às suas atividades e aos seus meios de viver na comunidade.

As roças de mandioca e abacaxi são feitas na extensão dos terrenos, na parte localizada atrás da residência e/ou nos terrenos dos agricultores que são um pouco mais distantes das suas casas. Em alguns casos, ficam até em outras localidades vizinhas, como é o caso de uma agricultora que possui um terreno que recebeu por herança, que fica na chácara (comunidade vizinha), e é onde geralmente faz suas roças. Atualmente, o trabalho nos sistemas produtivos é realizado de forma mais individualizada, com cada família fazendo o trabalho nas suas roças, nas hortas e, em muitos casos, pagando diária para pessoas trabalharem nas suas áreas, como, por exemplo, para realizarem a roçagem de uma área a ser destinada ao roçado.

Os trabalhos coletivos, como os mutirões e convidados, que antigamente eram tradicionalmente realizados na comunidade, como práticas importantes para as relações sociais de reciprocidade, para a territorialidade e para o fortalecimento da cultura ancestral, atualmente ganham novos contornos. É fato que os trabalhos realizados coletivamente de certa forma facilitavam o trabalho nas atividades produtivas, pois se tinha um maior número de pessoas para trabalhar, sem ter a necessidade de pagamento monetário, já que a "forma de pagamento" era a troca de serviço pelo dia de trabalho. Hoje em dia, ainda existem alguns trabalhos coletivos

realizados entre famílias próximas, amigos, vizinhos, porém um pouco diferente de como eram realizados no passado.

> Hoje não existe mais [o convidado], querem saber do dinheiro, nós que ainda trabalha, mas é pouco já, nós uns 5, 6 pra fazer, mas é diferente porque antes tinha o suco da mandioca, chamada tiborna, aí faziam aquilo, a gente ia pra lá, era muita gente, assim uma hectare de roça a gente formava num dia, uns 20, mulher e homem pra plantar maniva. Agora, pra roçar, era só homem, agora, no plantio da maniva, tinha mulher, pra plantar, homem cavava, mulher plantava, uns meninos desse tamanho assim, demais saia o negócio da boia, né? Aí, animava as criança ainda, mas, agora não. Chama uns rapazinho desse tamanho pra trabalhar, ele não quer, não quer saber mais, e mesmo não pode né, tá maltratando uma criança, tem que tá no colégio". (Interlocutor P)

O convidado, que antes contava com até 20 (vinte) pessoas trabalhando nas roças, hoje na comunidade, conta com 4 (quatro) a 5 (cinco) pessoas, geralmente da mesma família, ou vizinhos e amigos. A tiborna, bebida que era servida no convidado, hoje é pouco utilizada e, dentre os interlocutores, apenas um mencionou que, de vez em quando, faz para sua família tomar durante o trabalho no roçado (Figura 16). Uma outra agricultora mencionou que atualmente, a sua família usa pão e suco para substituir a tiborna.

Figura 16: Bebida feita por um agricultor da comunidade Vila União/campina, a partir da mandioca (tiborna).



Fonte: Acervo de campo, 2023.

A tiborna, bebida tradicional muito utilizada pelos antepassados quilombolas da comunidade de Vila União/Campina, tem sua forma de preparo descrita por um agricultor que ainda a elabora, mas em menor frequência e quantidade: "*a tiborna é feita da mandioca, rala ela, cozinha, põe numa panela, cozinha até de manhã, até de tarde, aí tira ela, agua, deposita, pra coar no outro dia, aí deposita nos frascos, deixa passar um ou dois dias pra poder coar, que ela fica apurada"* (Interlocutor R, 69).

Destaca-se que na comunidade a materialização da territorialidade, de acordo com o conceito de Little (2002), se dá nas formas com que utilizam a terra, nos seus cultivos nos quintais, nas hortas, nos roçados de mandioca, na coletividade e na solidariedade que expressam ao realizarem as atividades e trabalhos como o convidado, e/ou na sociedade, nos mutirões, no saber fazer da farinha de mandioca e dos demais derivados da mandioca, nas relações estabelecidas com os vizinhos, familiares e com a terra. Dessa forma, o território de Vila União/Campina se estabelece a partir das construções e reconstruções históricas da sua territorialidade específica, e a análise desse território necessita de uma abordagem histórica do seu surgimento, assim como dos contextos em que foi defendido e/ou até mesmo reafirmado (Little, 2002).

Entretanto visualiza-se um cenário atual na comunidade que causa preocupação, principalmente por conta da demora na titulação do território, com o aumento constante de pessoas de fora se alojando no local, e com isso há uma dificuldade em se trabalhar a questão identitária no território, visto que muitas pessoas que migram possuem crenças e culturas distintas deles. Esse aumento populacional também é catalisado pela abertura e pavimentação da estrada.

Quanto aos serviços de saúde na Vila União/Campina, a comunidade conta com um posto de saúde, que atende a população da comunidade e de localidades vizinhas, até mesmo pessoas de Salvaterra e Soure, porém em menor frequência. A agente comunitária de saúde (ACS) relatou o histórico do posto, entre outras questões, como é possível verificar no trecho da entrevista a seguir.

> Olha, esse posto não era aí, esse posto era mais lá adiante, que a dona Ana, mãe da Dayane, foi a primeira auxiliar de enfermagem a se instalar aqui no quilombo, que ainda não era quilombo, era uma comunidade, era uma casinha lá outra aqui. Ela começou a atuar aqui, então era na sala da casa dela, como tinha a LDA antigamente, então era um casulo, que era pra ficar com as crianças e então depois de muito tempo o casulo foi desativado e nós conseguimos trazer o posto aqui pra esse casulo. depois de muito tempo ele foi reformado e aí veio a Ana, continuou trabalhando, mas depois ela adoeceu e aí veio outros técnicos de fora trabalhar, depois de um tempo de novo começou a vir médico, ele vinha uma vez na semana e aí trabalhava, depois veio outros médicos, passaram muitos funcionários por aí, enfermeiros só que era só uma vez na semana, mas depois que entrou a gestão né, ela colocou duas vezes na semana. Mas agora voltou a ser só uma vez, que é na quinta-feira, é uma vez na semana que tem atendimento médico (Interlocutora L).

A técnica em enfermagem mencionada na fala da ACS é de Vila União/Campina, uma das descendentes da família Amador, e além da função de técnica em enfermagem, é parteira, puxadeira e curandeira na comunidade, possui um riquíssimo conhecimento sobre plantas medicinais, composição de remédios caseiros (Figura 17), como pomadas, garrafadas, extração

de óleos, entre outros. Desempenha, assim, um papel fundamental na comunidade, repassando seus saberes aos seus descendentes e auxiliando os moradores em muitas das suas enfermidades, até mesmo realizando partos, quando estão em emergência e não há a possibilidade de chegar a tempo no hospital mais próximo.

Figura 17: Remédios medicinais produzidos por dona Ana Maria.



Fonte: Acervo de campo, 2023.

A: Remédio para inflamação; B: Óleo de abacate C: Remédio para derrame; e D: Infusão de anador.

Mesmo existindo o posto de saúde, que é essencial e indispensável em uma comunidade, muitos moradores, em alguns casos, recorrem aos saberes tradicionais, aos remédios caseiros, feitos com as espécies cultivadas em seus terrenos, ou adquirem esses remédios com pessoas específicas. Há também outra figura importante que desempenha o trabalho do curandeirismo

na comunidade. Ele também fabrica remédios caseiros, faz puxações[15] e diversos banhos[16] para as pessoas que lhe procuram, tanto de Vila União/Campina, quanto de localidades vizinhas.

A continuação da diversidade das plantas medicinais cultivadas nos terrenos dos agricultores contribui para a agrobiodiversidade da comunidade, assim como os saberes e conhecimentos atrelados. No estudo de Bezerra (2020, p. 74) em uma comunidade quilombola do município de Salvaterra, a autora também evidenciou que "[...] o uso das espécies medicinais, além de enriquecer a agrobiodiversidade de plantas em Deus Ajude, perpetua o conhecimento tradicional entre as gerações do quilombo".

Com relação à educação na comunidade, atualmente, existem duas escolas, uma de ensino primário e outra de ensino fundamental, que atendem tanto os moradores de Vila União/Campina, como de outras comunidades e vilas dos arredores. Porém, nem sempre foi assim, nos tempos passados, como contam os moradores mais velhos, havia muita dificuldade para estudar, primeiro porque nem sempre existiu escola na comunidade, e precisavam ir andando para outras comunidades; segundo porque precisavam dividir o tempo para estudar e trabalhar, ajudando os pais nos trabalhos nas roças e na casa.

A Escola Municipal de Ensino Infantil Fundamental de Vila União (EMEIFVU) recebe estudantes para além de Vila União/Campina, das comunidades de Maruacá, Pindo d'água, e Vila Santo Antônio, e funciona com turmas até o 4º (quarto) ano. Já a Escola Municipal de Ensino Fundamental Quilombola Maria Lucia Ledo Carvalho (EMEFQMLLC) recebe estudantes de aproximadamente 20 (vinte) comunidades, funcionando com turmas do 4º (quarto) ao 9º (nono) ano do ensino fundamental.

A escola Lúcia Ledo, como é popularmente conhecida, foi fundada em 2011, atendendo do 4º (quarto) ao 9º (nono), já em 2023, a escola ganhou a modalidade de ensino EJA médio campo, através da qual os alunos passaram a ter a possibilidade de cursar o ensino médio na própria comunidade. Isso não era possível antes dessa modalidade, os estudantes que quisessem continuar os estudos precisavam ir para o centro de Salvaterra ou sair do município. Nessa escola, de acordo com uma de suas professoras, possuem estudantes de até 20 (vinte) comunidades diferentes, mas apenas 2 (duas) dessas comunidades são quilombolas.

A escola conta com aproximadamente 300 (trezentos) estudantes, com um quadro de funcionários de quase 40 (quarenta) pessoas. No entanto, em relação aos funcionários, apenas

[15] São as massagens realizadas geralmente em uma ou mais regiões do corpo da pessoa/cliente, seja em decorrência de dores, rasgaduras, como as das costas, ou de baques, dentre outros.
[16] Os banhos são feitos a partir de uma série de plantas, com objetivos distintos, seja para alguma enfermidade específica ou até mesmo para afastar "mau olhado".

a interlocutora pertence à comunidade Vila União/Campina, sendo essa questão uma das demandas e lutas dos quilombolas da comunidade pelo direito do acesso ao trabalho público nas escolas da comunidade. Ainda segundo a interlocutora, apesar de a escola ser grande, ainda há muitas melhorias a serem feitas tanto na questão de estrutura, principalmente com relação à acessibilidade, quanto na questão da gestão escolar, como podemos visualizar no relato abaixo.

> [...] é, a gente tem uma escola grande, uma escola boa, uma escola ampla, mas precisa ainda de muita coisa, desde 2011 a nossa escola ainda não recebeu uma reforma, a estrutura física da escola tá bem precária né, a parede toda riscada, toda pichada, banheiro inadequado, não tem antiderrapante pra cadeirante, nós temos muitas crianças especiais né na escola, e a escola não é adaptada pra receber esses estudantes né. A passarela não é adequada pra receber os cadeirantes, não tem na porta, ela não é adaptada, os banheiros não são adaptados pra receber essas crianças especiais, então é bem complicado, tem uns dois ventiladorezinhos na sala, mas não suporta a questão do verão, é muito quente, principalmente essas crianças que são especiais, eles se alteram por conta da quentura, então é bem complicado tu trabalhar numa estrutura dessa, tu faz o teu trabalho, quando tu tem amor, tu faz com amor, quanto tu não tem, tu faz de forma relaxada né, mas aí tu tenta se virar, mas assim, precisa de um olhar mais diferenciado pra educação dentro do nosso município de forma geral, eu digo não só pela nossa comunidade, mas por todas as outras comunidades e vilas até mesmo de dentro da sede do município, esses adolescentes por exemplo que vem de outras vilas pra cá né, na época do inverno por exemplo, na maioria das vezes os ônibus dão prego, os ônibus são sucateados, as empresas que fornecem transporte pra prefeitura são empresas que não tão nem aí, querem fazer o trabalho de qualquer forma, e na maioria das vezes esse aluno, tem vez que o aluno passa uma semana sem vir na escola, principalmente no inverno, que algumas estradas alagam, como por exemplo a grande Rosário, estrada de piçarra, Monsarás, Pingo d água, entendeu, que os ônibus precisam entrar mais, muito buraco, muita lama, então bem complicado na vida desses estudantes (Interlocutora S).

Além dessas dificuldades, o fornecimento de merenda escolar é desproporcional à quantidade de estudantes da escola, pois, no período de um mês, geralmente até 10 (dez) dias é ofertada a merenda escolar, nos demais 20 (vinte) dias, os estudantes ficam sem o alimento na escola. Todos esses fatores mencionados: infraestrutura inadequada, merenda escolar insuficiente, dentre outros, contribuem para a evasão escolar de muitos estudantes.

> [...] por exemplo, quem vem de uma vila longe, o ônibus passa, olha por exemplo, o ônibus que vem de Monsarás, o motorista de lá, ele sai meio dia e vinte, olha só, muitas vezes meio dia e vinte, aquele aluno, ou chegou aquele, principalmente os homens, os adolescentes todos trabalham, aquele adolescente acabou de chegar do trabalho, mal teve tempo de tomar banho, se arrumar, muitas das vezes nem almoçou, aí vem cansado do trabalho, aí chega numa escola com uma infraestrutura dessa, quente, no calor, sem ventilação, não tem uma merenda pelo menos pra ele se alimentar, tudo isso contribui né, com o fracasso escolar e com a evasão escolar que tem sido bem frequente dentro da escola (Interlocutora S).

Essas questões merecem um olhar do poder público, da gestão municipal, para uma melhor garantia dos direitos das comunidades quilombolas, direito de ter acesso ao estudo, à alimentação adequada, a políticas públicas.

4.4 Agrobiodiversidade e os principais sistemas socioprodutivos de Vila União/Campina

A agricultura permite aos agricultores diversificar suas fontes de alimentos e renda. Mesmo a comunidade atualmente apresentando diversas mudanças, com maiores alternativas de trabalhos não agrícolas, como a viabilidade de abertura de comércios nas margens da estrada, é com a agricultura que a maioria garante sua permanência no território. As roças de mandioca e de abacaxi são tidas até hoje como as atividades socioprodutivas mais importantes para a maioria dos interlocutores dessa pesquisa. Também os sistemas de cultivo de hortaliças e o plantio nos quintais produtivos possuem importância significativa na comunidade.

Nas roças de mandioca e de abacaxi (*Annanas* sp.), cultivam também espécies como: jerimum (*Curcubita* sp.), maxixe (*Cucumis anguria* L.), melancia (*Citrullus lanatus* (Thunb.) Matsum & Nakai), milho (*Zea mays* L.) e quiabo (*Abelmoschus esculentus*). No plantio da mandioca, uma interlocutora mencionou estar cultivando na mesma área, além das espécies já mencionadas, o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e a banana (*Musa* spp.), o que contribui para uma variabilidade entre espécies presentes nos roçados, importantes para permanência da sua agrobiodiversidade (Santilli, 2009).

Essa diversidade de alimentos é voltada excepcionalmente para a alimentação das famílias, com exceção do abacaxi, que possui como objetivo principal a comercialização, mas que indiretamente através da sua venda, subsidia a compra de outros alimentos. Em outra comunidade quilombola chamada Providência, no município de Salvaterra, resultados semelhantes foram encontrados: de acordo com o estudo de Leão e Steward (2022), a produção de mandioca, maxixe, melancia e jerimum atendem principalmente a alimentação das famílias, enquanto a produção do abacaxi é destinada prioritariamente à venda.

A mandioca é o tubérculo usado na preparação de farinha d'água, farinha de tapioca, tucupi, crueira, goma, beiju de massa etc. (Figuras 18 e 19), alimentos com significativa importância desde a construção histórica da comunidade, uma vez que alimentam nutricional e culturalmente os moradores de Vila União/Campina. Os produtos oriundos da mandioca são consumidos diariamente, como no caso da farinha de mandioca ou em épocas e ocasiões específicas, como a Semana Santa, que é o caso do beiju. Tudo isso se explica a partir da evidência da relação de proximidade entre a mandioca e as populações tradicionais, como as quilombolas, na região paraense (Da Silva *et al*, 2021).

Figura 18: Alguns dos alimentos produzidos a partir da mandioca. Direita: goma de tapioca, esquerda: farinha d'água ou farinha de mandioca.



Fonte: Acervo de campo, 2023.

Figura 19: Beiju de massa, produzido a partir da mandioca.



Fonte: Acervo de campo, 2023.

*Esses alimentos representados nas figuras anteriores são comercializados na feira quilombola, que é realizada mensalmente em Vila União/Campina.

Além do autoconsumo das famílias, garantindo a possibilidade de um alimento diário, nutritivo e energético e proporcionando segurança alimentar aos moradores, as roças de mandioca também geram renda aos agricultores que comercializam os produtos advindos da mandioca, mesmo que em menores quantidades. A comercialização desses produtos geralmente acontece na própria comunidade.

Já o cultivo do abacaxi possui uma lógica diferente da mandioca, pois volta-se prioritariamente para a comercialização; de acordo com os interlocutores, também está presente na comunidade há muitos anos. Sua produção na comunidade para alguns agricultores apresenta-se em instabilidade atualmente, justificada pelos altos custos de produção e a alta necessidade da utilização de insumos químicos. Mesmo assim, a venda do abacaxi é uma das principais fontes de renda de muitos agricultores.

Importante ressaltar que o município de Salvaterra é um dos principais produtores de abacaxi do estado do Pará. Segundo Homma (2002), a expansão do cultivo pelos agricultores do município foi induzida na década de 1970, pela Emater-Pará, fator que mudou o status do estado do Pará de importador do fruto do estado da Paraíba para autossuficiente, o que explica o fato de os agricultores de Vila União/Campina mencionarem ter feito as roças de abacaxi há muitos anos, ou seja, o cultivo não foi inserido recentemente na comunidade.

No entanto, a entrada desse cultivo no município possui uma perspectiva diferente da praticada pelos agricultores familiares, pois possui um caráter homogeneizante, voltando-se unicamente para obtenção de recurso financeiro, além do pacote tecnológico associado (agrotóxicos, mecanização, etc). Para além desse monocultivo, no município há uma expansão da rizicultura, que se estabeleceu a partir dos anos 2000 em Salvaterra, e as instalações dessa atividade se localizam próximas a comunidades quilombolas, o que levou a conflitos entre os grandes proprietários e os quilombolas, principalmente pelos impactos gerados a partir dessa atividade, as restrições aos espaços de uso comum, entre outros fatores. Esse cenário se amplia para toda a região marajoara e amazônica, tento em vista a política governamental de difusão dos "projetos de desenvolvimento" para a região. Para Gomes (*et al*, 2018, p. 132 *apud* Castro, 2010),

> a região, com a sua abundância de recursos, tornou-se uma fronteira de commodities, de baixo valor agregado e responsável em grande parte pela concentração fundiária, conflitos territoriais e problemas ambientais, principalmente o desmatamento. Essa opção do Estado pela via mais tradicional de desenvolvimento, ineficaz social e ambientalmente, verifica-se também como a pressão de produtos intensivos de energia tem levado à visão tecnocrática de considerar os rios da Amazônia como prioridade energética, desconsiderando os impactos às populações adjacentes a grandes empreendimentos hidrelétricos. Resultante da concentração fundiária histórica e da coalescência dos vetores tecno- ecológico e tecnoindustrial na região, visualiza-se uma inter-relação das problemáticas agrárias às ambientais que acabam perpassando os conflitos no espaço rural brasileiro, em especial da Amazônia.

Em Salvaterra, a comunidade mais atingida pela atuação dos proprietários da rizicultura é Rosário, que luta para titulação do seu território como um mecanismo para a garantia de proteção do seu território e das suas atividades historicamente desenvolvidas.

> Certificada pela Fundação Cultural Palmares em 13 de dezembro de 2006, Rosário solicita desde 2007 o reconhecimento e a titulação do seu território. A comunidade, localizada no município de Salvaterra, possui cerca de setenta famílias que exercem historicamente atividades ligadas à agricultura, ao extrativismo, à pesca e à caça. Estes quilombolas, que sempre necessitaram das florestas e dos rios para realizarem suas práticas de trabalho, têm agora às proximidades de seu território um rizicultor que também chegou ao Marajó influenciado pelo preço de terra e pela oferta de outros recursos naturais já citados. Advindo do Mato Grosso, ele comprou uma área de aproximadamente 3.700 hectares onde antes existia atividade pecuária não muito promissora economicamente, subutilizada e com poucas cabeças de gado (Gomes *et al*, 2018 p. 151).

Dentre as reivindicações da associação quilombola de Rosário junto à Coordenação Estadual das Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará (MALUNGU), tem ocorrido o receio dos muitos impactos, sobretudo os socioambientais, que esse empreendimento pode causar, como por exemplo a possível poluição do rio Camará por agrotóxicos utilizados na fazenda (Gomes *et al*, 2018).

Visualiza-se que essas atividades econômicas "desenvolvimentistas" sequer respeitam a presença histórica de populações tradicionais nos seus territórios, colocando constantemente em risco suas existências. Por outro lado, observa-se que a prática do monocultivo do abacaxi difere da produção do arroz no município, visto que o abacaxi é produzido por agricultores familiares, além disso, há uma adaptação ao longo do tempo da forma de plantio, pois atualmente o inserem nas roças junto a outras espécies como a mandioca, o milho e o jerimum, que não possuem o objetivo principal de comercialização.

Além das roças de mandioca e de abacaxi, o trabalho com as hortaliças e com os quintais produtivos são significativos para as famílias. As hortas, com o cultivo principalmente de coentro (*Coriandrum sativum* L.), cebolinha (*Allium fistulosum* L.), chicória (*Eryngium foetidum* L.), alface (*Lactuca sativa* L.), couve (*Brassica oleracea* L), e joão gomes (*Talinum triangulare* (Jacq.) Willd.) (Figura 20), são feitas geralmente no terreno próximo da residência ou nos quintais produtivos. Os alimentos oriundos das hortas são consumidos pela família e boa parte é comercializada majoritariamente nos próprios comércios na beira da estrada, como é o caso de duas agricultoras entrevistadas, que possuem seus cultivos e comercializam parte dos produtos nos seus comércios. Conforme os agricultores informaram, as hortaliças são produzidas sem a adição de insumos químicos; os insumos geralmente utilizados são os adubos de galinha, restos vegetais etc.

Figura 20: Algumas hortaliças cultivadas em Vila União/Campina.



Fonte: Acervo de campo, 2023.

Os quintais produtivos, que se localizam nas extensões dos terrenos e até mesmo na frente e arredores das casas, assumem papel de destaque na produção de uma diversidade de frutíferas, como o coco (*Cocos nucifera* L.), o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) K.Schum.*)*, a pupunha (*Aiphanes aculeata* Willd.), a macaxeira, o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), o maracujá (*Passiflora amalocarpa* Barb.Rodr.), a banana, o abacaxi, entre outras, além, do cultivo de espécies medicinais, espécies madeireiras e ornamentais.

A maior parte da produção dos quintais é consumida pelas famílias in natura, ou é base para a produção de bolos, sucos, e diversas iguarias, e quando dá uma safra maior, que possibilita produzir excedentes, os agricultores os comercializam, como é o caso do coco e do limão (*Citrus* ×*limon* (L.) Osbeck), que muitos interlocutores mencionaram vender. A comercialização geralmente acontece na comunidade quando os compradores dos produtos sabem quais agricultores estão comercializando e vão em direção à residência destes para

comprar. Nos quintais produtivos, é comum terem pequenas criações de animais, como galinhas e patos, que servem tanto para a alimentação interna da família, quanto para a venda.

O trabalho realizado nos quintais produtivos e nas hortas e o trabalho doméstico são majoritariamente desenvolvidos pelas mulheres, por vezes com a contribuição das filhas, filhos, e maridos, que assumem papel importante na garantia de alimentos diversificados, na produção dos alimentos consumidos pelas famílias e nas suas reproduções sociais. Isso reflete a divisão do trabalho no interior das famílias conforme o gênero, que corresponde a relações hierárquicas estabelecidas no interior da família e na sociedade. Resultados semelhantes podem ser visualizados no estudo de Menasche, Marques e Zanetti (2008). Dias *et al* (2020), pesquisando em uma comunidade quilombola no município de Cametá, também evidenciou que a manutenção e os cuidados com os quintais são realizados principalmente pelas mãos das mulheres.

Com relação ao uso de insumos químicos, estes são utilizados nas roças de abacaxi e de mandioca, principalmente quando cultivados em consórcio, pois nos plantios da mandioca não são todos os agricultores que utilizam esses insumos. Já nas hortas e quintais, utilizam mais os adubos orgânicos, como esterco de cabra, gado, galinha; e restos vegetais, como folhas secas e cascas de frutas, "*o orgânico, sim, tudo que vai estragando, vai apodrecendo (cebola, batata,) a gente tira tudinho e coloca no pé da planta, no pé da bananeira. De lá a gente bate a casca do ovo, com a casca da banana faz aquele adubo*" (Interlocutora B). Os adubos muitas vezes são doados, outras vezes os agricultores compram o de gado por R$7,00 (sete reais) a saca, e o de galinha R$20,00 (vinte reais) a saca.

Todos esses sistemas são importantes para a permanência dos moradores no território, pois são meios de garantir suas existências e suas reproduções sociais através dos alimentos que cultivam e são a base da alimentação familiar, além da comercialização dos produtos, meio para a compra de outros itens essenciais. Outro aspecto relevante é relacionado ao vínculo criado entre os agricultores e a terra, a natureza e o território que é fortalecido quando as práticas tradicionais são realizadas, como os cultivos das espécies, o compartilhamento dos conhecimentos e das sementes.

Os sistemas socioprodutivos desenvolvidos em Vila União/Campina apresentam uma rica diversidade, adotada como estratégia dos agricultores e vinculam-se a uma cultura ancestral transmitida a cada geração, importantes para suas permanências no ambiente em que constroem suas relações sociais e sua territorialidade. Nessa perspectiva, Marchetti (2020, p. 4) menciona que essa alta diversidade genética das plantas "[...] manejadas pelos agricultores tradicionais, bem como suas múltiplas relações ecológicas, conferem aos agroecossistemas maior

adaptabilidade, resiliência e confiabilidade, favorecendo um equilíbrio agroecológico dinâmico para o controle de pragas e doenças".

4.5 Agricultura quilombola: festa da tiborna e da mandioca

As festas da tiborna e da mandioca foram idealizadas e criadas por um agricultor e morador de Vila União/Campina. Esse agricultor é natural de Santarém, mas reside no município de Salvaterra desde os seus 17 anos, já trabalhou como monitor e alfabetizador de programas do governo, foi professor no Ceará, uma comunidade próxima a Vila União/Campina e em Muruacá e na Chácara, só depois foi residir em Vila União/Campina. Para apresentar aqui sobre a festa da tiborna e da mandioca, nada mais justo do que ter ouvido a narrativa do idealizador dessas festas.

No entanto, também se ressalta que, na organização dessas festas que já aconteceram, de acordo com os relatos do interlocutor, não participaram outras pessoas a não ser a sua família. Ele é morador da comunidade há muitos anos, e não se considera quilombola. Visualiza-se uma relação interna conflituosa que perdura desde a constituição de Vila União/Campina, entre algumas figuras importantes na comunidade, que reverbera em uma certa tensão percebida nas falas de algumas pessoas. Talvez até por isso haja essa segregação, por exemplo, na organização das festas da tiborna e da mandioca no território quilombola, não há a participação de organizações e lideranças locais quilombolas. Apesar disso, a festa reúne pessoas tanto de Vila União/Campina quanto de comunidades próximas, até mesmo de municípios vizinhos, como afirma o interlocutor.

A festa da tiborna surgiu a partir dos aniversários que ele fazia, nos quais era distribuída gratuitamente essa bebida, comumente utilizada nos convidados, ou seja, nos trabalhos nas roças. Aproximadamente entre 1986 e 1987, começou a acontecer a festa da tiborna. Já a festa da mandioca surgiu também como iniciativa do mesmo idealizador da festa da tiborna, porém com o objetivo de incentivar os moradores a plantarem mandioca, pois achava que muitos agricultores estavam perdendo a vontade de plantar a mandioca e percebia a grande quantidade de farinha vinda de outros lugares, outros municípios, fazendo com que os moradores comprassem a farinha com um valor elevado. Em 7 de novembro de 1997 ocorreu o primeiro festival da mandioca na comunidade, primeiramente acontecendo em julho; no ano em que o festival da tiborna passou para o festival da mandioca, a festa foi realizada no mês de novembro; e as últimas edições têm ocorrido no 3º sábado do mês de agosto.

No entanto, por alguns anos a partir de 2018, com exceção de 2019, o festival não acontece por uma série de fatores. Primeiro porque, no ano de 2018, um neto do agricultor que organiza a festa, faleceu, pessoa que, além de seu neto, era um “braço forte” na produção dos derivados da mandioca para os festivais, por esse fato, não ocorreu a festa nesse ano. Já nos anos 2020, 2021 e 2022 os festivais não aconteceram por conta da pandemia de covid-19. Em 2023, não ocorreu, pois o idealizador da festa pretende realizar uma mudança de local do festival, mas não deu tempo de preparar esse local para agosto de 2023, mês em que passou a acontecer a festa.

Os festivais de mandioca promovem a valorização cultural do plantio da mandioca e a produção dos seus derivados, que são a base da alimentação dos moradores de Vila União/Campina. De acordo com o relato do interlocutor, os derivados da mandioca são classificados em acasalados e não acasalados, como podemos observar em sua fala:

> Nos festivais da mandioca, tinha um pouquinho de cada coisa dos derivados da mandioca, tinha tiborna, tinha macaco, tinha macaxeira, vem a farinha d'água, a maniçoba, tem os derivados, nós consideramos assim, eu considero assim, derivados acasalados, e não acasalados, quais seriam os acasalados? O tacacá, por que ele seria acasalado? O porquê da mandioca só leva o tucupi e a goma, aí pra completar o tacacá, já leva o camarão, o jambu, o molho de pimenta, então por isso que ele é considerado acasalado. Tá, a maniçoba também é do acasalado, porque só a folha não é a maniçoba, leva os outros temperos todos, frango no tucupi, porco no tucupi, pato no tucupi, eu tinha criação de pato exclusivamente pra isso, ainda temos ainda lá no sítio tem, aí esses são os acasalados, já os não acasalados, o tucupi com pimenta é acasalado ainda, porque você pra você poder utilizar o tucupi primeiro você depende da pimenta, outros temperos e tal, mas tem os derivados da mandioca, que é só os derivados mesmo, como a farinha d’ água, a farinha tapioca também, só dela mesmo [...] (Interlocutor Q).

Nas festas da mandioca, boa parte dos derivados dela ficam para exposição, colocados em um balcão, os principais alimentos vendidos são a maniçoba, o porco no tucupi, o pato no tucupi, o frango no tucupi, o bolo de macaxeira e o tacacá.

5 ENTRE AS ROÇAS E A DEFESA DO TERRITÓRIO

Neste capítulo serão abarcados os resultados e as análises finais da dissertação, com o foco incialmente na caracterização dos roçados de mandioca e a importância da agrobiodiversidade como instrumento de resistência no território. Em seguida, é realizada a contextualização das principais mudanças no território de Vila União/Campina, com um olhar especial para as formas de produzir nos roçados e suas implicações na vida dos moradores. Por fim, são analisadas as mudanças e resistências relacionadas às roças de mandioca e abacaxi na comunidade.

5.1 Caracterização dos roçados de mandioca em Vila União/Campina: a agrobiodiversidade como instrumento de defesa no território

Nesse subcapítulo serão caracterizados os roçados de mandioca atualmente presentes na comunidade, visto que são de suma importância para a construção do território e da territorialidade quilombola, sendo uma prática tradicional culturalmente desenvolvida pelos agricultores que fortalece o sentimento de pertença e solidariedade entre os moradores. Nessa caracterização serão identificados os arranjos dos roçados, a composição, as formas atuais de trabalho, assim como sua importância para as famílias de Vila União/Campina.

Foram entrevistados 11 (onze) interlocutores, entre agricultores e agricultoras que trabalham e possuem roças de mandioca (incluindo os entrevistados pela história oral que possuem roça), além da realização de visitas em alguns desses roçados e uma casa de forno. Também foram entrevistadas outras pessoas (7 (sete) interlocutores, que atualmente não trabalham com mandioca, mas que já trabalharam), buscando entender os principais motivos dos agricultores que deixaram de cultivar a mandioca, assim como o cenário atual do cultivo na comunidade.

Como já citado anteriormente no texto, o sistema pelo qual majoritariamente as roças de mandioca são desenvolvidas é o de corte e queima. Tal sistema se caracteriza pela abertura de determinada área com a retirada da vegetação, e em seguida ocorre a queima do material vegetal, para posterior plantio do cultivo. O sistema depende da queima da biomassa acumulada durante a recuperação florestal para aumentar as qualidades nutricionais do solo e preparar a área para o cultivo por meio da cinza. Segundo Júnior, Murrieta e Adams (2004), a agricultura de corte e queima tem sido o principal componente dos sistemas de subsistência de populações pobres rurais.

Dentre os interlocutores, poucos – 2 (dois) interlocutores – utilizam outra técnica, por exemplo a aração do solo, pois não possuem o maquinário. Além do mais, há dificuldades na solicitação de equipamento pela prefeitura: estes mencionaram que vez ou outra conseguem aradar o solo com o maquinário da prefeitura. Outros 2 (dois) interlocutores mencionaram que estão implementando um sistema em que futuramente não precisarão usar o fogo nas suas áreas, pois estão inserindo na mesma área da mandioca outras espécies, como o açaí, a banana, além do maxixe, abóbora, milho e melancia.

Tendo em vista que o uso constante do fogo nas áreas destinadas ao roçado causa ao longo do tempo o enfraquecimento do solo, esse outro tipo de sistema, que se assemelha ao sistema agroflorestal (principalmente por incluir diferentes espécies vegetais em uma mesma área), possui o potencial de beneficiar o solo; o agroecossistema, ajuda na sua recuperação e nutrição, como a ciclagem de nutrientes, além da maior possibilidade de alimentos para o consumo da família e para a comercialização.

Apesar da utilização frequente do fogo, os agricultores estão cientes do perigo do seu uso e possíveis consequências. Como prática de cuidado e controle do fogo, para que não causem incêndios nos cultivos, matas e casas próximas, fazem um “aceiro”, que é uma separação entre a roça e as áreas externas, de aproximadamente 2 (dois) metros. Também fazem a observação da direção e intensidade do vento, atentando para que este não facilite a propagação do fogo para as áreas fora daquela destinada à roça.

Os tamanhos das roças da maioria dos interlocutores variam entre 0,5 ha e 1 ha. Alguns agricultores não souberam dizer o tamanho exato ou até mesmo aproximado, pois não costumam medir as áreas. As roças se localizam tanto em terrenos próximos às residências dos agricultores quanto em terrenos um pouco mais distantes, ou até mesmo em terrenos que possuem em outra comunidade. Essas áreas em que cultivam a mandioca fora de Vila União/Campina, geralmente, são terrenos herdados dos pais ou de familiares do(a) esposo(a) que é natural de outra comunidade. As áreas que ficam distantes das residências são mais difíceis de manejar, principalmente quando os moradores possuem outros tipos de trabalhos.

Quanto à organização familiar e à divisão do trabalho no roçado, na maioria dos casos, a família trabalha junto, e as funções são divididas no momento do trabalho, dependendo da quantidade de pessoas que irão trabalhar. Os filhos dos agricultores algumas vezes ajudam, geralmente mais velhos, e os demais se dedicam prioritariamente aos estudos, ajudando também no trabalho doméstico. Todavia, em determinados períodos, como já mencionado ao longo do texto, algumas famílias contratam pessoas da comunidade para realizar algum trabalho específico, como por exemplo para roçar ou ‘coivarar’ a área. Essa contratação depende de

alguns fatores como: a condição financeira da família, se possuem ou não algum trabalho fixo não agrícola, pois, nesse caso, não terá muito tempo para o trabalho no roçado, sendo assim, contratam; depende também do tamanho do roçado e do número de familiares que trabalharão.

A diária para o trabalho na roça, no caso da roçagem, é de aproximadamente R$ 60,00 (sessenta reais), no horário das 7h30min às 10h30min (turno da manhã). Conforme relatado na fala da agricultora: "[...] *Às vezes, a gente paga alguém, por exemplo, ano passado a gente roçou, tive que pagar, porque trabalho o dia todo, e não tive tempo de fazer o manejo no mato, aí tivemos que pagar. Mas a planta e a limpeza, a gente mesmo fez, final de semana que a gente tá desocupado, a gente vai*" (Interlocutora A).

Muitos agricultores possuem trabalho não agrícola, com isso dividem o tempo entre esse trabalho e os seus cultivos; esse é um dos motivos por que muitas famílias diminuem o tamanho das suas roças, já que, quanto maior for a área da roça, maior será a demanda por mão de obra. Outrora, na comunidade, não havia tanta preocupação com relação a mão de obra para o trabalho nos roçados, pois trabalhavam na maior parte das vezes por meio do convidado, trocando trabalho com os outros moradores, sem a necessidade de um pagamento, e isso beneficiava a todos os que participavam.

A prática do convidado, que ainda acontece, atualmente é um pouco diferente de como era antes. Chamam de "sociedade", "parceria" ou "comunidade", com um número bem mais reduzido de pessoas que participam, normalmente alguns familiares ou vizinhos se juntam para realizar o trabalho e dividem toda a produção decorrente do trabalho. Esse tipo de trabalho é comumente feito em Vila União/Campina, principalmente por boa parte dos moradores terem algum tipo de parentesco.

Quanto à escolha da área para a realização do roçado, no geral os agricultores mencionaram não haver alguma preferência, com exceção para lugares que alaguem, uma vez que o contato constante da mandioca com a água resulta no apodrecimento do tubérculo. No entanto, foi possível observar em uma das falas de uma agricultora que esta fez sua roça próxima do igarapé, por conta do verão, com o objetivo de manter o solo mais úmido, para enfrentar as altas temperaturas dessa época do ano.

> Olha, a mandioca ela não tem muito assim escolha de área né, a única assim deficiência, que eu posso dizer assim, questão de alagado, não pode roçar numa área que alague, que seja baixo, porque senão o inverno cai, antes da colheita a mandioca apodrece tudo, mas tirando disso, não tem escolha assim, pode ser mato alto, baixo, pode ser cerrado (Interlocutora A)

Além disso, alguns interlocutores mencionaram plantar nas terras que possuem, sem ter muita opção de escolha para mudança do roçado de uma área para outra: "*a gente não escolhe,*

planta no que a gente tem" (Interlocutora B); "*na realidade a gente não tem muito como escolher, a gente vai reaproveitando aquela área, não tem muita opção de espaço, aí a gente vai reaproveitando a mesma área*" (Interlocutora E). Isso acontece principalmente quando são pessoas que migram de outros locais, outras comunidades e adquirem um pedaço de terra, ou quando os agricultores possuem terreno pequeno, ou vendem parte do seu terreno, com isso diminuem sua área.

O trabalho nos roçados de mandioca é feito mais de forma manual pelos agricultores, algumas vezes utilizam a roçadeira ou algum outro maquinário. Quanto às ferramentas utilizadas no processamento da mandioca, algumas foram substituídas ou modificadas com o passar dos anos, com o objetivo de facilitar o trabalho que, por si só, já é muito cansativo e dispendioso.

Os arranjos e composições visualizados nos roçados de mandioca são os seguintes: plantio da mandioca, jerimum, maxixe e melancia entre as linhas de abacaxi; plantio de mandioca entre as linhas de abacaxi (Figura 21); plantio só de mandioca com uma diversidade das suas variedades; plantio de mandioca junto com macaxeira; plantio de mandioca junto com açaí, banana, maxixe e jerimum; e plantio só de macaxeira nas suas várias variedades. Um interlocutor mencionou que, quando planta a mandioca nas linhas do abacaxi, planta as variedades a cada duas linhas do abacaxi, com o objetivo de que a sombra da árvore da mandioca não afete o desenvolvimento do abacaxi. Dois arranjos de dois agricultores serão visualizados nos croquis a seguir (Figuras 22 e 23).

Figura 21: Plantio da mandioca entre as linhas do abacaxi.



Fonte: Acervo de campo, 2023.

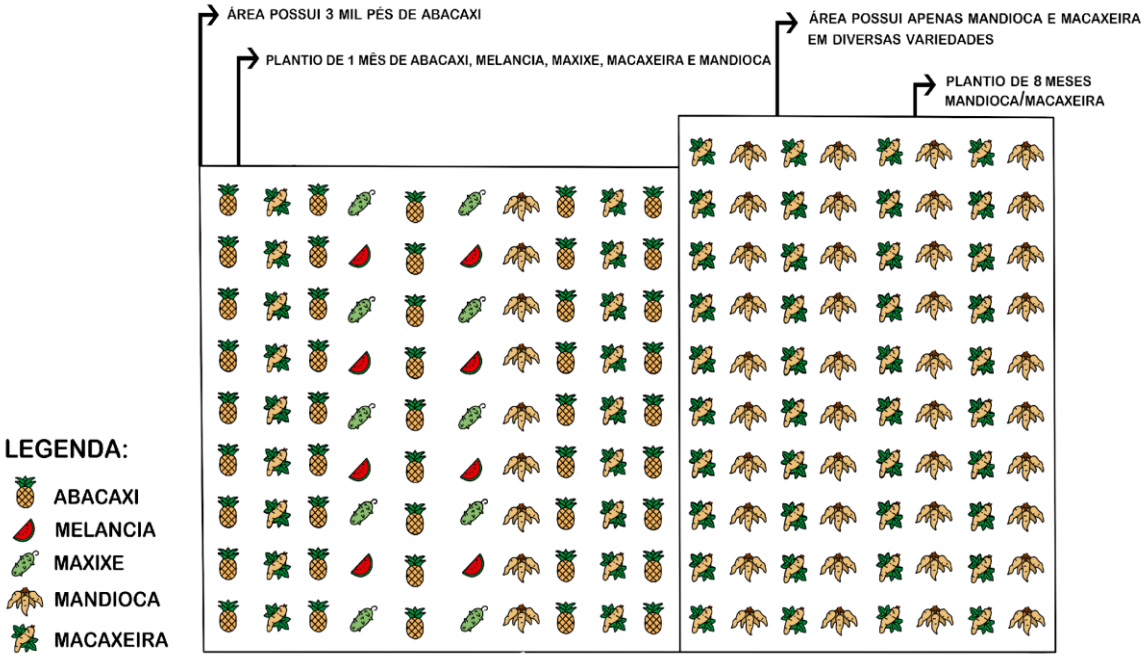
Figura 22: Croqui da roça de um agricultor em Vila União/Campina.



Fonte: Elaborado por Souza, 2023. Acervo de campo.

Esse arranjo é composto por abacaxi, mandioca, melancia, milho e macaxeira. Essa roça fica localizada próxima do quintal do agricultor e possui cerca de 58 linhas de abacaxi, 18 linhas de mandioca e 2 linhas de macaxeira. O milho foi plantado mais nas pontas das primeiras fileiras do abacaxi, e a melancia foi espalhada entre algumas fileiras também do abacaxi.

Figura 23: Segundo croqui de roça de agricultor em Vila União/Campina.



Fonte: Elaborado por Souza. Acervo de campo, 2023.

Nesse segundo croqui da roça de outro agricultor de Vila União/Campina, observa-se que as espécies que dividem o espaço são: abacaxi, melancia, maxixe, mandioca e macaxeira. Essa roça possui o tamanho aproximado de ½ hectare e possui 3 mil pés de abacaxi que dividem espaço com a melancia, maxixe, macaxeira e mandioca com idade de 1 mês que foram plantados, além de uma área só com mandioca e macaxeira em diversas variedades, já com 8 meses do plantio.

Algumas das variedades de mandioca presentes nessa área são: amarelinha, folha fina, roxão, roxinha e maruim, já de macaxeira são: macaxeira amarela, macaxeira preta e macaxeira manteiga, as quais, junto com as demais variedades citadas pelos interlocutores, serão apresentadas no Quadro 4, mais adiante. As variedades tanto de mandioca quanto de macaxeira são espalhadas aleatoriamente na área. A composição dos arranjos dos roçados dos agricultores depende da sua necessidade no momento e da condição tanto financeira para o investimento quanto do tempo para a dedicação no cultivo.

Cada composição dos roçados é resultado de uma série de experimentações feitas pelos agricultores, que, através das suas experiências, vivências e acumulação de conhecimentos, desenvolvem suas próprias técnicas, arranjos e formas de cultivar seja nos roçados, seja nos seus quintais produtivos. Para cada roçado construído há um objetivo principal com cada espécie inserida, ora com o pensamento no suprimento de alimentação familiar por determinado período, ora com o intuito de comercializá-los e complementar suas rendas, ou ainda possuindo os dois objetivos.

Os dois arranjos visualizados anteriormente são um retrato de como a maioria dos roçados são compostos, apresentando uma importante diversidade interespécies e intraespecíficas, importantes para a construção da agrobiodiversidade dos roçados. Por trás de cada arranjo há uma riqueza de conhecimentos que é repassada em cada geração. Alves e Fita (2023, p. 124) revelam que “comunidades tradicionais e os conhecimentos que carregam consigo apresentam grande importância para o manejo e contribuem para a evolução constante de inúmeras espécies que constituem a agrobiodiversidade”.

A mandioca (*Manioht esculenta* Crantz) se apresenta em uma rica diversidade de variedades, cada uma com suas características peculiares, umas melhores para fazer a farinha, outras específicas para tirar o tucupi ou para fazer a maniçoba. Também existem as variedades de macaxeira ou mandioca mansa, que são cultivadas para o autoconsumo das famílias nas diversas formas como cozida, frita, em bolos, em doces etc., e comercializada, tanto *in natura* quanto frita.

Quadro 4: Algumas das variedades de mandioca brava e de macaxeira cultivadas pelos agricultores de Vila União/Campina.

Variedades	**Características**
Folha fina	A folha dela é fina, como o próprio nome diz, o seu talo é preto e a massa da mandioca é cor creme; é uma mandioca amarga. No período de um ano ela está bem madura, ótima para colher. É boa para tirar o tucupi, além de ser boa para fazer a farinha. "*Só que ela é mais forte, até o cheiro dela quando tu trabalha dizem que ela é mais venenosa, mas não é que ela seja venenosa, é porque tu não pode comer simplesmente se ela estiver só escaldada, tu não pode comer, só quando ela tiver totalmente pronta*" (Interlocutor(a) A).
Roxão	O nome é dado justamente por sua batata, as folhas serem na cor roxa, além do caule, a casca e sua subcasca também apresentarem essa cor.
Amarelinha	A mandioca dessa variedade é amarela, um pouco parecida com a folha fina, porém a folha da amarelinha é mais larga, não é estreita como a da folha fina.
Maniçobeira	Como o próprio nome já diz, essa variedade é voltada principalmente para a produção da maniçoba, pois produz mais folhas que as demais.
Piraíba	X
Gordura	A mandioca é amarela, possuindo as folhas roxas.

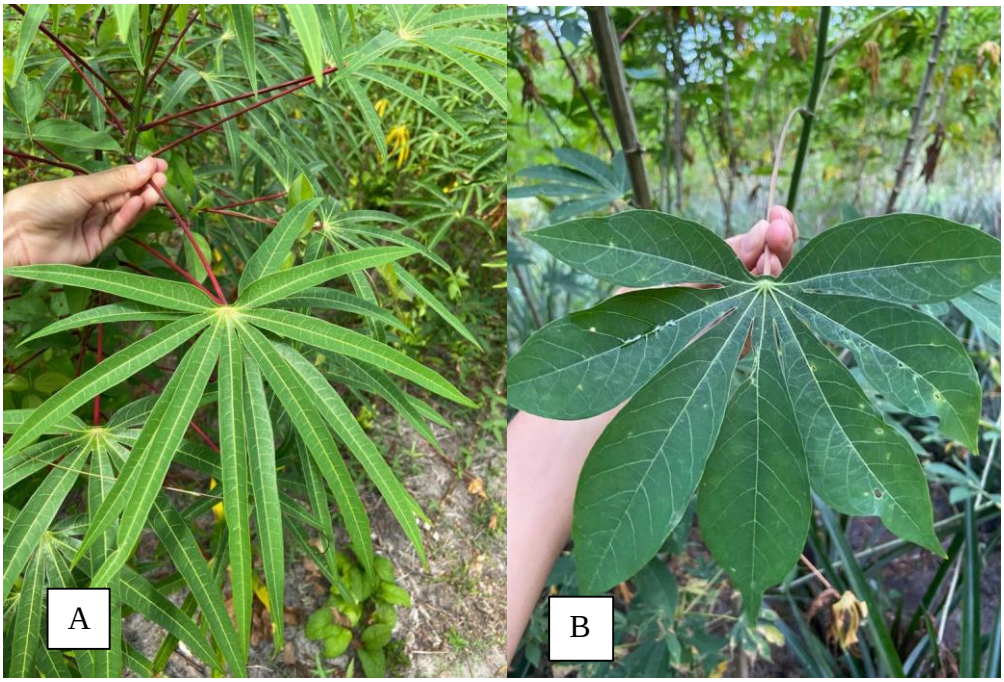
Pacajá	A maniva apresenta cor clara, se assemelhando ao rosa, a pele (camada externa) da mandioca é branca, aproximando-se ao amarelo claro
Tareza	A mandioca é da cor de um amarelo claro, a massa é amarela e as folhas são meio amareladas também.
Roxinha	A maniva dessa variedade é roxa, a cor da camada externa (casca) que encobre a mandioca é rosa, possuindo um caule escuro, na cor roxa, a folha dela é viçosa e bem larga.
Mandioca branca	Um fato interessante dessa mandioca é que o seu tucupi não tem valor, por ser muito branco.
Sequinha	Essa variedade possui a camada (casca) transparente e fina que encobre a mandioca, diferenciando-a das demais, que geralmente possuem essa casquinha mais grossa.
Pai mané	A massa da mandioca é branca.
Mãe izabel	X
Branquinha	X
Maruim	X
Turrão	X
Mizara tanto mandioca quanto macaxeira	X
Macaxeira rosa	X
Macaxeira manteiga	Essa variedade é bem amarelada, e muito apreciada pelos agricultores, possui uma ótima aceitação. A sua camada externa (casca) é bem fina e possui as folhas parecidas com as da folha fina.
Macaxeira preta	X
Macaxeira branca	X
Macaxeira amarela	Também é amarela, possui a massa bem amarela.

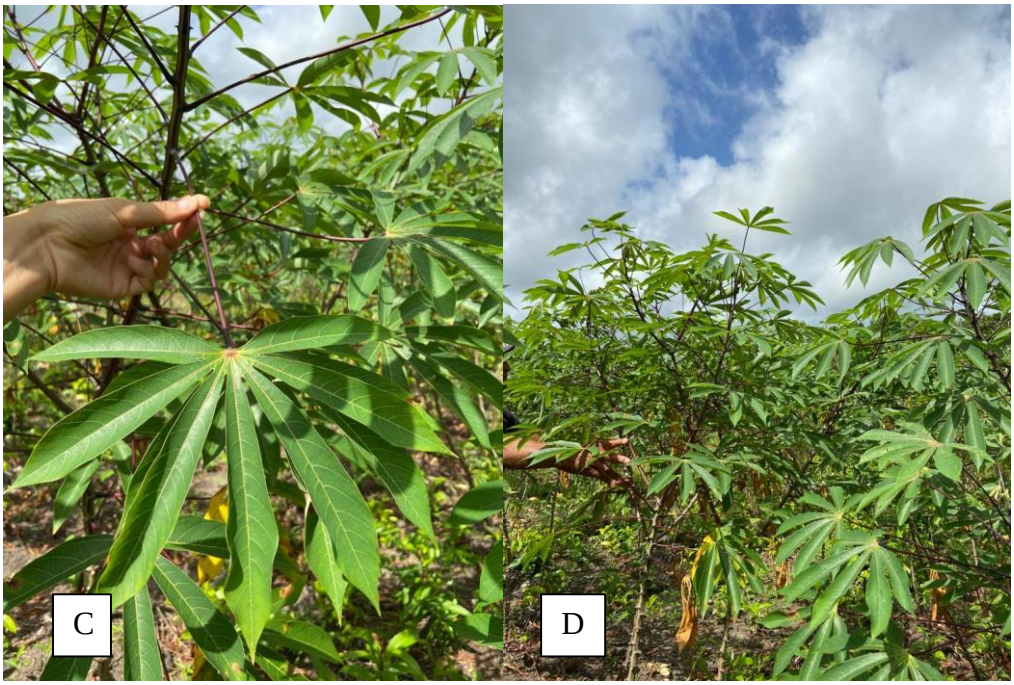
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

*O x presente no quadro corresponde às variedades acerca das quais não foram obtidas informações sobre suas particularidades.

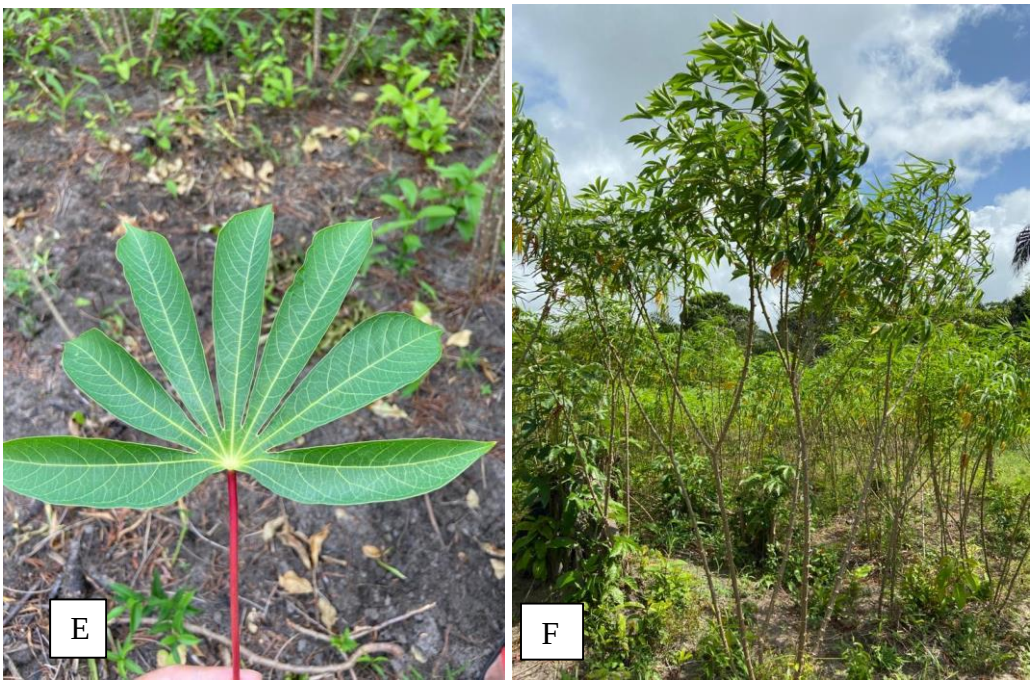
Essas variedades são resultantes da soma das mencionadas pelos interlocutores, e nem todos cultivam necessariamente as mesmas variedades. As variedades de mandioca mais mencionadas e cultivadas pela maioria dos entrevistados são: folha fina, roxão, roxinha, amarelinha e pacajá. A variedade conhecida como folha fina, segundo os agricultores, apresenta uma ótima produção das batatas, entretanto, para a fabricação da farinha, é necessário misturá-la com outras variedades, por conta do seu teor de amargor. Já as variedades de macaxeira mais mencionadas foram: macaxeira manteiga, macaxeira amarela, macaxeira branca e macaxeira preta. Seguem registros de algumas das variedades citadas no quadro acima (Figura 24).

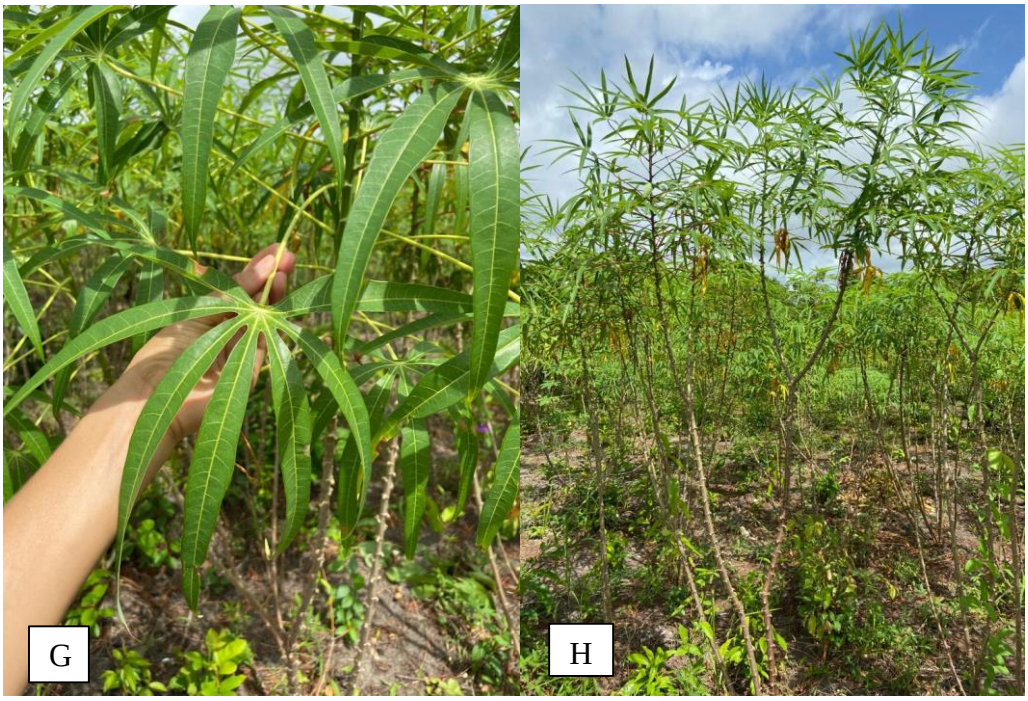
Figura 24: Algumas variedades de mandioca presentes nos roçados da comunidade Vila União/Campina.





A: folha fina, B: tareza, C e D: roxão





E e F: amarelinha, G e H: maruim

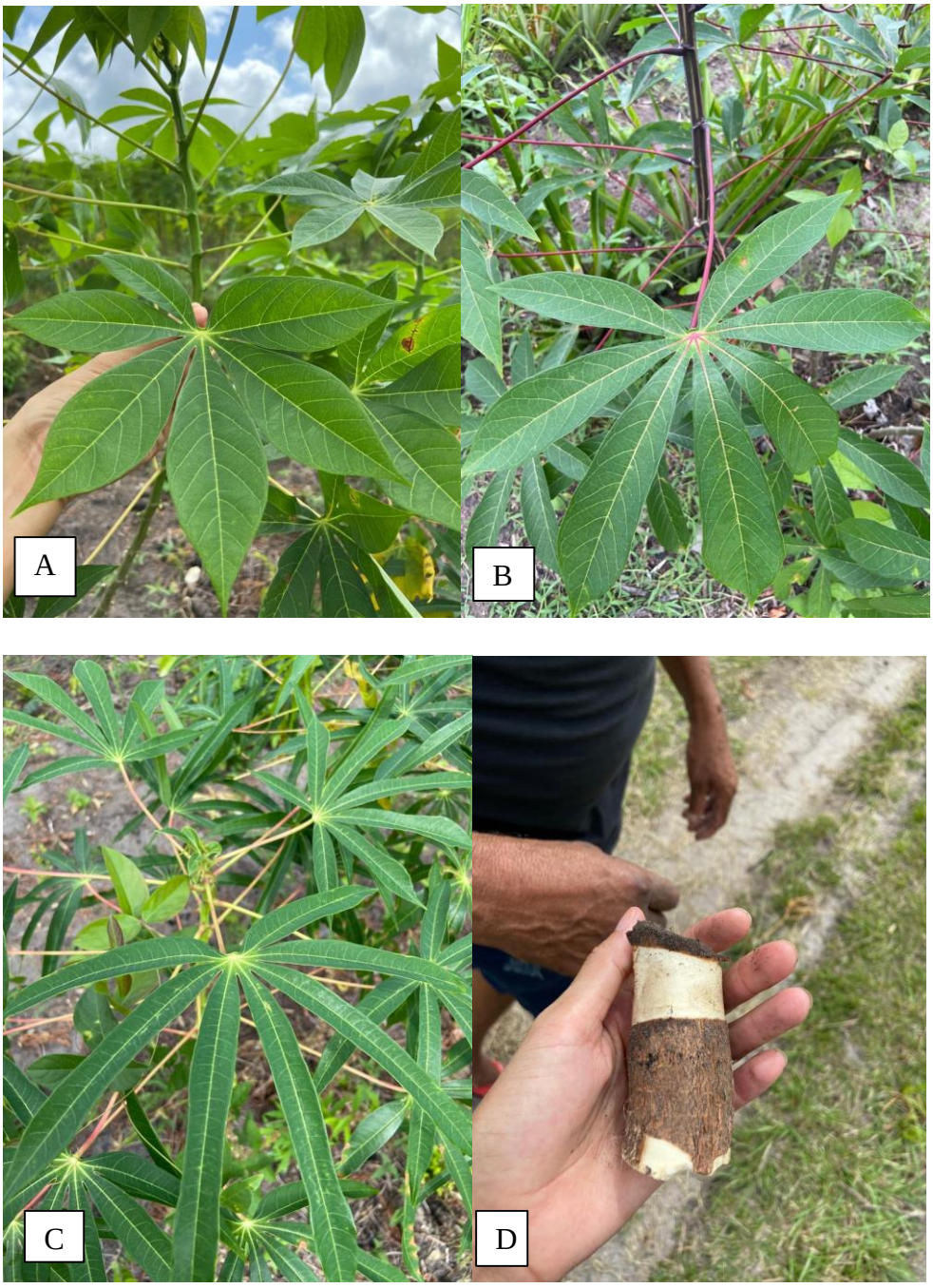
A maior parte das manivas que os agricultores possuem é deles próprios. De uma roça para outra conseguem tirar as “sementes”, a partir do tronco adulto da mandioca, que são plantados para gerar um novo cultivo. É dessa forma que contribuem para a permanência da diversidade das variedades da mandioca e de uma maior variabilidade genética nos roçados, além da continuidade do repasse dos conhecimentos adquiridos ancestralmente e, com suas experimentações, às novas gerações. Na comunidade, entre algumas famílias e vizinhos, ocorre a troca ou doação das manivas. No caso da doação, geralmente de quem tem uma maior quantidade para um familiar que está precisando de determinada variedade. Também são comercializados os feixes das sementes na comunidade por um valor aproximado entre R$10,00 (dez reais) a R$ 35,00 (trinta e cinco reais).

> Quando a gente já plantou a semente da maniva, a gente corta a árvore, ela já se torna semente, já pode plantar com ela mesma. A maioria das vezes é assim, às vezes a gente doa, a gente dá por exemplo, a o fulano não tem uma semente dessa daqui eu quero, a gente vai, pede, aí eles dão, a gente vai ajudando (Interlocutora B).

Já as sementes dos outros cultivos presentes nos roçados, como o jerimum, a melancia, o maxixe, o açaí, algumas são compradas nos comércios em Salvaterra, e muitas vezes os agricultores tiram as sementes de um cultivo para o outro, como fazem com a mandioca. As

variedades de macaxeira são cultivadas tanto nos roçados de mandioca – intercalando com as variedades de mandioca ou plantadas separadas da mandioca – como também nos quintais produtivos das residências. Algumas das variedades podem ser visualizadas abaixo (Figura 25).

Figura 25: Variedades de mandioca mansa (macaxeira), cultivadas em Vila União/Campina.



Fonte: Acervo de campo, 2023.

A: folhas da macaxeira manteiga; B: folhas da macaxeira preta; C e D: macaxeira amarela.

Ao todo foram identificadas 17 (dezessete) variedades de mandioca e 6 (seis) variedades de macaxeira cultivadas pelos interlocutores desta pesquisa, o que demonstra uma rica diversidade presente nos roçados de mandioca, que favorecem a maior variabilidade genética e a menor incidência de pragas e doenças nos cultivos. Santilli e Emperaire comentam sobre a importância e os benefícios da alta diversidade genética, ressaltando que

> A alta diversidade, por responder a uma demanda variada em produtos agrícolas, permitir um melhor aproveitamento da heterogeneidade das condições ecológicas, resistir a pragas e doenças, etc., é um elemento importante da segurança alimentar dos povos tradicionais e da estabilidade de seus sistemas agrícolas. A diversidade genética, manejada por agricultores tradicionais, indígenas ou não indígenas, é fruto de um longo e diversificado processo iniciado com a domesticação de um recurso silvestre. Houve – e há de maneira contínua – seleção, melhoramento genético, intercâmbios de sementes, saberes e experiências, difusão das plantas. Deve-se ressaltar o caráter dinâmico do processo: as plantas circulam entre famílias, comunidades ou etnias; novas cultivares oriundas de outras regiões ou localmente produzidas são avaliadas e incorporadas no estoque de variedades do agricultor; há um interesse pela produção de diversidade em si. Mas elementos como o avanço dos monocultivos, mudanças alimentares, ida da população para as cidades, ameaçam tanto a atual diversidade tradicional materializada em inúmeras cultivares como as condições culturais e técnicas de produção dessa diversidade (Santilli; Emperaire, 2001, p. 1).

Observa-se que basicamente as mesmas variedades que no passado foram inseridas nos roçados continuam sendo cultivadas. Ou seja, os agricultores têm se tornado guardiões das sementes de maniva, retirando as sementes de uma roça para outra, trocando e doando para aqueles que não têm; assim garantem suas produções, mantendo a alimentação e a relação com a natureza e os demais moradores.

O processamento da mandioca acontece na casa do forno (figura 26), lugar onde a família ou as famílias se reúnem e fabricam a farinha de mandioca, a crueira, o beiju de massa, a farinha de tapioca etc. Geralmente localiza-se próximo das residências das famílias. Neste local não são só os itens citados anteriormente que são resultantes do processo, cabe destacar que as relações estabelecidas e fortalecidas entre a família e os vizinhos, no momento da execução do trabalho, são também elementos construídos ao longo do processo de processamento da mandioca e importantes para o repasse através da oralidade e do saber-fazer dos conhecimentos tradicionais. Não são todas as famílias que possuem a casa do forno, por esse motivo muitas famílias se unem para trabalhar juntos.

Figura 26: Casa do forno em Vila União/Campina.



Fonte: Acervo de campo, 2023.

O cultivo da mandioca na comunidade foi, ao longo do tempo, diminuindo. De acordo com os interlocutores, muitos agricultores deixaram de fazer os roçados ou diminuíram o tamanho das suas roças, outros migraram para o cultivo do abacaxi, "*olha, pelo certo mesmo, eles tão deixando de plantar mais a mandioca, pra plantar o abacaxi*" (Interlocutor R). Esse abacaxi chega na comunidade com uma lógica diferente da praticada nos cultivos tradicionais na comunidade, chega ancorado em uma lógica capitalista da agricultura, voltado exclusivamente para a geração de lucro. Tal imposição da lógica capitalista, somada à fragmentação territorial, fragiliza a tradição dos roçados de mandioca na comunidade.

Apesar disso, o que se vê nos arranjos dos roçados da comunidade é a inserção do abacaxi consorciado a outras espécies, dividindo espaço com cultivos tradicionais que objetivam essencialmente alimentar as famílias. Muitos agricultores buscam nessa estratégia tanto manter a tradição do plantio das espécies voltadas para o suprimento interno da família quanto de uma espécie que vai lhes trazer um retorno financeiro, já que isso lhes possibilita a capacidade de compra de outros alimentos e itens de suas necessidades.

Atrelados a essas mudanças, podem ser visualizados alguns dos fatores que têm apresentado influência nesse processo. Menciona-se a presença de uma rodovia estadual atravessando a comunidade, contribuindo para muitas mudanças nas dinâmicas de vida da população, que outrora viviam basicamente da pesca e da agricultura com o plantio da mandioca e do abacaxi e de relações de trocas. Antes da estrada não havia tanta movimentação e

circulação de pessoas, eram poucos os pequenos comércios que existiam. A respeito da influência da rodovia na catalisação das mudanças nas roças de mandioca da comunidade, podemos observar o relato a seguir.

> Antes [a roça] era o meio de se ganhar, era o meio de ter aquela renda, era uma renda, mas não é tipo como hoje. Hoje, eles já colocam uma loja de roupa na beira da pista que passa, já tem aqui outros produtos pra vender. Em vez de só a farinha... Muita gente pegava antes, cansei de ver meu pai, encher as garrafa de tucupi tudinho, encher de tapioca, farinha, levar na beira da praia pra trocar com peixe, hoje em dia não faz mais isso, se fizer, é poucas pessoas que fazem isso já (Interlocutora F).

A partir da demora na titulação do território e da abertura e pavimentação dessa estrada, muitas pessoas de fora viram a possibilidade de migrar e abrir comércios nessa comunidade, o que contribuiu para um crescente aumento populacional em Vila União/Campina. Com o maior número de pessoas e famílias, os tamanhos das áreas do território precisaram ser cada vez mais fragmentados, diminuindo assim o terreno de muitos agricultores. Dentre as pessoas interessadas nos terrenos da comunidade, estão alguns fazendeiros, muitos dos quais já possuem sítios nas proximidades de Vila União/Campina, alguns também possuem terreno na própria comunidade, inclusive um dos maiores empreendimentos presentes no local pertence a um fazendeiro. Além do mais, visualiza-se que estes buscam cada vez mais aumentar as áreas de suas propriedades, com a compra de terra no território quilombola.

Novas estratégias foram adotadas pelos moradores a partir do acesso à PA, a possibilidade de trabalhos aumentou e dessa forma muitas famílias ampliaram ou modificaram seus meios de vida, acompanhando a dinâmica local, "*a estrada possibilitou outros tipos de trabalhos, até pra trabalhar em Salvaterra também, porque facilitou o acess*o" (Interlocutora F, 28). Com maior tempo dedicado às atividades não agrícolas, muitos agricultores possuem menos tempo para o trabalho nos seus cultivos agrícolas, além do que as famílias, em sua maioria, são menores, contando com menos mão de obra para o trabalho nos roçados. "*Olha pra gente aqui mudou né que, a gente fazia grande naquele tempo, como ainda tinha muita ajuda né, hoje em dia ainda já faz pouco já, só mesmo pra não deixar de fazer a roça*" (Interlocutor R).

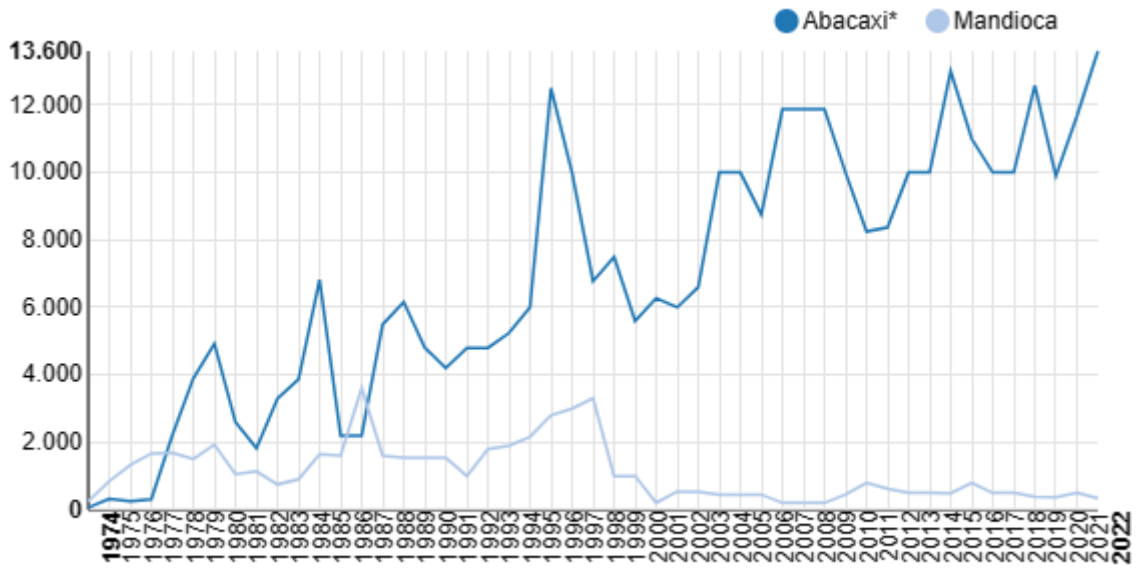
> Antes as famílias eram maior, tinham mais filho. Todo mundo ia [no convidado], mas, até no convidado, se eu levasse duas pessoas no convidado, eu ia ter duas vagas, ainda tem isso, quando ia tua mão de obra ali, tu ia ganhar também, então tu poderia fazer uma roça grande, tu não ia ter aquele custo, ia gastar um pouquinho, mas não ia ser aquilo, já melhorava, hoje em dia não, hoje em dia os pessoal já tem menos filhos também, agora não pode tanto fazer, ah não pode mandar filho pra isso, pra aquilo, ainda tem isso também (Interlocutora F).

Outro fator é a maior necessidade de contratação de trabalhos temporários, por não terem tempo para se dedicarem inteiramente à agricultura, como faziam antes; por não possuírem muita mão de obra na família, por não existir mais o convidado da maneira como era feito antigamente, além de não fazerem a sociedade com outros parentes ou vizinhos. Essa contratação de mão de obra depende consideravelmente da condição financeira do agricultor. No estudo de Alves e Fita (2023), em uma comunidade quilombola no município de Santa Luzia (Pará), foi mostrado que as famílias lá também vivenciam mudanças em seu território, uma delas é com relação à diminuição dos roçados. Os autores evidenciam que a falta de mão de obra para o manejo e manutenção das roças tem sido uma questão na comunidade que tem acarretado a diminuição das áreas destinadas aos plantios. Dessa forma, a comunidade passa por um processo de rearranjo das dimensões das roças e os moradores passaram a buscar estratégias que garantam sua alimentação e geração de renda, para que não dependam exclusivamente das roças (Alves; Fita 2023).

Também vale mencionar que alguns dos motivos que fizeram alguns agricultores deixarem de fazer as roças são acidentes, doenças, idade avançada, fatores que os impossibilitaram de continuar trabalhando nos roçados. Entretanto, alguns agricultores ajudam da forma que podem, seja na etapa do processamento da mandioca, seja por exemplo fazendo a tiborna ou transmitindo seus conhecimentos sobre o trabalho nas roças aos filhos e outros parentes.

Essa diminuição das roças de mandioca na comunidade de Vila União/Campina corresponde à situação do município de Salvaterra como um todo. De acordo com os dados do IBGE (2023), a área plantada e a quantidade produzida de mandioca de modo geral vêm decrescendo ao longo dos anos, o contrário do cultivo do abacaxi (Figuras 27 e 28).

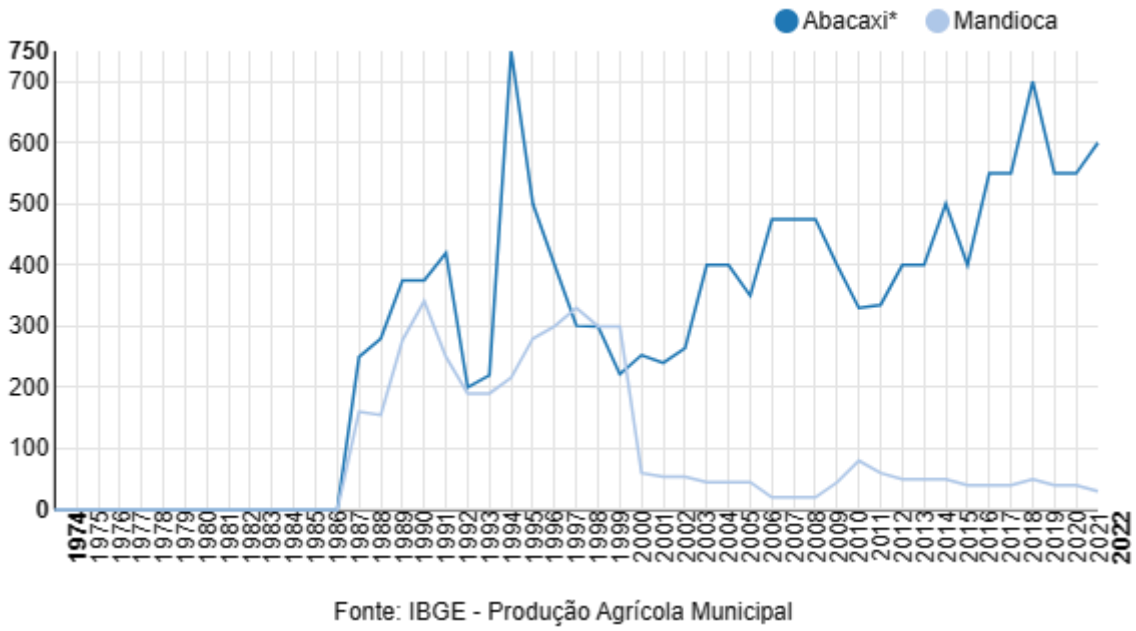
Figura 27: Quantidade produzida de abacaxi (mil frutos) e mandioca (tonelada) entre os anos 1974 e 2022, no município de Salvaterra.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Observa-se na Figura 27, que principalmente a partir dos anos 2000, a quantidade produzida de mandioca vem diminuindo no município. Nesse caso vale uma análise para entender no contexto geral os fatores que contribuíram para essa mudança e o quanto essa diminuição afeta as populações rurais, que são as principais produtoras e consumidoras dos derivados da mandioca. É preciso mencionar que reconhecemos a limitação dos dados do IBGE, entretanto, sendo dados oficiais, estes que estão sendo utilizados nesta pesquisa. Entre a limitação pode estar o desconhecimento do IBGE quanto às roças que são mobilizadas para o autoconsumo das famílias, como por exemplo as roças de mandioca.

Figura 28: Área plantada (hectare) de abacaxi e mandioca entre os anos 1974 e 2022, no município de Salvaterra.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

De acordo com a Figura 28 e acompanhando o decrescimento da quantidade produzida, a área plantada do cultivo da mandioca de modo geral se apresenta também em diminuição. Essa questão, vinculada à fragilidade de práticas tradicionais, como a diminuição dos roçados de mandioca em Vila União/Campina, gera preocupação, pois reverberam além de outros aspectos, na atenuação do repasse intergeracional dos conhecimentos tradicionais relacionados às roças de mandioca.

Levando em consideração que a farinha de mandioca é o principal alimento presente na alimentação diária das famílias, quando os agricultores não a produzem nas suas roças, na maioria das vezes terão que comprar. Para isso terão que dispor de recursos financeiros, ou então não terão nas suas mesas diárias esse importante alimento carregado de saber e cultura. A produção da mandioca na comunidade pelos agricultores é destinada sobretudo para suprir as necessidades voltadas para a alimentação da família. Porém, essa mudança nos espaços da comunidade, nas relações sociais e culturais, na relação com a natureza, na dinâmica do cultivo das roças, também interfere na territorialidade quilombola, fazendo com que esta passe por um processo de reconfiguração.

Nesse sentido, é importante frisar que a relevância das roças de mandioca reverbera na permanência dos quilombolas, dos agricultores, no seu território, na garantia de alimentos diários carregados de saberes, de tradições, e na continuidade do repasse dos conhecimentos

ancestrais, *"pra nós significa mesa farta, porque é uma tradição que vem de muito tempo, desde o tempo dos meus pais" (Interlocutora C*).

> Pra mim a importância, é a gente tendo né uma roça a gente já não vai precisar comprar o que vem lá de fora, já consome o que a gente tem aqui, vai poder não só consumir como produzir, pra comprar outros mantimentos, que compõem a cesta básica, então ela, tendo uma roça hoje aqui pra nós, uma coisa que tudo que você faz, planta, colhe rápido, produz rápido, então uma roça de mandioca você faz uma farinha, meio alqueire de farinha tira uma parte pra comprar, meia parte você leva lá na, se não quiser vender aqui, leva lá na água boa, que vende tudo por aí, os pescadores compram, trocam a troco de peixe, então isso já traz de lá uma garantia (Interlocutor A).

Além disso, a renda dos agricultores é complementada, quando comercializam a mandioca, a farinha de mandioca e os demais derivados, para a garantia de recursos e a compra de outros itens necessários, principalmente na alimentação. Essa comercialização ocorre principalmente na comunidade, nos pontos de venda que muitos possuem, nas suas casas, para comerciantes locais, na feira quilombola que acontece na comunidade mensalmente, momento em que alguns agricultores, além da farinha, comercializam diversos outros alimentos, como tucupi, goma de tapioca, macaxeira, farinha de tapioca, coentro, couve, abóbora, maxixe, dentre outros. Inclusive no mês da realização da pesquisa de campo, ocorreu uma edição da feira quilombola, voltada para a valorização da mandioca e dos seus derivados. A feira é organizada pelo Núcleo Resistência Quilombola de Campinas Vila União-NARQ Campina Vila União, em parceria com agricultores quilombolas da comunidade de Vila União/Campina. A seguir podemos visualizar alguns registros desse dia (Figura 29).

Figura 29: Registros da feira quilombola, edição de agosto em Vila União/Campina.

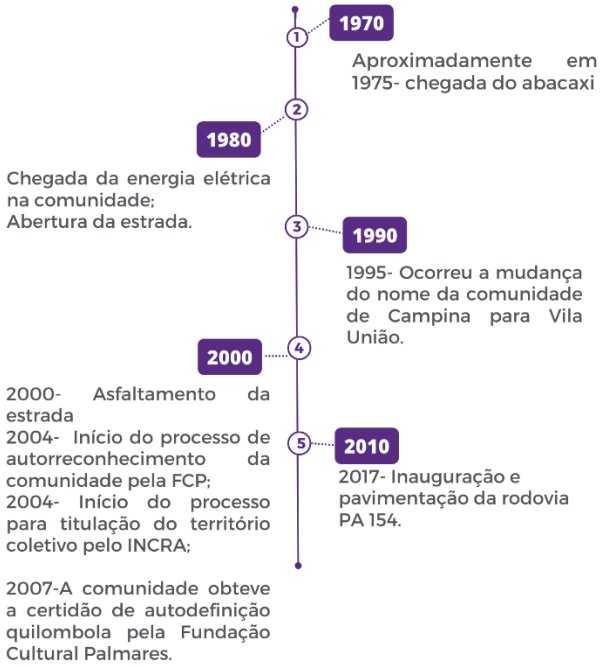


Fonte: Acervo de campo, 2023.

5.2 Contextualização das mudanças visualizadas no território de Vila União/Campina

A comunidade de Vila União/Campina vivencia uma série de mudanças, primeiro com relação à chegada de infraestruturas, como a energia, o abastecimento de água, a internet, o posto de saúde, as escolas, que a partir de então trouxeram melhorias para os moradores, mas que influenciaram nas suas dinâmicas de vida. Outra importante mudança foi relacionada à abertura e pavimentação da rodovia PA-154, que, apesar de facilitar o escoamento das produções, o acesso ao centro de Salvaterra, a outros municípios e comunidades, também de certa forma intensificou diversos problemas na comunidade (Figura 30). De acordo com os interlocutores, o crescimento populacional tem sido constante, muitas pessoas de outros locais, até de outros municípios veem na comunidade oportunidades econômicas a partir da presença de uma rodovia que atravessa Vila União/Campina, também pelo fato de a comunidade ainda não possuir o título coletivo do território e estar sujeita à entrada de pessoas que não são dali.

Figura 30: Linha do tempo com alguns dos principais eventos observados em Vila União/Campina.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Além disso, observa-se na Figura 29, a entrada do abacaxi a partir de 1975 nos sistemas produtivos da comunidade, com uma lógica diferente da praticada pelos moradores. Essa difusão do monocultivo do abacaxi refletiu em mudanças nas formas de produzir dos roçados desenvolvidos na comunidade.

Todos esses eventos de alguma forma contribuíram para mudanças na comunidade. Uma dessas, que talvez mais tenha estimulado transformações, foi a chegada da rodovia. Tais mudanças influenciaram no dia a dia das famílias, nos seus meios de trabalho, nas suas atividades produtivas tradicionais, até mesmo em alguns casos na relação de muitos moradores com a natureza. Diante desse cenário, os agricultores da comunidade buscam e desenvolvem estratégias de resistência para permanecerem no território, seja através da diversificação dos seus cultivos, seja diversificando e ampliando os seus trabalhos, que não necessariamente estão relacionados apenas com a agricultura.

O fato de a comunidade ainda não possuir o título definitivo do território facilita a entrada dessas pessoas no território quilombola, facilita a compra de terras por pessoas externas, até mesmo por fazendeiros, dando espaço para a especulação imobiliária por meio da compra dos terrenos da localidade. O conjunto de comércios existentes na comunidade aponta para uma aproximação cada vez maior da urbanização, de alguns hábitos urbanos. Além do mais, os maiores comércios não são de pessoas da comunidade, são de fazendeiros, de pessoas de fora da comunidade, que veem ali uma possibilidade de crescimento econômico através da abertura de comércios nas margens da estrada.

Marin (2009) evidencia que a abertura e pavimentação da estrada PA-154 provocaram uma avalanche de pessoas interessadas nos terrenos da comunidade quilombola Caldeirão, também no município de Salvaterra. Com a compra dos terrenos da comunidade, estão inserindo bares, pousadas, comércios e até mesmo um frigorífico. A comunidade Caldeirão, assim como Vila União/Campina, ainda não possui o título definitivo da terra, mas é a comunidade quilombola do município com o maior número de indivíduos.

No contexto do município, as comunidades quilombolas de forma geral vêm sendo constantemente cerceadas em seus territórios, de diversas formas. Os conflitos fundiários na região marajoara têm ocorrido historicamente, com os “agentes antagonistas”, reprimindo comunidades tradicionais, como as quilombolas, em seus territórios.

Com o decorrer do tempo, tais agentes desenvolveram outras roupagens, antes mais ligados à criação de gado, com as grandes pastagens na região do Marajó, porém atualmente muitos destes já desenvolvem outras atividades, ligadas agora ao agronegócio, com a introdução dos monocultivos de arroz e de soja, expandido cada vez mais suas áreas para territórios

etnicamente ocupados: “a pressão pela expansão das áreas das fazendas sobre os territórios quilombolas é uma ameaça constante” (Leão *et al*, 2023, p. 125). Por essas comunidades não possuírem seus títulos de terra definitivos, se veem tendo os seus direitos negados, como afirma Campos (2023).

> A demora na emissão do título definitivo causa danos irreparáveis para as comunidades que ao não terem seus territórios titulados, são lançadas a própria sorte, sobrevivendo em meio a violência que se apresenta através do cercamento desenfreado realizado por fazendeiros, que tomam os territórios tradicionais, sob as alegações de que as terras foram compradas, herdadas deixando evidente a presença de um processo de intrusamento e de negação de direitos de uso dos recursos – igarapés, açaizais e bacurizais nativos (Campos, 2023, p. 21).

Diversas comunidades quilombolas vêm sendo deslegitimadas em seus territórios. As cercas das fazendas são uma das formas que se utilizam para negar os direitos dos quilombolas nos seus espaços, por meio das quais impedem o acesso dessas comunidades a áreas como igarapés, rios, matas, que na verdade são espaços de uso comum e historicamente usados por essas pessoas: “neste território inserem os lagos, rios, igarapés, ilhas de vegetação e atalhos que várias gerações têm utilizado para garantir sua sobrevivência material, assim como para recriar seu mundo simbólico” (Nova Cartografia Social da Amazônia, 2006, p.8). Além da presença das cercas, que em alguns casos são até mesmo elétricas (Figura 31), são utilizados vigias, seguranças, para garantirem o impedimento da presença dos quilombolas nas “suas áreas”, apesar de legalmente não serem, e tudo isso gera riscos à sobrevivência das famílias quilombolas.

As comunidades como Rosário, Deus Ajude, Providência, Barro Alto, Bacabal, Pau Furado, Paixão, Caldeirão, Vila União/Campina, em sua maioria, têm sido privadas dos seus recursos naturais, nas áreas de uso comum, até mesmo algumas sofrido ameaças. Dessa forma, são coagidas a viver nos espaços dos seus territórios cada vez mais limitados, dificultando as suas reproduções sociais, pois estas estão diretamente associadas à terra, à agricultura, às formas de produzir, à pesca, à coleta de frutos como o bacuri, o açaí, que garantem alimentação e renda aos moradores. Com relação a esses conflitos e à expansão das áreas dos fazendeiros nos territórios quilombolas, observemos o relato de uma interlocutora.

> Ela é bem complicada e triste né, eu conheço todas as comunidades, visito, eu, nessa compra de sementes, então a gente entra em todas as comunidades né, e uma delas esse ano, onde impactou com o arrozal, a gente não conseguiu tirar as sementes de lá, porque os bacurizal ficava nessa área onde o arrozeiro comprou e fez cerca, e se sente ameaçado, que eles ponham vigia, um bucado de pessoas [..] então as pessoas foi muito impactada nessa questão, porque as comunidades, eles vivem da biodiversidade, eles tiram a bacaba, o açaí, a safra do bacuri, então essas biodiversidade ficava tudo dentro dessa área onde o arrozeiro comprou e a maioria foi pro chão, derrubou e as que tão em pé, ninguém pode acessar, põe pistoleiro. [...] Deus ajude e providência, quase todas praí, Rosário, eles vão comprando né, porque

> na verdade, lá atrás os moradores antigos venderam pra fazendeiro, só que elas estavam como fazenda, mas fazenda um pouco inacabada, eles tinham acesso né ainda, aí também não restringiam tanto, não tinha tanta restrição, agora não, eles não conseguem acessar essas áreas pra tirar a biodiversidade, então acaba dificultando o cultivo, a alimentação deles, que eles vivem da, tem a área do rio, que fica a baixada, eles não conseguem pescar, caçar, pegar bacuri, a bacaba, que era disso que eles sobreviviam né, como eu tô lhe falando, a nossa vila aqui é uma das mais privilegiadas, que fica no centro de uma rodovia, que tem a PA, que tem acesso a várias comunidades, mas praí pra dentro, eles só tem acesso às comunidades quilombolas, uma agrega a outra, mas todas são carentes de tudo, vivem só da, praticamente da natureza, e da agricultura, que é a mandioca, então eles não tem outro meio de vida, a não ser alguns funcionários da prefeitura, né, questão da escola, só, têm a parte da educação, não tem outra coisa, algumas que tem posto de saúde, raro, pouquíssimas, então eles não tem outro meio de vida, como aqui, a gente faz um tacacá, põe ali na frente, um mingau, uma canjica, todo mundo consegue vender, o que põe pra vender, a gente vende uma galinha, eles não, porque é só eles lá, a maioria, das comunidades não são tão invadidas quanto a nossa, então só eles, os moradores de vida, eles criam porco, galinha, mas se eles todos lá tem, não tem pra quem vender, precisam de outro público pra consumir aquilo que eles tem, então eles não tem esse público lá que a gente tem aqui (Interlocutora N).

No relato acima, é possível observar que essas inúmeras restrições comprometem as reproduções sociais dos quilombolas, pois não têm acesso aos rios, matas e igarapés, locais de onde as pessoas pescam o peixe, pegam o camarão, colhem o bacuri e o açaí, caçam, cultivam suas roças, que são a base da alimentação das famílias; além da complementação de suas rendas com tais atividades, mas que atualmente vêm sofrendo com as negações dos seus direitos, o que é também evidenciado por Leão *et al*. (2023, p. 134): "os cercamentos e as proibições têm afetado diretamente a reprodução social e o modo de vida quilombola".

Figura 31: Portão e cercas na comunidade quilombola Bacabal (esquerda), e cerca elétrica na proximidade da comunidade Deus Ajude (direita).



Fonte: Nova cartografia social da Amazônia, 2006.

As tensões entre os quilombolas e os fazendeiros são constantes. Na Nova Cartografia Social da Amazônia, podemos observar as principais razões da ocorrência dessas tensões, dentre as quais algumas já foram anteriormente citadas.

> Interdições feitas aos quilombolas de transitar pelos atalhos que são as linhas de comunicação por entre os povoados. O território foi mutilado pelas cercas e porteiras. Presença de homens armados que ameaçam os quilombolas. Os empregados da fazenda São Macário exibem suas armas e amedrontam os quilombolas de Bacabal.
>
> Em Mangueira, homens a mando dos fazendeiros impedem a pesca nos rios e lagos. Estes chegam a destruir os instrumentos de trabalho e impedem os quilombolas de ter acesso ao território de pesca. Em Paixão o fazendeiro cercou todo o povoado e até o campo de futebol ficou encurralado dentro da cerca.
>
> Construção de cercas elétricas que se estendem por quilômetros. São dois tipos de cerca: para animais com dois fios e com três fios mais estreitos, para impossibilitar a passagem das pessoas. Deus Ajude está rodeada de cercas elétricas construídas pelo pretenso proprietário da fazenda Santa Rita.
>
> Destruição das roças pelos animais – búfalos e gado – de propriedade dos fazendeiros. Quilombolas têm sido presos e ameaçados pela polícia quando reagem à destruição de seus roçados.
>
> Situações em que os fazendeiros impõem o pagamento de um percentual sobre o produto da pesca.
>
> Proibição por parte da EMBRAPA aos quilombolas de Barro Alto, Pau Furado e Santa Luzia de abrir roças. O domínio, hoje da EMBRAPA, foi retirado do controle das famílias mais antigas dessas comunidades (Nova cartografia social da Amazônia, 2006, p. 9).

Com todas estas violações, os quilombolas e as quilombolas são postos em um cenário de injustiças, pois, apesar de existirem legislações e demandas para a garantia das suas formas de viver, suas simbologias, para a titulação dos seus territórios, estas não atuam como deveriam e os processos acabam se prolongando por muitos anos. Nesse sentido, inúmeras denúncias ao Ministério Público Federal (MPF) e relatos informais foram feitos, relatando as situações ocorrentes como a contratação de homens "seguranças" para impedir a entrada de quilombolas em lotes arrendados e o represamento dos pescados nos braços de rio e igarapés que margeiam as fazendas, o que têm dificultado a vida e permanência dessas populações nos seus territórios (Nova Cartografia Social da Amazônia, 2006).

De acordo com Acevedo Marin (2009), devido a essas condições limitantes à existência de vida das populações quilombolas, consequentemente a seus modos e formas de produzir e se organizar, os processos de territorialização produzidos pelos quilombolas experimenta mudanças. Essas mudanças experimentadas nos quilombos de Salvaterra podem ser explicadas a partir do contexto de mudanças territoriais existentes no Brasil desde séculos passados, "imbricadas com os incessantes processos de expansão de fronteiras, visto que a história dessa expansão é também uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que aí residem" (Little, 2002, p. 254).

> Se percorrermos rapidamente os diversos processos de expansão de fronteiras no Brasil colonial e imperial - a colonização do litoral no século XYI, seguida por dois séculos das entradas ao interior pelos bandeirantes; a ocupação da Amazônia e a escravização dos índios nos séculos XVII e XVIII; o estabelecimento das plantations açucareiras e algodoeiras no Nordeste, nos séculos XVII e XVIII, baseadas no uso intensivo de escravos africanos; a expansão das fazendas de gado ao Sertão do Nordeste e Centro- Oeste e as frentes de mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste, ambas a partir do século XVIII; a expansão da cafeicultura no Sudeste nos séculos XVIII e XIX (Little, 2002 p. 255).

Partindo do fato de que o surgimento de um território está vinculado às atuações da territorialidade do grupo social, resulta que "qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos". Então, para a análise do território de qualquer grupo, "precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado" (Little, 2002, p. 253).

Nesse sentido, ao pesquisarmos sobre a questão histórica vinculada aos grupos sociais presentes na região marajoara e os processos históricos construídos por estes, "revela-se, assim, o Marajó como uma região de históricos embates e conflitos pela posse e controle das terras, desde o período colonial até hoje" (Souza, 2013, p. 51).

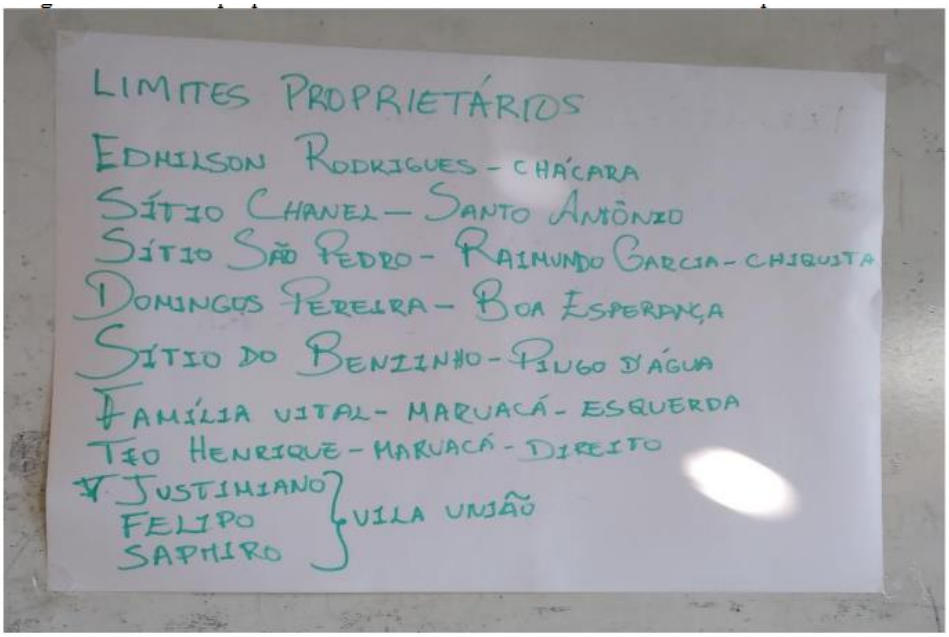
> A concentração fundiária consolidada ao longo de pelo menos três séculos provocou uma trajetória de profunda desigualdade política, econômica e social na região, algo que perdura até os dias atuais. Os sistemas agrários identificados no Marajó são expressão desse processo de conflitos, deslocamentos de população, concentração fundiária, transformação e desestruturação das relações socioculturais tradicionais, fortalecimento da produção voltada para o mercado, interferência no ambiente, explorações desenfreadas dos recursos naturais etc. (Souza, 2013, p. 51).

Nos últimos anos no Marajó, os conflitos estão se dando em meio às tensões provocadas por agentes principalmente vinculados ao agronegócio contra os territórios quilombolas existentes na região. A atuação desses agentes é realizada muitas vezes com o apoio do governo do estado e do governo municipal, o que dificulta ainda mais a luta dos quilombolas pelo direito às suas terras e formas de viver.

Campos (2023), em sua pesquisa, constatou que existe a facilitação de processos burocráticos para a realização das instalações das atividades dos antagonistas voltadas ao agronegócio, ainda que estas atividades causem grandes impactos socioambientais. Além do mais, existe o favorecimento que esses agentes possuem dentro de órgãos do poder executivo, legislativo e judiciário do município de Salvaterra, "assim como contam também nos cartórios locais, o que é evidenciado na simplicidade do procedimento de reconhecimento de "suas propriedades", onde não há as mesmas exigências do procedimento de titulação coletiva" (Campos, 2023, p). Essa facilitação permite que estes continuem agindo ilegalmente, tendo em vista que dificilmente serão penalizados ou, muito pelo contrário, serão até mesmo favorecidos.

Não bastassem as autorizações para a prática do agronegócio na região marajoara, tanto o poder executivo do município de Salvaterra quanto o executivo estadual, com suas perspectivas de "desenvolvimento", sempre visaram "melhorias" para o município que fossem favoráveis aos agentes sociais que desenvolvem atividades ligadas a essas perspectivas, como por exemplo, as obras de grande impacto perpassando a estrutura dos territórios quilombolas. Dentre estas obras, cita-se a construção da rodovia PA-154, que dividiu ao meio a comunidade Vila União/Campina. A comunidade possui uma grande quantidade de propriedades privadas, como as fazendas e sítios que cercam o seu território (Campos, 2023), até mesmo dentro dele alguns fazendeiros possuem terras e empreendimentos (Figura 32).

Figura 32: Lista de propriedades nas proximidades e dentro da comunidade Vila União/Campina.



Fonte: Campos, 2023.

Os fazendeiros cada vez mais buscam expandir suas áreas, se estabelecer dentro de territórios quilombolas de diferentes formas. Em Vila União/Campina e Caldeirão, as formas de cerceamento são através da compra de sítios e terrenos nas proximidades, até mesmo nas próprias comunidades, com a abertura de empreendimentos e a necessidade de expandir suas áreas, induzindo a venda de terrenos pelos próprios moradores locais, como é o caso que acontece em Vila União/Campina.

> Aqui particularmente, esse que é dono do posto de gasolina daqui que ele comprou essa área, ele também é fazendeiro, ele não é daqui. [...] na comunidade tem facilidade em comprar terreno, quem tem dinheiro pode comprar terra onde tu quiser, ninguém impede, sem contar que ele veio e acaba desdenhando de outras pessoas, e enquanto

> mais eles puderem comprar território, eles vão comprando, porque eles têm o dinheiro, eles vão lá, compram mesmo, e vão, cada vez vão aumentando, porque pra eles... aqui eles ficaram brabos, porque eles queriam comprar nossa área. E porque tú não vendeu eles ficam com raiva de ti, porque tu não vendeu, entendeu, porque eles querem que tu esteja à disposição deles, fazer o que eles querem (Interlocutora B).

Diante desses contextos de injustiças, desrespeito e negação dos direitos dessas populações, a garantia do território através da titulação se torna uma prioridade e uma demanda inegavelmente urgente, pois torna a comunidade detentora do seu espaço, seu território coletivo. Assim os moradores podem proteger suas formas e meios de vida, de produzir, reproduzir, seus sistemas de usufruto comum e suas culturas (Campos, 2023).

> Se torna comum (a venda de terrenos) e a gente não tem como impedir, por causa que só o título coletivo que interfere, porque lá atrás antes de ser reconhecido como quilombola, eles já tinham a documentação, o título de terra deles, aí só o título coletivo pode derrubar esses outros títulos, enquanto isso (Interlocutora N).

Ademais, quanto mais moroso for o processo para a titulação de Vila União/Campina, mais difícil se tornará, levando em consideração a quantidade de pessoas de fora com estabelecimentos comerciais na comunidade, que terão que ser desapropriadas e indenizadas pelo governo.

> Com a rodovia, a comunidade começou a ser dividida em lotes disponíveis para a venda, por estar na beira da pista, os lotes são facilmente vendidos e a partir disso começam a se instalar comércios, oficinas, bares, entre outros estabelecimentos e toda essa nova organização é preocupante, uma vez que gerará impactos ao processo de titulação, especialmente no que tange a desapropriação, o que tornará o andamento processual ainda mais demorado (Campos, 2023 p).

Partindo do ponto de que a estrada possui um efeito de catalisar muitas das mudanças visualizadas na comunidade, menciono que anteriormente à chegada da rodovia, os meios de trabalho, as relações entre os moradores eram um pouco diferentes de como são hoje, tendo em vista que o número de moradores era reduzido quando comparado com a quantidade atual. Não existia tanta circulação de pessoas e movimentação de veículos, os únicos comércios existentes eram de pessoas da comunidade e não eram estruturados como os de hoje em dia são.

Os terrenos eram maiores, pois o número de indivíduos na comunidade era menor, havia mais pessoas da própria comunidade que residiam ali, a maioria tendo algum grau de parentesco; e os cultivos, as roças, eram maiores do que as cultivadas atualmente pelos interlocutores da presente pesquisa. Outro fator diz respeito à divisão das famílias, quando os filhos saem da casa dos pais, passam a formar suas próprias famílias, herdando uma parte no terreno.

Na comunidade, as relações de solidariedade, de trabalhos coletivos, mutirões entre os moradores eram frequentes, até porque praticamente todos eram familiares. O que mudou para hoje em dia, tendo em vista que os trabalhos realizados coletivamente diminuíram consideravelmente, e as relações sociais entre alguns moradores mudou, pois muitos já não são da comunidade.

Desse modo, a partir da abertura e pavimentação da estrada PA-154, o trabalho de muitos agricultores foi alterado, muitos destes viram com a rodovia a oportunidade de abrir um negócio, abrir um ponto de venda, trabalho que para muitos passou a ser a sua principal fonte de renda. No entanto, ao mesmo tempo em que diversificam suas estratégias de reprodução, o tempo dedicado aos cultivos, à feitura das roças diminuiu; além de diversos outros fatores colaboraram para uma certa diminuição das roças de mandioca na comunidade.

> [..] na verdade como em muitas comunidades, ela traz um pouco de fluxo, de barulho, essas coisas, mas, acredito que a PA aqui, ela melhorou muito, em questão da gente ter uma possibilidade de vender as coisas, né, aí ela trouxe, uma questão de visibilidade, de movimento, então por isso que a gente tem uma facilidade de vender as coisas aqui na nossa comunidade, então ela ajudou nessa, só que há uma invasão, por causa disso né, essa visão, dá uma invasão, das pessoas que migram pra cá, muitas pessoas, aí já vem trazendo problemas. (A senhora acha que é por conta da estrada que as pessoas vêm?) [...] que migram né, pela localização da comunidade, que ela agrega várias comunidades, aí muitas pessoas, porque tudo que vem das comunidades, sempre vara aqui né aqui, vara dali, dali, então se tornou um ponto comercial praticamente, e as pessoas querem tá, tudo migrar pra cá, e vão construindo comércio, casa, e vem gente de fora, trazendo outros tipos de problema como tráfico de drogas, essas coisas né, aí isso tem impactado, a gente tem ficado um pouco preocupado né, com essa influência porque tem as nossas famílias, nossos filhos, então essas visitas assim, não é muito boa, inclusive quando eles compram uma residência, uma casa, já fica mais complicado (Interlocutora N).

É válido salientar que, para muitos dos moradores, a abertura da PA levou inúmeros benefícios, como o acesso facilitado a meios de transporte, facilidade no escoamento das suas produções, melhorias nas questões de saúde e educação, oportunidades de outros tipos de trabalhos, como nos comércios, assim como intensificou e levou problemas relacionados à violência, tráfico de drogas, maior circulação de pessoas desconhecidas na comunidade, o que também é evidenciado no trabalho de Campos (2023),

> as mudanças ocorridas com a construção da PA-154 vão desde os aspectos ambientais até a criminalidade. A comunidade de Vila União/Campina teve sua paisagem modificada, o que era mata, se tornou estrada. Devido a ausência de planejamento que levasse em consideração os aspectos naturais da localidade, a rodovia extinguiu espaços de lazer, como por exemplo, o chamado igarapé da baixada (tubo), que após a pavimentação se tornou apenas uma lembrança. Além do supramencionado, a comunidade que antes era calma, sem perigos de carros e de pessoas de fora, teve que mudar o modo que costumava viver. Isso porque, segundo os relatos das lideranças jovens da comunidade, Vila União/Campina passou a sofrer com os perigos dos carros que passam em alta velocidade na estrada, com roubos, furtos, que passaram a ser vivenciados devido à grande circulação de pessoas não quilombolas (Campos, 2023, p. 82).

Nesse sentido, a dinâmica de vida dos moradores é alterada, estes passam a ter que acompanhar essas mudanças. No entanto, há uma certa preocupação por parte de lideranças e até mesmo dos próprios moradores mais antigos, quanto à chegada de pessoas vindas de outros lugares, pessoas que não compartilham do mesmo sentimento de pertença ao território, da mesma história de luta, dos laços de parentesco, o que dificulta o trabalho de fortalecimento da identidade quilombola. Corroborando o exposto, Campos (2023, p. 22), cita que essas mudanças decorrem ou são intensificadas a partir da rodovia, principalmente com a chegada de pessoas de fora, instalando seus empreendimentos: "[...] fragilizam até mesmo a identidade da comunidade como quilombola, devido a chegada de membros não quilombolas, há uma intensa dificuldade no fortalecimento dessa identidade".

Com isso, infere-se que o contexto de transformações nos territórios quilombolas do município, assim como a ação de agentes externos, como fazendeiros e órgãos municipais, influencia na dinâmica de vida dos moradores da comunidade quilombola de Vila União/Campina, nos seus meios de viver, nas suas atividades produtivas, como os roçados. Tudo isso intensifica os processos de mudança e a necessidade dos moradores de acompanharem essas transformações.

O atraso na titulação dos territórios favorece uma fragilidade das comunidades perante os agentes externos, que disputam e avançam sobre os territórios quilombolas. Diante desse cenário, muitos moradores e lideranças locais buscam fortalecer a luta pelo território, por sua titulação, pela identidade quilombola e pelas práticas tradicionais associadas à construção do território quilombola e a existência deles.

5.3 Roças de mandioca e de abacaxi: mudanças e persistências no território

São muitas as mudanças observadas no território, tanto pelos moradores da comunidade quanto para o pesquisador/a que vivencia a dinâmica de vida e acompanha os relatos dos moradores de Vila União/Campina. Dentre essas mudanças, neste tópico, busca-se analisar as relacionadas com o cultivo tradicional das roças de mandioca e das roças de abacaxi na comunidade, fazendo comparações com os dias atuais, a partir das narrativas dos interlocutores, com o período de constituição do território de Vila União/Campina.

Como já visto ao longo desta dissertação, tanto as roças de mandioca quanto as roças de abacaxi são significativamente importantes para os moradores da comunidade. No entanto, ao longo do tempo, as formas de produzir as roças, a organização e a divisão do trabalho, os

instrumentos utilizados, vêm sofrendo diversas transformações. Também é válido mencionar que, mesmo diante de tantas mudanças a que a população quilombola está sujeita, há resistências e permanências perante esses processos.

As roças de mandioca estão presentes historicamente no território de Vila União União/Campina, apresentando uma lógica voltada sobretudo para o autoconsumo das famílias. Ao construírem cada processo, desde a limpeza da área até o processamento da mandioca, as relações entre os envolvidos são permeadas por laços de afetividade e reciprocidade, que fortalecem o sentido de pertença, de comunhão, entre os moradores. Já o abacaxi chega aproximadamente na década de 70, com uma lógica distinta, pois o seu objetivo principal é a comercialização. O cultivo deste produto passa então a disputar e dividir espaço com as roças de mandioca.

Quanto às mudanças observadas nas roças de mandioca, uma das mais mencionadas pelos interlocutores, foi em relação à organização e à divisão do trabalho, que, de acordo com principalmente os relatos dos mais velhos, visualizam-se que a forma como trabalhavam em sua maioria, era através dos convidados, com a ajuda mútua de muitos agricultores, para a roçagem da área para roça, para coivara, para o plantio da mandioca, sem a necessidade de pagamento em dinheiro para as pessoas que trabalhassem; na verdade, o pagamento era a troca de serviço. Assim, todos os agricultores tinham mão de obra suficiente para a realização do trabalho nas roças.

Essa forma de trabalho coletivo, chamado convidado em Vila União/Campina, também é visualizado em outras comunidades quilombolas na região paraense, como observa-se em estudo de Siqueira (2019), em uma comunidade quilombola no município de Cametá, nordeste paraense. Em outras regiões do estado, como em comunidades no município de Óbidos, o nome dado a essa atividade coletiva é “puxirum”, como é descrito por Portela, Santos e Silva, (2021, p. 76.).

> Os núcleos familiares trabalham diariamente revezando as atividades entre si, mas ajudam ou são ajudados no trabalho pelos vizinhos, comunitários e amigos. Essa forma de trabalho, denominada de ‘puxirum’ é um dos catalisadores sociais para se produzir e afirmar as relações afetivas entre as gentes e as comunidades.

O puxirum, assim como o convidado, consiste em um trabalho coletivo sem negociação financeira. Nos quilombos Matá e Silêncio, em Óbidos, os puxiruns se realizam dentro do núcleo familiar e envolvem toda a comunidade; como visto nos convidados realizados em Vila União/Campina. Nessas comunidades, realizam também as trocas de serviços, através dos puxiruns (Portela, Santos e Silva, 2021). “O chamado puxirum constitui uma técnica social

de maximização das energias individuais, o exercício do trabalho coletivo sob forma de ajuda mútua" (Portela; Santos; Silva, 2021, p.79).

No entanto, em Vila União/Campina, o cenário com relação aos convidados está diferente, muitos agricultores precisam contratar pessoas para trabalharem em suas roças, por períodos temporários, seja para roçar, limpar, plantar, e essa contratação em sua maioria depende da condição financeira do agricultor. Quando perguntados sobre como realizam suas roças e a quantidade de mão de obra de que dispõem para esse trabalho, uma das entrevistadas mencionou:

> Eu, meu esposo me ajuda, às vezes eu mando alguém fazer um serviço que não dá às vezes pra mim. Às vezes contrata mão de obra temporária, pra roçar quando o mato tá muito grande, e as vezes quando o tempo tá curto a gente faz uma empleita[17] também, é que a pessoa vai lá, olha o serviço, e fala por quanto faz o serviço todo sem ser a diária (Interlocutora B).

O trabalho passou a ser mais individualizado, aos poucos os convidados foram deixando de acontecer da maneira como era antes, mas, apesar disso, observa-se que há parcerias para o trabalho nas roças em muitas famílias, entre pais e filhos, irmãos, parentes próximos e até entre alguns vizinhos; entretanto, com um número bem menor de pessoas, na sua grande maioria sem o uso da tiborna, bebida que usavam tradicionalmente ao fazerem os roçados. Geralmente o resultado desse trabalho mútuo é a divisão dos produtos entre as pessoas/famílias que participaram, dividem a farinha de mandioca, a farinha de tapioca, o tucupi, entre outros derivados.

Os convidados, que antes eram realizados para facilitar o trabalho, também eram um momento de estreitamento das relações sociais entre os agricultores, momentos de partilha, de diversão, de trocas de conhecimento e de sementes das manivas. Atualmente ainda existem parcerias, as sociedades entre famílias, vizinhos, as trocas ou doações de sementes de manivas, mas que ocorrem com menor frequência e um número mais reduzido de pessoas, como já mencionado. "[...] *Mas mudou tudo, agora já paga, quando não o dono mesmo já vai sozinho pra lá pra dentro, nesse tempo tinha a comunidade que era muito, as vezes dava 20, 25, era o convidado, fazia a bebida, dava a comida" (*Interlocutor R, 69).

Nos convidados trabalhavam tanto os homens quanto as mulheres, porém as crianças também iam para ajudar. As funções eram divididas entre os integrantes, enquanto um cavava, outro colocava a maniva, e assim por diante. Os trabalhos das crianças eram os mais leves,

[17] A empreita ou "empleita", como é mencionada na comunidade, ocorre quando o agricultor possui por exemplo um cultivo, uma roça em determinada fase do seu desenvolvimento, e devido dispor de pouco tempo para a dedicação no seu cultivo, contrata uma outra pessoa para finalizar todo o trabalho restante, pagando-a um valor por esse serviço.

muitas iam para observar, brincar com as outras crianças, com isso aprendiam sobre o trabalho nessa prática tradicional, também iam estabelecendo relações com os filhos dos outros agricultores. Já atualmente, poucas crianças acompanham os pais nos trabalhos dos roçados, a maioria tem como foco os estudos e ajudam mais na casa e no manejo dos quintais. Essa é uma vontade inclusive de muitos pais, de que seus filhos tenham outro futuro, diferente do deles, que foquem nos estudos para obterem outras oportunidades, não voltadas para a agricultura.

> Meus filhos, eu sempre digo pra eles, eu aconselho muito. Tenho o Joel que graças a Deus ele teve oportunidade, hoje ele faz faculdade, Engenharia naval. Então o Joel hoje, Deus deu essa oportunidade pra ele, eu tenho as outras que não concluíram porque arrumaram filho, mas tipo assim, não é isso que eu quero pros meus filhos, então hoje eu penso que meus filhos tem que estudar mesmo, buscar novas oportunidades, que venham pra comunidade mas como, professor, como médico, como enfermeiro, porque hoje nós temos essa oportunidade, porque eu pelo menos, eu digo sempre pra eles, olha estudam, porque a forma de vocês não permanecerem na roça é o estudo, porque se vocês não estudarem já tem um ditado, vai ficar na roça, né, porque não vai ter uma oportunidade, a não ser que ele trabalhe, trabalhe mesmo na roça e mude alguma coisa, mas geralmente sem incentivo, não dá. Então eu penso pro meus filhos, que eles estudem, tenham uma oportunidade, que não sejam a mesma a minha, porque não que a minha mãe não quisesse que eu estudasse, só que há 45 anos nem escola quase tinha, aí a gente tinha que ir pra uma outra comunidade, de inverno, aí a minha mãe, ela tinha dificuldade, que eu sempre digo, olha quando a minha mãe comprava uma sandália pra mim, faltava pros sete, já hoje não, até mesmo com a ajuda do bolsa família, a gente já consegue comprar uma sandália, um caderno bom. Então hoje o filho ele tem mais oportunidade do que antes, aí como veio esse benefício do PSE que ajuda muito, eu acho que foi uma oportunidade muito boa, então aquele jovem que puder passar, fazer, se segurar e buscar uma formação, eu acho ótimo, eu sinceramente, não quero que meus filhos fiquem na roça até se aposentar ou dentro de uma canoa, [...] Por conta do risco, do trabalho exaustivo, que a gente vai pro lago, lá tem, tudo que tem, é puraqué, sucuriju, jacaré, tá sujeito ao risco, aí vai pra roça, às vezes vai 7h da manhã, fica até 11h, vem de lá exausto, então quer dizer são trabalhos, então são riscos que eu acho que uma mãe, eu pelo menos peço que meus filhos estudem mesmo, eu digo pra eles, pra vocês não ficarem na roça, pelo amor de Deus, estudem (Interlocutora E).

> Troca de trabalho, que daí você não gastava, hoje você não consegue sozinho, muito difícil trabalhar sozinho, e a juventude de hoje, ela tem outra visão, ela não vai, não vai pra dentro da agricultura com a família né, muitos vão crescendo e tá perdendo essa mão de obra aqui, da juventude, [...] outros meio, trabalha, estuda, não quer mais ir pra roça, muitos tão fora, preferem ir pra longe (Interlocutora N).

Ressalta-se que um dos motivos para a busca de alternativas ao trabalho nas roças está relacionado ao elevado esforço necessário desde o preparo da área até a feitura dos produtos, os riscos aos quais ficam sujeitos, em contraste com a pouca valorização do trabalho empregado. No entanto, a constante saída da juventude do quilombo causa preocupações quanto à continuidade da realização das práticas culturais e do repasse intergeracional dos conhecimentos tradicionais, tão importantes para a territorialidade local e para a existência do quilombo.

Por outro lado, muitas agricultoras querem que os filhos e netos aprendam sobre a cultura local, as atividades tradicionais, que conheçam e saibam como se faz uma roça de mandioca, a farinha de mandioca, para que esses conhecimentos com o tempo não sejam perdidos ou deixados de serem repassados às novas gerações. Muitas crianças atualmente já não conhecem muitas das frutas das beiras das estradas, das matas ou ainda como se faz o processamento da mandioca. Essa é uma preocupação de uma interlocutora, que está trabalhando para que ocorra esse repasse para os seus netos.

> [...] Meu sonho é não querer que acabe, que essas crianças vão crescendo e já não vão conhecendo, porque no outro dia nós falamos assim, meu neto, essas meninas minhas filhas tão tudo grande né? Então, falaram assim pra ele, meu filho vai lá na casa do forno, aí sabe o que deu pra gente achar graça, sabe por quê? Ele perguntou assim, ele é seu parente o forno, é? Mas tu já pensou, né? (Interlocutora G)

No trecho da entrevista relatado pela interlocutora, é possível identificar uma frase dita por uns dos seus netos "*ele é seu parente o forno, é*?". O forno, no caso, é o lugar em que ocorre a fabricação da farinha e dos outros derivados da mandioca, é um espaço permeado por histórias e memórias das experiências vivenciadas pelos agricultores. Entretanto, o fato de a criança não reconhecer esse importante espaço tradicionalmente usado por sua família revela que há um trabalho necessário a ser feito, para que os conhecimentos ancestrais continuem sendo transmitidos às gerações na comunidade.

Ainda com relação ao trabalho nas roças de mandioca, algumas ferramentas principalmente relacionadas ao preparo da área do roçado e ao processamento da mandioca foram modificadas. As ferramentas utilizadas no preparo das áreas para o roçado, que antes eram mais manuais, com uso de machado, foice, enxada, terçados para capinar, hoje em dia são substituídas por maquinários, como motosserras, roçadeiras, tratores, como podemos observar no relato a seguir.

> Era, pra trabalhar em roça era, primeiro a gente trabalhava na roça pra fazer o roçado era de foice, era machado, pra fazer o roçado né, aí fazia, era a foice pra roçar, machado pra derrubar as árvore maior, aí depois vinha a planta, era enxada, pra capinar era o terçado, diferente de agora, agora é motosserra, quando é capoeira baixa é trator pra virar né, tá tudo modificado, pra capinar já é a roçadeira (Interlocutor R).

Houve também mudança do local onde deixavam a mandioca de molho por um determinado período após sua colheita, que antigamente eram usados os igarapés, geralmente distantes das residências; atualmente utilizam para o mesmo objetivo caixas d'água, tambores, bombonas, bacias, que ficam alojadas na casa de forno, próximos das residências (Figura 33).

Figura 33: Mandioca de molho em caixa d'água e em tambores.



Fonte: Acervo de campo, 2023.

Outra ferramenta que adotaram para otimizar o trabalho foi a prensa, que é o que mais utilizam hoje em dia na comunidade para secar a massa de mandioca, substituindo o tipipi[18], pois alegam que este não suporta uma maior quantidade de massa de mandioca de uma única vez. Apesar disso, ainda existem famílias que não renunciam ao uso do tipiti (Figura 34). Também mudou a forma de ralar, antes a mandioca era ralada no ralador, conhecido popularmente como "ralo" e agora já ralam mais no catitu[19]. Algumas agricultoras relataram a dificuldade que era para utilizar o ralo, pois era muito arriscado machucar as mãos, inclusive uma interlocutora, mostrou as cicatrizes em suas mãos decorrentes do uso dessa ferramenta.

O trabalho nas roças de mandioca desde o preparo da área, processo de roçagem, coivarar até o processamento da mandioca demanda muito esforço físico, que para uma ou duas pessoas por exemplo se torna altamente cansativo, dependendo da quantidade de mandioca. Porém, apesar do trabalho continuar pesado, as modificações nas ferramentas e a maior facilidade no transporte e escoamento foram importantes por viabilizarem um trabalho, não diria mais "fácil", mas certamente menos desgastante aos agricultores. "*Naquela época até pra vender era difícil, geralmente iam levar a farinha na beira da praia pra trocar por peixe [...], hoje em dia é fácil vender, é só falar que tem a farinha pra vender, que vende* (Interlocutora M,

[18] Utilizado para a secagem da mandioca, extraindo o líquido da massa para a produção da farinha de mandioca.
[19] Pequena máquina utilizada para ralar a mandioca, substituindo o ralo manual.

57). Mesmo assim, ainda há agricultores que permanecem utilizando as mesmas técnicas e ferramentas tanto no trabalho nas roças quanto no processamento da mandioca.

> Era muito cansativo pra trabalhar, porque chegava da casa do forno, às vezes era dois, três dias fazendo aquela farinha, era muito cansativo e agora já não, porque agora tem a máquina, a pessoa descasca, é mais aquele trabalho pra descascar, aí tem um negócio que eles chamam de catitu, aí vai colocando a mandioca e vai sevando, não tinha antes, por isso que a gente fazia no ralo, e agora ainda tem a peneira que tem que coar, tem o tipiti que tem que encher pra poder escorrer, tudo isso já tinha e continua tendo, mas o mais trabalhoso que eu achava mesmo, era ralar, era várias sacas de mandioca, e a farinha naquele tempo era muito barato, não compensava o trabalho que a pessoa tinha (Interlocutora A).

> Só o tamanho mesmo, a gente vê a forma de trabalho hoje na preparação, depois que tira a mandioca, depois que vai fazer a farinha, que eu assim, que hoje em dia tem uma grande facilidade pra fazer a farinha, porque no nosso tempo a gente não tinha com que carregar, a gente carregava de lá pra cá, como hoje em dia a gente já tem de que carregar, já pega um carro, fulano já tem um carro, já dá pra ir buscar lá, ou então tem um carrinho de mão, tem uma carroça, fulano tem carroça e carro, dá pra encher tudo na carroça. Antes não, a gente trazia na cabeça, não importa a distância, a gente vinha trazendo de lá até na casa do forno, e também a mandioca, a gente colocava pra amolecer nos igarapés, colocava no igarapé e depois a gente limpava lá pra trazer. A gente botava um pau e mais um outro, cada um colocava numa ponta e vinha trazendo até.. e hoje em dia não, hoje eles não colocam mais no igarapé, já colocam naqueles baldes grande, tambor tipo caixa d´água, colocam em casa mesmo, lá perto da casa do forno, colocam a água e lá amolece, e pra sevar a mandioca era no ralo de mão, a gente ralava, tenho até marca aqui, a gente ralava a mandioca assim, aí hoje em dia eles sevam, tem o catitu, lá o aparelho, aí vai colocando a mandioca e vai ralando (Interlocutora B).

Figura 34: Tipiti usado para a secagem da mandioca.



Fonte: Acervo de campo, 2023.

Outra mudança percebida pelos agricultores é com relação ao uso de insumos químicos e agrotóxicos nas roças de mandioca, introduzidos na comunidade a partir da expansão do monocultivo do abacaxi, que requer obrigatoriamente a utilização destes produtos. Segundo os relatos de pessoas mais experientes da comunidade, antigamente não se usava esses insumos, pois não havia necessidade, contam que a terra era boa e as produções eram de qualidade: "*nesse tempo, no tempo do papai, no nosso tempo, esse tempo a gente não trabalhava com adubo, era só mesmo assim, da natureza mesmo" (Interlocutor R)*. Época diferente de como é hoje, onde grande parte dos agricultores utilizam nas suas plantações, principalmente nas roças de abacaxi, diversos insumos químicos.

> Mudou sim, porque hoje a gente tem alguns tipos de defensivos, entendeu, por causa de doenças, até porque, eu digo que na época muda, [...] depois que entrou o abacaxi, aí começou a aparecer muitas doenças, cochonilha, essas coisas toda, logo no princípio não tinha adubo, plantava, colhia, o método de comercialização, continua da mesma forma, entendeu[...] (Interlocutor Q).

Com o tempo e com os usos do solo, ele se apresenta mais enfraquecido, como contam os interlocutores; para se obter uma boa produção, necessitam usar os insumos como NPK, agrotóxicos, adubo foliar etc. Nas roças de mandioca muitas famílias também fazem uso principalmente do NPK, porém, há agricultores que se negam a usá-los e resistem cultivando da mesma maneira que sempre cultivaram, sem o uso desses agroquímicos.

> A gente percebe o solo é, porque o pessoal eles, pessoal que trabalham com o abacaxi, então há muita diferença, a terra parece que fica enfraquecida, aí obriga usar produto químico, então a gente tem muita dificuldade, de, até porque já não tem mato grande, a nossa área aqui, ela é mais composta de campo, então a gente não tem uma área virgem, então a gente tem essa dificuldade, então precisa usar esses insumos pra fortalecer (Interlocutora N).

A partir do cultivo intensivo do abacaxi e da utilização constante dos insumos químicos para se obter uma maior e melhor produção, ocorreu o desgaste e enfraquecimento do solo ao longo do tempo. As áreas de muitos agricultores são mobilizadas tanto para as roças de abacaxi quanto de mandioca, fazendo a rotação dos cultivos ou até mesmo plantando por meio de consórcio, dessa forma utilizam os insumos também nas roças de mandioca. Muitas vezes os agricultores usam as áreas com pouco período de descanso entre uma roça e outra, pois muitos não possuem terra para fazer a roça em um novo espaço.

Um fato interessante mencionado por uma interlocutora é com relação à qualidade da maniva comparando quando é cultivada com ou sem o uso de insumos químicos. Apesar da mandioca cultivada com a adição dos adubos químicos apresentar um tamanho bem maior do que a cultivada sem esse insumo, a qualidade não é a mesma. Na mandioca maior, cultivada com os adubos, a agricultora cita que nascem uns talos pequenos no meio, que endurece a

mandioca, enquanto na mandioca sem os insumos esta apresenta um tamanho menor, porém com uma maior maciez na massa, sendo mais saborosa e não apresentando o talo.

Os principais insumos químicos utilizados e mencionados pelos agricultores na produção do abacaxi são o NPK (nitrogênio, fósforo e potássio) e o carbureto, este último usado para a indução da floração em um mesmo período do fruto do abacaxi. Esses insumos químicos, de maneira geral, são chamados pelos agricultores de adubo do abacaxi e são comercializados na própria comunidade. Um fato interessante é que muitos dos agricultores não conhecem, não sabem dizer os nomes dos insumos utilizados no abacaxi individualmente, principalmente os nomes dos agrotóxicos, chamam apenas de adubo do abacaxi e identificam o NPK através das cores, branco (nitrogênio), preto (fósforo) e vermelho (cloreto de potássio). Os valores desses insumos, segundo os agricultores, geralmente são altos e oscilam ao longo do tempo. Dependendo do valor da saca do adubo, a produção na comunidade aumenta ou diminui, pois, se o valor do adubo estiver muito alto, os agricultores não acham que vale o trabalho, visto que não se obtém um retorno desejável, quando comparado com o grande trabalho e custo que a sua produção requer.

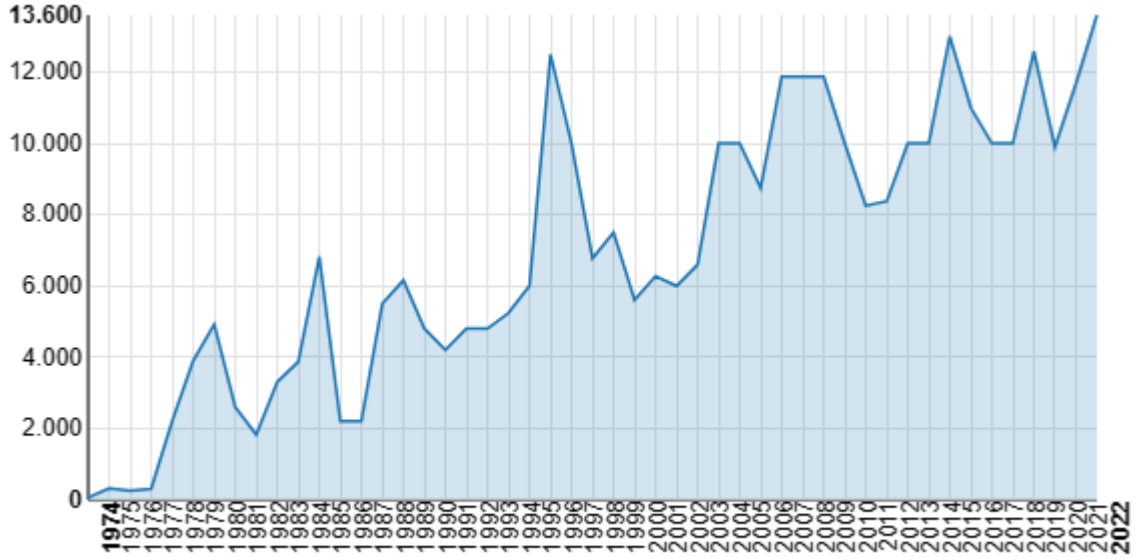
Cabe destacar que o fato de muitos dos agricultores não saberem os nomes individuais dos insumos químicos utilizados no plantio tanto do abacaxi quanto da mandioca pode ser um fator que colabore para seus usos cada vez mais frequentes, muitas vezes sem o conhecimento das reais consequências do uso desenfreado e/ou inadequado dos agrotóxicos, principalmente por não possuírem nenhuma ajuda técnica.

Para o trabalho nas roças de abacaxi, muitas vezes, são contratadas pessoas da própria comunidade para plantar, colher etc. Além disso, há custos com a necessidade de adubar com os agroquímicos, que no momento de realização da pesquisa, no caso do NPK, estava custando aproximadamente R$225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) a saca. Este é misturado e no início jogam uma primeira mão, meia colher; depois, conforme o abacaxi vai crescendo, vão adicionando mais, até duas colheres, até chegar o período de “carburetar”. Usam também um agrotóxico para evitar a broca no abacaxi, um fertilizante químico para inibir o crescimento do capim e adubo foliar.

Em Vila União/Campina, o cultivo do abacaxi pelos agricultores, nos últimos tempos, está dependendo do valor dos adubos. Quando o custo da saca do NPK está muito alta (o valor da saca já chegou a quase R$ 500,00), muitos agricultores preferem não plantar o abacaxi, até que o valor diminua ou possuam algum recurso para o investimento. Até mesmo por esse motivo, alguns agricultores optaram por migrar do abacaxi para o plantio o açaí.

No município de Salvaterra, a produção do abacaxi é realizada essencialmente por agricultores familiares (Santos; Nóbrega, 2022). O município é o terceiro maior produtor de abacaxi do estado do Pará. De acordo com dados do IBGE, é possível observar a produção de abacaxi no município a partir da década de 1970 (Figura 35).

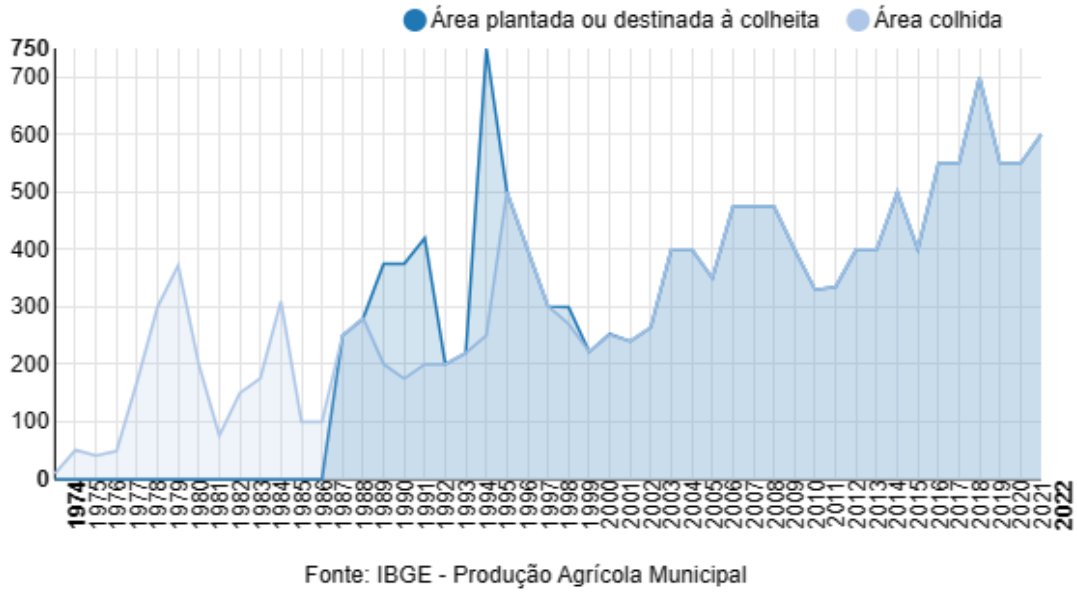
Figura 35: Gráfico relacionado à quantidade produzida de abacaxi (expressa em mil frutos), de 1974 até o ano de 2022, no município de Salvaterra.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Em 2022 a produção no município foi de 13.600 mil frutos, com a área plantada e colhida de 600 hectares (Figura 36). De modo geral, a produção de abacaxi no município se apresenta em crescimento, o cultivo gera renda para cerca de 2 mil agricultores familiares. Sua produção é voltada para a comercialização e incentivada principalmente pela Emater. O abacaxi cultivado pelos agricultores no município é o Pérola (Santos; Nóbrega, 2022).

Figura 36: Área plantada ou destinada à colheita (em ha) e área colhida do abacaxi (ha), dos anos de 1974 a 2022, no município de Salvaterra.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

*A variável área plantada ou destinada à colheita só passou a ser informada a partir de 1988, por isso a diferença com relação à área colhida dos anos de 1974 a 1987. A diferença entre a área plantada ou destinada à colheita e a área colhida na lavoura é considerada como área perdida.

A disseminação de pragas e doenças na cultura do abacaxi, no município de Salvaterra, tem sido a causa de constante receio e preocupação dos agricultores (Homma *et al*, 2006), o que os leva cada vez mais à necessidade do uso dos "venenos", os agrotóxicos nos seus cultivos. Importante destacar que, levando em consideração os constantes usos dos agroquímicos, do fogo na preparação do solo e muitas vezes da necessidade de contínua incorporação de novas áreas, a produção do abacaxi na Ilha do Marajó esconde grandes custos ambientais (Homma *et al*, 2006), além do evidente custo social e ambiental que decorrem da falta de informações tecnológicas, assistência técnica, e de fomento agrícola.

Em Vila União/Campina, os agricultores relataram que os preços que os atravessadores querem pagar pelo abacaxi é consideravelmente baixo, comparado ao investimento que se faz na produção, desde o preparo da área, até a colheita do fruto; por esses motivos, vários agricultores deixaram de plantar o abacaxi, *"porque na hora faz uma roça e não tem condição, os cara vem e paga uma miséria"* (Interlocutora A). O valor do abacaxi (unidade), no mês de realização das entrevistas, variava entre R$2,80 e R$3,00. Dependendo do tamanho do abacaxi,

o valor pago pela unidade pode variar, sendo pago até aproximadamente R$1,00 pela unidade do abacaxi.

Muitos agricultores pretendem migrar ou já migraram do cultivo do abacaxi para o plantio do açaí, o qual se apresenta em crescimento na comunidade, como revela o trecho de entrevista: *"tem muitos que tão mudando, pelo menos eu já quero mudar da coisa, pro açaí, da mandioca, plantar a mandioca, mas no meio do açaí, tira a mandioca, e fica o açaí*" (Interlocutor R). Os interlocutores alegam que o cultivo do açaí demanda menos trabalho, seu manejo tem menos gasto que o do abacaxi e com a possibilidade de todo ano dar frutos, sem precisar replantar, por ser um cultivo permanente. Esse açaí pretende ser destinado tanto para a alimentação da família, quanto para sua comercialização.

Uma mudança que surgiu a partir do uso dos insumos químicos nas roças foi no sentido de aproveitamento desses insumos, plantando junto em uma mesma área o abacaxi e a mandioca; ou seja, entre as linhas do abacaxi, inserem a mandioca para o insumo servir tanto para o abacaxi quanto para a mandioca (Figura 37). No entanto, há a necessidade de se retirar as manivas entre 6 e 8 meses, pois, a partir desse tempo, ela começa a prejudicar o desenvolvimento do abacaxi, com a disputa dos insumos e a sombra que geram. Essa forma de plantar é diferente de antigamente, pois cultivavam separadamente o abacaxi e a mandioca. Depreende-se que essa mudança evidenciada surge através da expansão da lógica capitalista na comunidade com os monocultivos do abacaxi. Contudo, ressalta-se que não são todos os agricultores que plantam dessa forma que aderiram a tais mudanças.

Figura 37: Plantio consorciado de abacaxi com mandioca, em Vila União/Campina.



Fonte: Acervo de campo, 2023.

Esse novo modelo do plantio nas roças de abacaxi, desenvolvido e adotado pelos agricultores, com o consórcio deste com outras espécies, por um lado contribui para a variabilidade interespécie nos roçados, com uma possível menor incidência de pragas e

doenças; por outro, facilita a expansão e propagação do uso dos insumos químicos nos demais cultivos, que anteriormente não se utilizavam.

Para além do consórcio do abacaxi com a mandioca, muitos agricultores também inserem outras espécies, como o jerimum, o maxixe, a melancia (Figura 38), tanto junto com o abacaxi e mandioca quanto no plantio só do abacaxi ou só da mandioca. Além das citadas, inserem o milho, o quiabo e até mesmo, o açaí, a banana e o coco, no caso das roças de mandioca. A maioria desses alimentos sempre foi cultivada em meio às roças, mas entre os que cultivavam no passado hoje em dia não cultivam mais o feijão e o arroz, que passaram então a ser comprados no comércio local. É notória a importância significativa que tais alimentos representam na dieta das famílias, pois mesmo com uma maior possibilidade de escolhas, de compra de produtos de alimentos industrializados na própria comunidade, muitos agricultores resistem, cultivando boa parte dos alimentos que consomem.

Figura 38: Plantio de melancia e maxixe nas linhas do abacaxi, em Vila União/Campina.



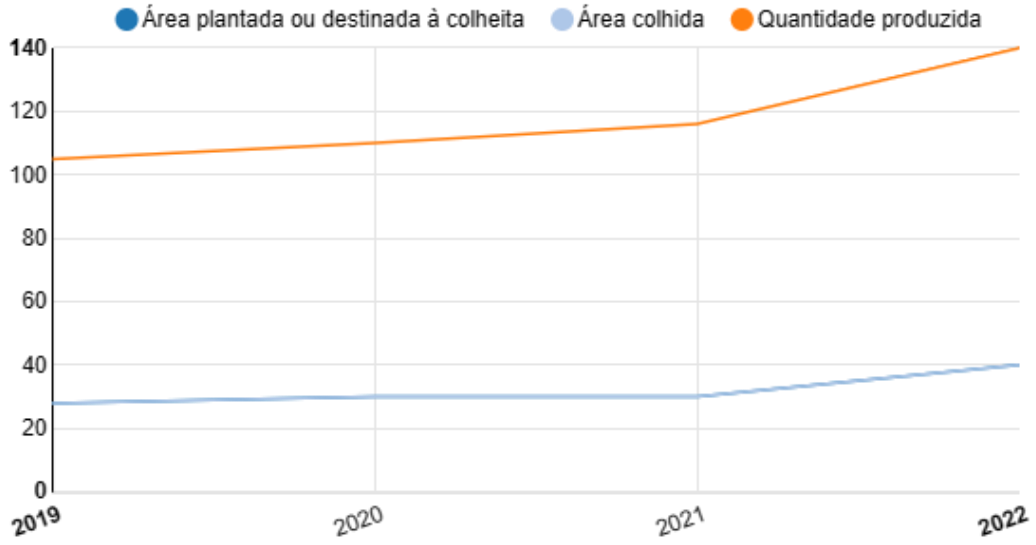
Fonte: Acervo de campo, 2023.

A inserção do açaí junto com a mandioca, na comunidade se apresenta como um modelo inovador, haja vista que nesse modelo não haverá a necessidade de se usar o fogo no preparo da área. O açaí como já mencionado é um cultivo que se apresenta em crescimento na comunidade, muitos agricultores já começaram a plantá-lo e outros pretendem inseri-los em suas áreas, não somente junto com a mandioca. Esse crescimento se justifica principalmente por ser um cultivo perene e não necessitar de muito manejo, quando comparado por exemplo

ao abacaxi, além de apresentar um mercado promissor e de tradição do seu consumo junto às refeições pelas famílias. A variedade do açaí que é cultivada na comunidade é o BRS-Pará, que é uma cultivar de açaí para cultivo em terra firme, lançada pela Embrapa Amazônia Oriental.

Visualiza-se esse crescimento da produção do açaí para além da comunidade aqui pesquisada, mas no município de Salvaterra como um todo. De acordo com dados do IBGE (2023), em uma análise dos últimos quatro anos, a área plantada (ha) e a quantidade produzida (t) de açaí em Salvaterra apresentaram crescimento. No ano de 2022, a área plantada destinada ao açaí foi de 40 ha, com a quantidade produzida em torno de 140 toneladas, como é possível visualizar na Figura 39 abaixo.

Figura 39: Variações da área plantada, área colhida e quantidade produzida de açaí no município de Salvaterra, entre 2019 e 2022.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

A partir do exposto, observam-se constantes modificações atreladas às roças de mandioca e abacaxi, nas formas de plantar, na organização e divisão do trabalho, nas ferramentas utilizadas, muitas das quais foram importantes para os agricultores, por viabilizarem em muitos aspectos os seus trabalhos com esses cultivos. Todavia, ressalta-se também que algumas das mudanças ocorridas, como a utilização constante de agroquímicos, a diminuição dos roçados e mudanças na forma como eram feitos os convidados colaboram com possíveis transformações da paisagem local, com o desgaste do solo, a poluição dos igarapés, lagos, e as relações sociais entre os moradores. Com isso, há mudanças no processo de territorialização da comunidade.

A partir da expansão do abacaxi na comunidade, com o foco na sua venda, muitos agricultores migraram do plantio da mandioca para o abacaxi, justamente por este retornar um

recurso financeiro mais elevado, em comparação com a mandioca, que se volta especialmente para a alimentação interna das famílias. Já no cenário atual, visto o grande investimento e necessidade de constante manejo no abacaxi, com a oscilação no valor pago pelo fruto, muitos agricultores estão migrando para o cultivo do açaí ou diminuíram/suspenderam o plantio do abacaxi nas suas roças.

Mesmo diante de tantas transformações, coexistem as formas tradicionais de trabalho, muitos agricultores continuam trabalhando da forma e com ferramentas que sempre utilizaram, sem o uso dos insumos químicos. A realização das sociedades ou parcerias que acontecem na comunidade, apesar de em menor frequência e número de indivíduos quando comparado aos convidados, revela que a solidariedade e o sentimento da coletividade permanecem sendo fortalecidos pelos moradores de Vila União/Campina.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território de Vila União/Campina experimenta transformações, muitas das quais estão relacionadas a mudanças no município de Salvaterra e ao histórico processo de concentração fundiária, consequentemente de conflitos territoriais, assim como da resistência e organização das comunidades frente a esse processo. Além disso, no cenário do município também se visualiza a imposição de uma lógica capitalista de produção nas comunidades quilombolas e uma consequente fragilidade das lógicas desenvolvidas historicamente por essas populações tradicionais. Dentre estas lógicas estão a difusão do monocultivo de arroz por grandes fazendeiros, e do monocultivo do abacaxi, este último teve sua produção incentivada principalmente pela Emater, voltada para os agricultores familiares; além da construção de obras de infraestrutura, como a rodovia PA-154.

As mudanças no contexto territorial do município, relacionadas com os conflitos territoriais afetam sobremaneira as comunidades quilombolas. Em Vila União/Campina visualiza-se a presença de fazendeiros nas proximidades, inclusive no próprio território, na tentativa de expandirem suas áreas e seus empreendimentos no local, gerando insegurança aos quilombolas. Além disso, com a demora na titulação do território, se intensificaram as mudanças na dinâmica de vida dos moradores da comunidade, muitas das quais são catalisadas pela presença da estrada PA-154, como o aumento populacional e a entrada de pessoas de diferentes locais, e com isso uma maior fragmentação do território, incidindo de certa forma no rearranjo das áreas destinadas às roças. A chegada de energia elétrica, a expansão da internet e dos meios de comunicação, o acesso a políticas públicas, entre outros fatores, também impulsionaram as mudanças no território.

O território de Vila União/Campina obteve a certidão de autodefinição pela Fundação Cultural Palmares em 2007, no entanto até o momento não teve seu território titulado, realidade que atinge todos os territórios quilombolas do município. A partir do histórico de formação do território, constatou-se que este surgiu a partir da migração de pessoas das diferentes comunidades próximas ou até mesmo de locais mais distantes; os principais meios de obtenção de alimentação e renda provinham da agricultura e pesca: na agricultura principalmente na produção das roças de mandioca. A construção da territorialidade quilombola é permeada por um sentimento de solidariedade e reciprocidade entre os indivíduos, principalmente nas relações a partir das atividades coletivas desenvolvidas, como os mutirões e convidados. Todavia, na conjuntura atual muitos desses princípios, do desenvolvimento de práticas tradicionais como os roçados, encontram-se fragilizados.

Como visto, a comunidade é atravessada por uma estrada, que foi implementada sobretudo com o objetivo de servir a lógicas capitalistas, com o escoamento da produção de grãos como o arroz e a soja, já no território quilombola, a estrada estimula muitas das mudanças vivenciadas pelos moradores. Com a abertura e pavimentação da rodovia estadual PA-154, alguns problemas como violência, tráfico de drogas e riscos de acidentes foram intensificados, entretanto constatam-se os diversos acessos e estratégias possibilitados a partir da estrada, como a chegada de muitas infraestruturas na comunidade, do posto de saúde, escolas, a maior facilidade de acesso a outras comunidades, ao centro de Salvaterra, sem contar a facilidade no escoamento das produções e possibilidades de diversificação de fontes de renda, como no comércio nas margens da estrada.

No entanto, apesar das diversas transformações no território, os agricultores mantêm uma importante diversidade de plantas nos seus sistemas agrícolas, principalmente nos roçados de mandioca, em que, no total das variedades cultivadas pelos interlocutores, somam-se 17 variedades de mandioca (mandioca brava) e 6 variedades de macaxeira (mandioca mansa), além das diversas espécies como jerimum, melancia, milho, quiabo, açaí e coco presentes nas roças. A agrobiodiversidade local, materializada na diversidade existente nos roçados de mandioca, de espécies vegetais e de cultivares, assim como dos conhecimentos ancestrais empregados pelos agricultores e agricultoras, pode ser entendida como uma estratégia de resistência no território, na busca pela garantia de alimentação e renda, diretamente ligados à territorialidade quilombola.

O monocultivo do abacaxi chega na comunidade como uma lógica de produção capitalista, com um produto voltado exclusivamente para a comercialização. No entanto, o que se encontra no contexto atual é talvez pela capacidade de resistência dos agricultores, a inclusão deste em uma diversidade de espécies nos roçados através dos distintos consórcios desenvolvidos e, dessa forma, passa a integrar uma agrobiodiversidade, com uma outra lógica empregada. Em contrapartida, essa inclusão nos consórcios colabora para o uso de insumos químicos inerente ao plantio de abacaxi, também nos demais cultivos como de mandioca, maxixe, melancia, jerimum etc, que são voltados em sua maioria para a alimentação das famílias, podendo gerar consequências futuras advindas dessa utilização nos cultivos.

Em relação às transformações evidenciadas nas roças de mandioca, as principais estão vinculadas a diminuição das áreas destinadas a esse cultivo, influenciadas pela tentativa de imposição do monocultivo do abacaxi, que colaborou para que muitos agricultores migrassem do cultivo da mandioca para o abacaxi, principalmente pelo fato de obterem com a venda do abacaxi um maior poder aquisitivo para a compra de itens e necessidades da unidade familiar.

Com isso, práticas tradicionais como os roçados de mandioca e as atividades coletivas sofrem uma atenuação no território. No entanto, apesar dessa tentativa de imposição, muitas famílias encontraram formas estratégicas de envolver o abacaxi em seus cultivos.

Além disso, outros fatores intensificam essas transformações, como a não titulação do território, levando à constante entrada de pessoas, inclusive não quilombolas, também impulsionada pela presença da estrada, gerando uma fragmentação do território. Somam-se a isso fatores como a menor mão de obra disponível e a busca na diversificação de fontes de renda, com a divisão ou dedicação exclusiva a trabalhos não agrícolas.

Também foram observadas mudanças nas técnicas de manejo, antes realizadas principalmente de forma manual, já atualmente mobilizam alguns maquinários, principalmente na preparação das áreas para os roçados, como motosserras, tratores (geralmente solicitados pela prefeitura), além da substituição ou aperfeiçoamento de ferramentas utilizadas no processamento da mandioca. Muitas dessas modificações, principalmente das ferramentas, foram importantes por, de alguma forma, facilitarem algumas etapas do trabalho na construção dos alimentos derivados da mandioca.

Nesse cenário, torna-se urgente a titulação do território quilombola como um direito capaz de assegurar segurança jurídica para a proteção contra a perda de território, principalmente através da entrada e/ou expansão de pessoas externas, como fazendeiros e seus empreendimentos, assim como a proteção das formas de vida tradicionais, dos seus sistemas agrícolas tradicionais e dos conhecimentos ancestrais importantes para a manutenção no território.

É essencial pontuar que esta pesquisa foi importante por proporcionar um estudo sobre a relação das mudanças territoriais quilombolas, sobretudo relacionadas à configuração dos roçados da comunidade Vila União/Campina e a chegada de projetos de desenvolvimento, com lógicas diferentes das praticadas pelos quilombolas. No entanto, é fato que nem toda a relação ou as mudanças foram possíveis de serem abarcadas no presente estudo.

Vislumbra-se, assim, a necessidade da continuação de estudos que acompanhem os processos entre a expansão desses projetos com perspectivas capitalistas e as mudanças territoriais ou possíveis impactos desencadeados por estes ao adentrarem territórios tradicionais, assim como a necessidade da valorização dos conhecimentos tradicionais e da relevância da manutenção da agrobiodiversidade e de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos da comunidade, de acordo com suas especificidades.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, R. E. Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; ACEVEDO MARIN, Rosa (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1, cap. 9, p. 209-227. Disponível em: http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/540. Acesso em:.10 nov. 2023.

ANDRADE, L; TRECCANI, G. Terras de quilombo. **Direito Agrário Brasileiro. São Paulo: LTR**, p. 595-656, 2000.

BEZERRA, S. **Agrobiodiversidade e conhecimentos locais das plantas alimentícias no quilombo de Deus Ajude, Arquipélago do Marajó – Pará.** Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Programa de pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade federal do Pará. Belém, p, 162. 2020.

BRASIL. **Presidência. Casa Civil. Grupo Executivo Interministerial**. Plano de desenvolvimento territorial sustentável do Marajó. Brasília, DF, [2006]. 313p.

BRASIL. Presidência. Casa Civil. Decreto n°4.887/2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em 15 de novembro de 2022.

BARGAS, J. K. R.; CARDOSO, L. F. C. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, p. 469-488, maio-ago. 2015. doi: http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222015000200013.

CAMPOS, T.B.. A Morosidade do processo de titulação como ameaça às comunidades quilombolas do Marajó: a análise da ação de antagonistas no município de Salvaterra. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade federal do Pará. Belém, p. 98. 2023.

CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista Nera**, n. 5, p. 1-12, 2012.

CARDOSO, L. F. C. "O suor marca a terra": trabalho, direito e território quilombola na Ilha do Marajó, Pará. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, p. 75-92, 2015.

CASTRO, E. M. R. et al. **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2017.

COSTA, F. A. Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, p. 131-156, 2005.

DA SILVA, S. R.; DO NASCIMENTO, L. K. Negros e territórios quilombolas no Brasil. **Cadernos Cedem**, v. 3, n. 1, p. 23-37, 2012.

DA SILVA, S. R.. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. **Conflito, Territorialidade e Desenvolvimento: Algumas Reflexões Sobre o Campo Amapaense**, p. 13, 1998.

DE JESUS COUTO, J; REIS, M. E. M: Raízes quilombolas e indígenas na amazônia marajoara. **Interfaces da Educação**, v. 12, n. 36, 2021.

DE SOUSA, C. F. M; LIMA FILHO, P. M. O quilombo na cidade: notas etnográficas sobre uma ocupação quilombola. **Terceira Margem Amazônia**, v. 7, n. 18, p. 161-177, 2022.

DE SOUSA SILVA, N; MENDES, G. F. Alimentos Identitários: A tradição dos derivados da mandioca no hábito alimentar do taperense (Identity foods: the tradition of derivatives from the manioc in the food habit of taparense) . **Revista GeoNordeste**, n. 2, p. 74-87, 2019.

DE SOUZA, A. L. Evolução do sistema agrário do Marajó: uma perspectiva sócio-histórica. **Terceira margem amazônia**, v. 1, n. 3, 2013.

DE SOUZA, S. C.; BRANDÃO, A. A. P. Política de titulação de terras quilombolas. 2015.

DE ROBERT, P.; VAN VELTHEM, L. A hora do tacacá. **Anthropology of food**, 2009.

DUTRA, M. V. F.. Direitos quilombolas: um estudo do impacto da cooperação ecumênica. **Rio de Janeiro: KOINONIA presença ecumênica e Serviço**, 2011.

DIAS, O. C. et al. Quintais Agroflorestais Amazônicos: o protagonismo das mulheres quilombolas no Baixo Tocantins, PA. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, v. 3, n. 1, p. 46-73, 2020.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Mandioca**. 2017. Disponível em: < https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/cultivos/mandioca>. Acesso em: 15 nov.. 2022.

ESCADA, M. I. S; AMARAL, S; FERNANDES, D. A. Dinâmicas de ocupação e as transformações das paisagens na Amazônia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00021723, 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Interação do gênero, da agrobiodiversidade e dos conhecimentos locais ao serviço da segurança alimentar**. Manual de formação, 2005. Disponível em: https://www.fao.org/common-pages/search/en/?q=AGROBIODIVERSIDADE. Acesso em 02 abr. 2023.

FERNANDES, M.; MARIN, R. E. A. Biodiversidade e relações sociais na Amazônia. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 1, 2006.

FERREIRA-ALVES, E. S.; SANTOS-FITA, D.. As roças e o extrativismo na comunidade quilombola do Jacarequara, Santa Luzia do Pará, Nordeste Paraense. **Revista NERA**, v. 26, n. 66, p. 123-150, 2023.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G.. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 14, p. 139-152, 2004

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). 2022. Disponível em: http://dados.cultura.gov.br/dataset/comunidades-quilombolas-certificadas. Acesso em: 20 abr. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). 2024. Disponível em: Certificação Quilombola — Fundação Cultural Palmares (www.gov.br). Acesso em: 08 fev. 2024.

GOMES, D. L. et al. Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara/Expansion of agribusiness and socio-environmental conflicts in the Brazilian Amazon. **REVISTA NERA**, n. 42, p. 135-161, 2018.

GOMES, D. L.; SCHMITZ, H.; DE OLIVEIRA BRINGEL, Fabiano. Identidade e mobilização quilombola na Amazônia marajoara. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 38, n. 3, p. 591-618, 2018.

GOMES, D. L.; DE OLIVEIRA BRINGEL, F. Tensões territoriais entre rizicultores e quilombolas no arquipélago do Marajó. **Os "nós" da questão agrária na Amazônia**, p. 162, 2016.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

HOMMA, A. K. O., A. J. E. A. de Menezes, G. B. de Matos. 2006. **Custo de produção de abacaxi no Município de Salvaterra, Ilha de Marajó**. Embrapa Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E). Brasil.

HOMMA, A. K. O. et al. **Custo de produção de abacaxi no sudeste paraense**. Embrapa Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E). Brasil. 2002.

INSTITUTO PEABIRU. **Diagnóstico socioeconômico, ambiental e cultural do Arquipélago do Marajó.** 2011.

LEÃO, V. M.; STEWARD, A. M.. Agrobiodiversidade dos roçados da comunidade quilombola de Providência Município de Salvaterra, Ilha do Marajó-PA, Brasil. **ETNOBIOLOGÍA**, v. 20, n. 1, p. 27-48, 2022.

LEÃO, V. M. Cultivando autonomia: análise da socioeconomia e agrobiodiversidade no quilombo de Providência, Salvaterra, Ilha do Marajó/PA. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Programa de pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade federal do Pará. Belém, p, 129. 2020.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Revista Etnográfica, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000.

LITTLE, P. E. **Territórios sociasis e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

LIMA FILHO, P. M. , SILVEIR, F. L; CARDOSO, L. F. C. . O desfile da raça: identidade e luta quilombola em Salvaterra, ilha do Marajó, Pará. **Revista Ambivalências,** v. 4, n. 7, p. 87-105, 2016.

LOPES, CJ de O.; MEDEIROS, G. R. N; SOARES, LRS. Quilombos Contemporâneos na Amazônia: debates e contribuições geográficas. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE. São Paulo**, 2015.

LIMA FILHO, Petrônio Medeiros; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e; ALENCAR, Edna. Festas de santo, território e alianças políticas entre comunidades quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 1, p. 109-128, jan.-abr. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000100006.

MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade quilombola e território. **Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém**, v. 21, p. 399-421, 2009.

MALUNGU. Coordenação Estadual Associações de Remanescente de Quilombos do Estado Pará. Disponível em: https://malungu.org/malungu/. Acesso em: 25 abr. 2023.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987, p. 191-212.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 145s-158s, 2008.

MIRANDA NETO, M. J. **Marajó**: desafio da Amazônia, aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Record, 1976.

NASCIMENTO, E. C. do; CRUZ, B. E. V. da; CALVI, M. F.; CARVALHO, J. P. L. de; REIS, C. C. dos; GOMES, D. L. A influência do Programa Bolsa Família nas práticas alimentares das famílias do Território do Marajó, Pará, Brasil. **Scientia Plena**, *[S. l.]*, v. 12, n. 6, 2016. DOI: 10.14808/sci.plena.2016.069931.
Disponível em: https://scientiaplena.emnuvens.com.br/sp/article/view/3110. Acesso em: 3 fev. 2024.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 7 - Quilombolas da Ilha de Marajó. Belém, 2006.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, p. 57-63, 1995.

PROETTI, S. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen-ISSN: 2447-8717**, v. 2, n. 4, 2018.

PICELLI, I; COSTA, J. D.; TORSIANO, R. 13 anos de uma Política Federal de Regularização de territórios quilombolas: construções e desafios. **II Seminário Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico**, v. 4, 13. 4 a 5 de agosto de 2016. Campinas: Unicamp. IE, 2016. (Coletânea [recurso eletrônico]). Disponível em: https://governancadeterras.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Isabelle-Picelli.pdf. Acesso em: 03 abr. 2023.

PORTELA, L. J. P.; DOS SANTOS, P. R.; DA COSTA SILVA, J. A roça e o trabalho coletivo na produção da farinha de mandioca nas comunidades quilombolas Matá e Silêncio em Óbidos, Pará, Brasil. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 7, n. 1, p. 72-84, 2021.

PEDROSO JUNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 3, n. 2, p. 153–174, 2008.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**. Edições Loyola, 2002.SIVIERO, Amauri; LESSA, Lauro Saraiva. Agrobiodiversidade de mandioca do Acre. 2020.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SANTOS, B. M; NÓBREGA, D. S.. Caracterização da Produção Integrada de abacaxi em propriedades rurais no município de Salvaterra – Pará. **In: Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade: energia, produção e novos mercados**. 1 ed. v.1. Editora Científica Digital, 2022. p. 10-24.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologiado desenvolvimento. **Sociologias**, v. 13, p. 24-51, 2011.

SABOURIN, E. Reciprocidade e análise de políticas públicas rurais no Brasil. **RURIS -Revista do Centro de Estudos Rurais**, v. 6, n. 2 p. 53-90, 2012.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. Editora Peirópolis LTDA, 2009.

SANTILLI, J; EMPERAIRE, L. A agrobiodiversidade e os direitos dos agricultores indígenas e tradicionais. **Povos indígenas no Brasil**, v. 2005, p. 100-103, 2001.

SIVIERO, A; LESSA, L. S. **Agrobiodiversidade de mandioca do Acre**. 2020.

SIVIERO, A., de OLIVEIRA, L. C., BRITO, E. S., KLEIN, M., & Flores, P. S. (2018). Agrobiodiversidade de mandiocas do Vale do Juruá. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MANDIOCA, 17.; CONGRESSO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO DE MANDIOCA, 2., 2018, Belém, PA. **Anais**... Belém, PA: SBM, 2018.

SIQUEIRA, P. B. L. Juventude rural e organização social: uma análise da associação de remanescentes de quilombo de Porto Alegre, Cametá/PA. Cametá, Pará,2019. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Agronomia) -Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2019

SOARES, S; SÁTYRO, N. **O Programa Bolsa Família**: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Texto para discussão, 2009.

TRINDADE, C. C. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. In: **XV Congresso Nacional do Conpedi**. 2006. p. 15-18.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, 22, (44), p. 203-220, ago/dez. 2014.

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora: Odenira Corrêa Dias

Participante: _____

Senhor/a,

Gostaria de convidá-lo/a para participar como voluntário/a da pesquisa que estou desenvolvendo no âmbito do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Esta pesquisa tem como título: "As roças na época era assim, como não é agora": as transformações no território quilombola marajoara de Vila União/Campina, Salvaterra (PA). O objetivo principal da pesquisa é analisar a relação entre as mudanças na dinâmica territorial quilombola, em especial relacionadas à configuração dos roçados da comunidade de Vila União/Campina, e a chegada de projetos de desenvolvimento, fortemente pautados em uma lógica capitalista, em Salvaterra. Essa pesquisa está vinculada ao projeto, "Inovações sócio materiais na Ilha do Marajó: da produção de alimentos de qualidade à construção social de mercados por famílias rurais quilombolas", que está sendo desenvolvido junto às comunidades quilombolas de Salvaterra. Sua participação nesta pesquisa consiste em permitir: ser entrevistado/a a partir do roteiro de questões apresentado abaixo; ser observado em atividades cotidianas, como plantio, colheita, participação em reuniões e comercialização de produtos; e ter algumas imagens dessas atividades registradas através de fotografias. Essa participação contribuirá na compreensão da realidade das famílias das comunidades, assim como da análise das dinâmicas do território e de sua influência nos seus roçados de mandioca. As informações fornecidas e as imagens registradas poderão ser utilizadas para a construção da dissertação de mestrado e artigos científicos, sem que isso lhe represente qualquer risco de ordem física ou psicológica. Como riscos à pesquisa, você estará sujeito a possíveis constrangimentos ao responder alguma das questões elaboradas na entrevista ou ao recusar participar desta pesquisa. Entretanto, todas as medidas estão sendo tomadas para garantir a manutenção do sigilo e da sua privacidade/anonimato durante as fases da pesquisa. E ainda assim, reafirmamos a garantia de

indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, bem como sua plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Em caso de dúvidas e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa, durante a realização dela ou mesmo após sua conclusão, o/a senhor/a poderá entrar em contato com:

- Odenira Corrêa Dias, por e-mail (nira182017@gmail.com); pelo Tel.: (91) 985315183; ou no endereço: Rua Augusto Corrêa, Nº 01 - Campus Universitário do Guamá - Belém - Pará – Brasil; Universidade Federal do Pará – UFPA - Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares.
- Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS/UFPA). Rua Augusto Corrêa, Nº 1. Faculdade de Enfermagem do ICS - Sala 13 - Campus Universitário, Bairro: Guamá. CEP: 66.075-110 - Belém-Pará. Tel: (91) 3201-7735. E-mail: cepccs@ufpa.br

Salvaterra, _____ de _____ de 2023.

Li e compreendi este termo de consentimento, e concordo em participar como voluntário desta pesquisa. Assim como recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

_____

Participante

Em atendimento à Resolução n° 466 do Conselho Nacional de Saúde em 12 de dezembro de 2012, declaro o cumprimento das exigências contidas nos itens IV.1, IV.2 e IV.3 assim como deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

_____

Pesquisador

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM AGRICULTORES QUE POSSUEM ROÇA DE MANDIOCA

Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável

Roteiro de entrevista para dissertação de mestrado- Odenira Corrêa Dias

Data:___/____/___

Comunidade:_____

Entrevistado/a: _____

Origem:

1.Mora desde quando na comunidade?

2.Quantas pessoas moram com você? (_____) e onde trabalham?

NOME	**IDADE**	**PARENTESCO**	**ESCOLARIDADE**	**TRABALHA NA ROÇA**	**TRABALHA EM OUTROS LUGARES (ESPECIFICAR O LOCAL)**

4. Recebe algum benefício social? Se sim, qual e qual a importância desse benefício para a composição da renda familiar? Esse recurso é aplicado na roça indireta ou diretamente?

5. Já recebeu ou recebe algum tipo de financiamento, crédito rural? Assistência técnica? Se sim, qual e para quê?

6. Qual o tamanho da área de sua unidade produtiva?

7. Como foi adquirido o terreno? (Compra, herança..)

8. Quais atividades realizam na área da unidade produtiva? Quem mais se envolve com os cuidados dessa área?

9. Qual seu principal cultivo?

10. Faz roça de abacaxi? Se sim, desde quando? Qual a motivação para iniciar?

11.Faz roça de mandioca?

12. Como são escolhidas a área para o plantio?

17. Como é feito o preparo da roça? E a colheita?

18. Para limpar a área é utilizado o fogo? Pode descrever as práticas utilizadas para controlar o fogo?

19. Quem trabalha com você na roça? E como dividem as tarefas nesse trabalho? Há contratação de mão de obra temporária esporadicamente para auxiliar na roça?

20. Qual a área atual plantada com mandioca? E qual a área ocupada com os demais cultivos e criações?

21. Desde a primeira roça feita pela família, houve mudança no tamanho dela? Para além do tamanho, ao compararmos a roça dos dias de hoje com as de antigamente, quais foram as principais mudanças percebidas por você? (Em quais anos mudou e quais os motivos para que isso tenha acontecido?)

22. Quais as espécies vegetais que dividem espaço com a roça de mandioca e que são utilizadas pela família? Qual o uso? Quais são as partes utilizadas? Qual a procedência das mudas?

ESPÉCIE VARIEDADE	**USO**	**PARTES UTILIZADAS**	**PROCEDÊNCIA**	**Obs.**

23. Como as mudas ou sementes foram adquiridas (troca, compra, da outra roça)?

25.Planta apenas para consumo ou também comercializa? (algum alimento, fruta, legumes, produtos). Se comercializa alguns dos produtos, quais os principais locais? (na comunidade, na feira de Salvaterra, em outra comunidade, em Belém..)?

26. Comercializa a mandioca, a macaxeira e/ou os seus derivados? Em que locais? Poderia mencionar os valores que recebe pela comercialização desses produtos?

27. Tem dificuldades de vender sua produção? Se sim, quais?

28.Você faz uso de algum insumo (adubo orgânico, agrotóxicos)? Se sim, quais e como adquire.

29.Cria animais? Se sim, quais? É só para consumo ou vende em algum momento? Há alguma relação dessa criação animal com a roça de mandioca? (Ex. Animais se alimentam dos resíduos das roças.....?)

30. Quais tipos/variedades de manivas (mandioca) são plantadas nas roças atualmente? (ex. Pai mané, pretinha etc.) E quais são suas características?

VARIEDADES DA MANDIOCA	CARACTERÍSTICAS	ORIGEM (trocam ou comercializam as manivas..? em que espaço?

30.Tem vontade de produzir mais mandioca? Quais as principais dificuldades você encontra na produção de mandioca atualmente?

31.Quais as vantagens e benefícios da roça, na sua opinião? E qual a importância da roça para a alimentação da família?

32. Qual a importância da roça para o território quilombola e sua identidade?

33. A rodovia PA 154 tem influência nas roças da comunidade ou nas formas de trabalho?

34. Quais as estratégias adotadas pela família diante das dificuldades enfrentadas quanto à garantia do território quilombola? A roça tem alguma relação com essas estratégias? (Explique)

35. Como você visualiza a aproximação de fazendeiros nas áreas dos territórios quilombolas? A aproximação desses fazendeiros implicou em alguma mudança nas roças de mandioca¿

36. Qual sua percepção acerca das mudanças de configuração das roças de mandioca na comunidade?

37. Você participa de alguma associação quilombola ou algum movimento quilombola?

APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS INTERLOCUTORES SEM ROÇAS DE MANDIOCA

Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável

Proposta de roteiro de entrevista para dissertação de mestrado- Odenira Corrêa Dias

Data:___/____/___

Comunidade:_____

Entrevistado/a:_____

Origem: _____

1. Mora desde quando na comunidade? _____

2. Quantas pessoas moram com você? (_____) e onde trabalham?

NOME	**IDADE**	**PARENTESCO**	**ESCOLARIDADE**	**TRABALHA NA ROÇA**	**TRABALHA EM OUTROS LUGARES (ESPECIFICAR O LOCAL)**

4. Recebe algum benefício social? Se sim, qual e qual a importância desse benefício para a composição da renda familiar?

_____

5. Já recebeu ou recebe algum tipo de financiamento, crédito rural? Assistência técnica? Se sim, qual e para quê?

_____

6. Qual o tamanho da área de sua unidade produtiva?

_____

7. Como foi adquirido o terreno? (Compra, herança..)

_____

8. Quais atividades realizam na área da unidade produtiva? Quem mais se envolve com os cuidados dessa área?

_____

9. Qual seu principal cultivo?

_____

10. Faz roça de abacaxi? Se sim, desde quando? Qual a motivação para iniciar?

_____

11. Se antes fazia roça e, atualmente, não faz mais, por quê não faz mais? Outros cultivos ou outras atividades produtivas tomaram o lugar da roça de mandioca nas unidades de produção familiar?

_____

12. Quais atividades desenvolve atualmente? Possui algum trabalho que não seja relacionado com agricultura?

_____

13. Voltaria a fazer roça de mandioca? Por quê?

_____

14. A família consome farinha de mandioca ou algum outro derivado da mandioca (tapioca, beiju, tucupi etc) ? Se sim, quanto consome e adquire de que forma?

_____

15. Se comercializa alguns dos produtos, quais os principais locais? (na comunidade, na feira de Salvaterra, em outra comunidade, em Belém..)? E quanto comercializa¿

_____

16. Tem dificuldades de vender sua produção? Se sim, quais dificuldades?

_____

17.Você faz uso de algum insumo (adubo orgânico, agrotóxicos)? Se sim, quais e como adquire?

_____

18. Você percebe alguma influência da rodovia PA 154 nas roças de mandioca da comunidade ou nas formas de trabalho? Se sim, quais¿

_____

19. Quais as estratégias adotadas pela família diante das dificuldades enfrentadas quanto à garantia do território quilombola? A roça tem alguma relação com essas estratégias?

_____

20. Como você visualiza a aproximação de fazendeiros nas áreas dos territórios quilombolas? A aproximação desses fazendeiros implicou em alguma mudança nas roças de mandioca¿

_____

21. Qual sua percepção acerca das mudanças de configuração das roças de mandioca na comunidade?

22. Você participa de alguma associação quilombola ou algum movimento quilombola?

APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA DE HISTÓRIA ORAL

Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável

Roteiro para entrevista de história oral

Entrevistador/a:

Data: Local:

1) Qual é seu nome?

2) Quantos anos você tem?

3) Você nasceu aqui na comunidade onde reside? Seus pais nasceram aqui também?

4) Vocês eram quantas pessoas, em sua casa, em sua infância? Onde vocês moravam? Sempre moraram no mesmo local? (Se mudaram, por quê?)

5) Como você lembra de Pau Furado/Deus me ajude na época de sua infância? Como era a paisagem, a mata? O trabalho, as roças, mudaram?

6) Como eram as casas na época?

7) Como era a escola no Pau Furado/ Deus me ajude? (Se não tinha escola na sua comunidade, onde estava a escola mais próxima?)

8) Qual sua escolaridade? Era difícil estudar nessa época?

9) Como era o dia a dia na época de seus pais? (Como era a rotina do trabalho?)
Quais eram as principais fontes de renda e de alimento¿

10) Trabalhava na roça? O trabalho de roça mudou de hoje para aquela época? Como mudou? (tamanho, formas de produzir..). No que influenciaram essas mudanças¿

11) As mudanças no território ao longo do tempo podem ter influenciado nas mudanças das roças de mandioca?

12) Qual sua relação atual com as roças de mandioca?

13) Qual sua principal fonte de renda hoje? Você possui outras formas/meios de trabalho?

14) Qual sua perspectiva futura de vida, trabalho, pretende continuar fazendo roça?

15) Você acha que aqui na sua comunidade as pessoas estão plantando mais mandioca ou deixando de plantar atualmente? Se sim, por quais principais motivos?

16) O que você acha da aproximação de fazendas nas proximidades das comunidades quilombolas? Como você vê essa relação?

17) O autorreconhecimento da comunidade como quilombola mudou de alguma forma sua vida e seu trabalho?

18) De todas as mudanças que aconteceram na comunidade ao longo do tempo, qual é a mais significativa para você? Por quê?

19) Qual a atividade socioprodutiva que você acha mais importante para a comunidade? Para sua família? Por que?